



ISSN — 0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



O BRASIL NO MUNDO
EM TRANSIÇÃO: SEU
PODER E SUAS
POTENCIALIDADES

Nº 756
Abr/Jun-92

SR. SÍNDICO: O ÚNICO RISCO QUE O SENHOR CORRE AGORA, COM O NOSSO NOVO SEGURO, É O DE SER REELEITO.



Só quem já foi síndico uma vez na vida sabe quanto é duro exercer esse cargo. Sempre sobram problemas e sempre falta verba.

É por isso que quem administra um condomínio precisa, antes de mais nada, de um seguro que seja realmente eficiente.

Um seguro que dê liberdade a você de decidir qual cobertura é importante, qual é indispensável e qual é absolutamente desnecessária.

Um seguro que não comprometa o seu orçamento, já que você tem outras despesas tão ou mais importantes no seu condomínio. E não é porque essas despesas são rateadas que o seguro precisa ser pago de uma vez só.

Um seguro que leve em conta que os síndicos já são ocupados demais para ficar correndo atrás de seguradoras.

Enfim, um seguro inovador como o Seguro Condomínio Bamerindus Mês a Mês.

O Seguro Condomínio Bamerindus Mês a Mês foi criado para proteger tanto condomínios residenciais quanto comerciais contra riscos de incêndios, raios, explosão de qualquer causa, vidros, responsabilidade civil do condomínio e garagista, roubo, danos elétricos, vendaval, impactos de veículos e aeronaves, tumultos e desmoronamento.

Embora os condomínios sejam obrigados por lei a fazer seguro, fazendo o Seguro Con-

domínio Bamerindus Mês a Mês você tem total liberdade para decidir sobre as coberturas. Aqui, é o segurado quem monta a apólice, de acordo com as suas necessidades de coberturas.

Além disso, a importância assegurada é atualizada pelos índices do setor da construção civil. Ou seja: o valor do seguro acompanha a variação do mercado da construção, e não a do mercado financeiro.

Mais ainda: o Seguro Condomínio Bame-

rindus Mês a Mês como o nome já diz, pode ser pago por mês, em até 12 meses (A vantagem é única: as parcelas não.) Sem falar da bonificação a que o segurado tem direito na renovação dependendo da experiência apresentada pelo condomínio.

E a Bamerindus Seguros ainda oferece aos

segurados a Central de Seguros Bamerindus (041) 800-5022, ligação gratuita, ou, na Grande Curitiba, 276-5022. Por telefone mesmo, o segurado se orienta sobre o que fazer e como fazer em caso de sinistro.

Não é perfeito para você, que tem a árdua tarefa de administrar um condomínio?

Então, sr. síndico? Faça um Seguro Condomínio Bamerindus Mês a Mês. Mesmo que o senhor não consiga escapar da reeleição, no mínimo vai ter muitas dores de cabeça a menos no próximo mandato.

**SEGURO CONDOMÍNIO
BAMERINDUS MÊS A MÊS.**
**O PRIMEIRO SEGURO DE CONDOMÍNIO
PAGO MENSALMENTE, O PRIMEIRO
ATUALIZADO PELOS ÍNDICES DA
CONSTRUÇÃO CIVIL E O PRIMEIRO
ONDE O PRÓPRIO CONDOMÍNIO
DETERMINA O QUE DEVE OU NÃO
ENTRAR NA APÓLICE.**



BAMERINDUS SEGUROS

SEGUROS DE ÚLTIMA GERAÇÃO.



A DEFESA NACIONAL

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque de Caxias - Ala Marcellio Dias
SUMÁRIO Duque de Caxias, 25 - 3.º andar
20.435 - Rio de Janeiro (RJ)

EDITORIAL.....	5
APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE CLAUSEWITZ NOS PRINCIPAIS CONFLITOS OCORRIDOS APÓS A II GUERRA MUNDIAL.....	7
Valmir Fonseca Azevedo Pereira	
O BRASIL NO MUNDO EM TRANSIÇÃO — SEU PODER E SUAS POTENCIALIDADES.....	18
Carlos de Meira Mattos	
A AMAZÔNIA E O PROJETO CALHA NORTE.....	29
Silvio Meira	
A GUERRA NO GOLFO PÉRSICO — LIÇÕES E CONSEQUÊNCIAS PARA A FORÇA TERRESTRE.....	42
Aricelso Maia Lima Verde, Renaldo Quintas Magioli, José Pedro de Souza Dias e Aristóteles Teixeira da Costa	
UMA INTERPRETAÇÃO DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA.....	53
Jaire Brito Prieto, Dario Francisco Loriato, Luiz Edmundo Maia de Carvalho e Julio Sergio Dolce da Silva	
ESG — NOVOS RUMOS.....	62
Ivan Fialho	
APLICAÇÕES MILITARES DA TECNOLOGIA DA VOZ.....	72
Sidney Cerqueira Bispo dos Santos	
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE FORÇAS ARMADAS: TÉCNICAS DE ABORDAGEM.....	77
Virgílio Ribeiro Muxfeldt	
A ESTRATÉGIA INDIRETA, A GUERRA IRREGULAR E A DEFESA DA AMAZÔNIA.....	84
Carlos Alberto Pinto Silva	
“RÁDIO AURIVERDE” — UMA DEBOCHADA AFRONTA.....	90
José Moretzsohn	
A AVIAÇÃO MILITAR E O LEVANTE DE SANTA MARIA.....	110
Coralio B.P. Cabeda	
A PROBLEMÁTICA DA INFLAÇÃO E O DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL DE PREÇOS RELATIVOS.....	115
José Aurélio Valporto de Sá	
INFORMAÇÕES.....	130
DESTAQUES DA IMPRENSA.....	133

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Publicação - Primeiro Número: DEZEMBRO 1912, ESTEIO LUIZ DE CARVALHO e J. DE SOUZA RIBEIRO

N.º 1

Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 1912

Anno I.

Grupo mantenedor

Berthold Klinger, Esteio Leão de Carvalho, Joaquim de Souza Rios (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Pargi Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeo Cavalcante, Euclides Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

NOSSA CAPA

PALÁCIO TIRADENTES

Rio de Janeiro, RJ. Evocação ao centenário do enforcamento do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Antiga Câmara dos Deputados Federal e atual Assembléia Legislativa Estadual, o palácio foi construído no local onde esteve preso o mártir da Inconfidência Mineira, até o cumprimento de sua nefasta sentença.





A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Div Sérgio Ruschel Bergamaschi
Diretor-Secretário:	Cel Arismar Dantas de Oliveira
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Marco Antonio Cunha
Diretor-Tesoureiro:	Ten Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt
Conselheiros:	Cel R/1 Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel Hiram de Freitas Câmara Cel Marcio Paiva Barroso Cel Ernani Monnerat Solon de Pontes
Suplentes:	Cel Paulo Dartanham Marques de Amorim Ten Cel Paulo de Oliveira Lisboa Maj José Guimarães Barreto Junior

Revista *A DEFESA NACIONAL*

Redator-Chefe:	Gen Bda Luciano Phaelante Casales
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis Cel Claudio Moreira Bento CMG José Correia de Sá e Benevides Cel R/1 Luiz de Alencar Araripe TC Manoel Márcio Gastão Ten Cel Marco Antonio Esteves Balbi Professor Jorge Boaventura

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para *A Defesa Nacional* Tel.: (021) 253-4628

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO: Pça Gen Tibúrcio, 125 — CEP 22290, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel.: (021) 295-4046 — FAX/ECEME 5425454

ADMINISTRAÇÃO: Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25 — CEP 20445,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

EDITORAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA: Biblioteca do Exército

INFORMATIVO BIBLIEX

Sempre voltada para os interesses de seus associados e cumprindo o propósito de manter e incentivar o hábito da leitura com excelentes obras, a preços acessíveis, a Bibliex apresenta, em seu Editorial 92, oito bons livros criteriosamente selecionados.

APROVEITE ESTA PROMOÇÃO

ASSINE 8 BONS LIVROS E RECEBA 10!

Ao renovar ou fazer a sua assinatura anual receba, como brinde, *mais duas obras*, já anteriormente editadas pela Bibliex, e *concorra ainda* ao sorteio de uma assinatura anual* das três revistas militares (Revista do Exército Brasileiro, A Defesa Nacional e Revista Militar de Ciência e Tecnologia).

ASSINE LOGO!

Participe desta promoção remetendo dois cheques em nome da Biblioteca do Exército, cada um no valor de Cr\$ 23.000,00 (vinte e três mil cruzeiros), sendo um com a data da postagem e o outro para 30 dias após, ou então simplesmente um cheque no valor de Cr\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos cruzeiros).

* Serão sorteadas no dia 15 de setembro de 1992 50 (cinquenta) assinaturas.

EDITORIAL 92

JÚLIO CESAR

William Shakespeare

Um clássico (de Shakespeare) com citações do grande pensador e estadista romano.

LENDA AZUL

Vol. 2

Gen. Walter de Menezes Paes

Último volume do apurado trabalho da reconstituição dos dias sofridos como Oficial de Operações do III Batalhão do Regimento Sampaio na Campanha da Itália.

O EXÉRCITO FARRAPO E OS SEUS CHEFES

Cel. Claudio Moreira Bento

Análise histórica minuciosa acrescida de biografias dos vultos singulares que compuseram as fileiras dos farrapos.

A ÚLTIMA NOITE DA ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA

Gen. Lobato Filho

Relato vívido e precioso de uma época quando é reconstituído o levante militar de 1904, contra a vacina obrigatória.

LEMBRANÇAS DE UM BELO IDEAL Luiz Gonzaga N. Homem

Diário reescrito de um pelotão de voluntários durante a Revolução de 1932

EUCLIDES DA CUNHA E O PARAÍSO PERDIDO

Leandro Tocantins

Descrição literária primorosa que o consagrado autor faz nas revelações sobre a viagem de Euclides da Cunha pela Região Amazônica.

CRÔNICAS DA GUERRA NA ITÁLIA

Rubem Braga

Narrativa simples e correta dos feitos e das vidas de nossos pracinhas com magistral tratamento jornalístico.

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 4, Tomo II

Gen. Paulo de Queiroz Duarte

Publicação que encerra a grandiosa obra narradora da epopéia e do maior conflito armado da América do Sul.

COMO TORNAR-SE ASSINANTE

Envie por postagem registrada, cheque nominal à Biblioteca do Exército, no valor da assinatura anual e o endereço completo para remessa.

Os assinantes receberão os livros pelo Correio, em qualquer ponto do Brasil, durante o corrente ano, em até 3 remessas, sem nenhum acréscimo.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO — Pça. Duque de Caxias, 25 — Palácio Duque de Caxias, 3º andar — Ala Marçílio Dias — CEP 20221-1 — Rio de Janeiro-RJ — Tels.: (021) 253-4637 e 253-7535.

EDITORIAL

REFLEXÕES EM TORNO DA ECO-92

Desmembrada da biologia na segunda metade do século passado, para dedicar-se ao estudo das relações entre os seres vivos e o ambiente que habitam, a ecologia, que passou ignorada para o grande público nos primeiros dois terços do nosso século, parece destinada a dominar as preocupações da humanidade no próximo milênio.

Depois de acomodar-se às reações abruptas e violentas da natureza, o homem se dá conta de novos tipos de reações do ambiente em que vive. Diferentes daquelas, essas não se manifestam intermitente, mas continuamente; não atingem áreas restritas do planeta, mas o planeta como um todo; não são efeitos de causas fora do controle do ser humano, mas respostas a suas agressões, das quais Chernobil e a Guerra do Golfo são amostras recentes e vigorosas.

Consciente da possível deflagração do holocausto ecológico, em função da continuada e cada vez mais ativa agressão à natureza, mais de uma centena de chefes de Estado, de governo e representantes de alto nível de países de todos os continentes sentaram-se, lado a lado, em torno de uma mesa elíptica, no denominado "encontro da cúpula da Terra", climax da "conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento", a ECO-92, ocorrida no Rio de Janeiro, na primeira quinzena de junho. Eram culturas, etnias, ideologias, estágios econômicos e sociais diferenciados, com afinidades ou aversões entre si, buscando consenso em torno de princípios e compromissos destinados a conter a degradação da vida no mundo em que vivemos.

Durante doze dias de debates e negociações, buscou-se harmonizar pragmatismo e idealismo, nacionalismo e universalismo, ambientalismo e pobreza, entre outras incompatibilidades. E, ao final, se não surgiram resultados concretos estimulantes, chegou-se à concordância de que se dera um passo a mais nessa direção, cujo tamanho só o tempo há de revelar.

Anfitrião desse encontro, o Brasil surpreendeu o mundo, ao exibir uma competência diplomática e organizacional unanimemente elogiada, o que lhe valeu, em um primeiro tempo, a reconquista do seu prestígio internacional. Passou-se, então a acreditar em sua capacidade para superar a crise que o inibe de crescer, esqueceram-se as acusações anti-ecológicas que lhe faziam antes, e a comunidade financeira internacional agenou-lhe com um tratamento menos severo.

Fundamental para o êxito alcançado, a garantia da segurança do conclave foi entregue à coordenação do Exército. E ela foi conseguida sem alarde, em território marcado, antes e depois, pela violência urbana.

O aparato policial adotado, e eventualmente criticado, correspondeu, em essência, à estatura política das autoridades a proteger. Mas o ambiente de tranqüilidade conseguido deveu-se, antes de tudo, à credibilidade de que as Forças Armadas desfrutam ainda. Não é sem razão que elas representam a "reserva moral da Nação", expressão cujo desuso não a torna verdade menor.

Em uma sociedade moralmente vulnerável, cada vez mais, a deslizes de conduta, ela é verdade que, por si só, justifica os gastos com a instituição que a exercita sempre e em toda a plenitude, e cuja existência, vez por outra, levemente é posta em discussão.



APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE CLAUSEWITZ NOS PRINCIPAIS CONFLITOS OCORRIDOS APÓS A II GUERRA MUNDIAL(*)

Valmir Fonseca Azevedo Pereira

Após analisar a aplicação dos conceitos do grande estrategista nos principais conflitos pós-II Guerra Mundial, o autor conclui que:

"Aqueles que abandonaram os ensinamentos de Clausewitz, alijando-os de sua concepção na formulação da Estratégia Militar, perderam uma das ferramentas indispensáveis na construção da vitória" e que:

"Da Guerra, a obra de Clausewitz prosseguirá, através dos tempos, como um marco de referência a ser consultado por gerações de políticos e militares, interessados no entendimento da filosofia da guerra e na formulação das diretrizes que colimam os mais altos interesses nacionais."

INTRODUÇÃO

Não nos cabe aqui discorrer sobre a obra de Clausewitz, mas, tão somente, buscar, nos conflitos do pós II Guerra Mundial até

os nossos dias, a aplicação de seus conceitos, muitos dos quais não foram enunciados apenas por ele, pois fazem parte das leis e princípios que regem os conflitos, e que remontam aos primórdios da humanidade.

A relevância de sua obra é inquestionável, embora dentro desta unani-

(*) Selecionado pelo PADECEN

APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE CLAUSEWITZ NOS PRINCIPAIS CONFLITOS OCORRIDOS APÓS A II GUERRA MUNDIAL

midade encontremos as mais diversas interpretações. Muitos estudiosos não encontraram o devido reparo nos seus conceitos, alguns expurgam, na era contemporânea, parte de seus escritos, alegando que prescindem de atualização, outros rebatem, veementemente, muito de sua obra, mas todos concordam que seu enfoque sobre a guerra como fenômeno político e social extrapolou o obtuso pensamento vigente, até aquela época, de subordinar a política à expressão militar, além de apresentar uma nova concepção de guerra, contrária à "guerra dos reis", sem grandes perdas pessoais e materiais, para visualizar o início da "guerra dos povos".

Os estudos filosóficos de Clausewitz levaram-no a emitir em, sua obra, uma série de conceitos abrangentes e sujeitos a diversas, e muitas vezes opostas, interpretações, as quais decorrem, numa visão simplista, dos motivos abaixo:

- sua concepção de guerra "absoluta", a qual, interpretando o conceito textual de guerra, contrapunha-se à execução das mesmas, conforme ocorriam na época, na medida em que não atendiam o *senso lato* da palavra "guerra";

- sua concepção de guerra "real" enunciada em decorrência das inúmeras ingerências, inclusive políticas, que tornavam a guerra "absoluta", existente apenas no plano do abstrato;

- em cada uma dessas concepções alinhavou "conceitos" que não tiveram a devida delimitação, em qual delas pertenceria;

- muitos daqueles "conceitos"

aplicavam-se em qualquer das duas concepções;

- alguns "conceitos", fruto da época, perderam com o passar dos anos, com o surgimento das demais forças singulares, com o incremento e a evolução do armamento, e o desenvolvimento da tecnologia, sua validade nos dias atuais.

Acresça-se ainda que, revendo parte de sua obra, pretendeu Clausewitz levar a termo algumas alterações, apenas fazendo-o parcialmente, ocasionando uma obra até certo ponto inacabada.

A análise de sua obra já justificou vitórias e derrotas. Uma plethora de artigos e livros foram escritos, objetivando o correto entendimento da obra clássica do pensamento militar, estudo profundo da guerra sob a ótica filosófica; essa literatura é profícua e por vezes polêmica.

É nosso propósito trazer à tona alguns conceitos que, atravessando os séculos XVIII e XIX, chegaram incólumes ao século XX, sendo encontrados, parcial ou totalmente, em diversos dos conflitos ocorridos após a II Guerra Mundial.

O alinhamento daqueles conceitos não é uma providência original. É provável que inúmeros e alentados autores, renomados estudiosos da arte da guerra, grandes "capitães" e reconhecidos estrategistas tenham realizado semelhante trabalho, emergindo desta constatação a sumariedade deste ensaio, que abdica da devida análise, por apoiar-se no texto, por vezes contraditório, de diversos autores.

CONCEITOS

A guerra como instrumento da política

Clausewitz destaca que a guerra é um ato político, por isso o poder militar é a ele subordinado, devendo tanto o estadista saber sobre a arte da guerra, como o general saber sobre a política, inclusive para assessorar o estadista no que se refere a participação do poder militar na consecução dos objetivos políticos.

Sendo a guerra um ato político, seu objetivo é político, o qual deve ser plenamente definido e perfeitamente dimensionados os óbices para o seu atingimento. O esforço não deverá ser maior do que o valor do objetivo, ou seja, tem que ser compatível com a capacidade do Estado.

Sendo o objetivo da guerra uma concepção da política, ele representa a vontade do Estado-Governo, forças armadas e povo, portanto é *nacional*, advindo a necessidade do preparo do poder militar desde os tempos de paz.

Sendo a guerra de interesse nacional, representando um ato do Estado e envolvendo Governo, forças armadas e povo, deve empregar todos os meios nacionais disponíveis. Em consequência, todos os campos de ação, político, econômico, psicossocial e militar serão acionados, tomando a guerra o cunho de *total* para o Estado. O interesse nacional deverá imprimir ao desenvolvimento da guerra uma componente de importância capital que é a vontade política.

Orientação para o objetivo

Clausewitz reitera a idéia da definição e importância de um objetivo perfeitamente visualizado, tanto no plano político como no plano tático. Neste raciocínio extrapola a premissa do “centro de gravidade” como ponto físico, para colocá-lo como dimensão de objetivo nacional da política nacional e como ponto da estrutura inimiga — militar, política, social etc...

Superioridade

Clausewitz destaca a importância da superioridade numérica (massa) e preconiza a concentração das forças contra o adversário mais temível e sobre o seu “centro de gravidade”, buscando a destruição do inimigo ou sua submissão à nossa vontade, através de uma batalha decisiva. Observa que a existência de tropas em locais onde o inimigo não se fará presente é uma perda lastimável (economia de meios). Não abdica, entretanto, da manutenção de forças em locais que favoreçam seu futuro emprego (reserva).

Embora considere a superioridade numérica como um fator de desequilíbrio, admite que isso não significa uma imposição para a obtenção da vitória. Clausewitz destaca que na impossibilidade de ser obtida a vantagem total, a mesma deve ser obtida parcialmente, em pontos decisivos, através de cuidadoso emprego da tropa.

Consequência da exposição acima, podemos extrair como conceitos de Clausewitz as idéias-força de *ofensiva*,

massa, concentração e economia de meios.

Relevância dos fatores morais e psicológicos

Clausewitz captou, nitidamente, a relevância dos fatores morais e psicológicos como básicos na ingerência da guerra e ampliou sua abrangência para todo o Estado, extravasando sua condicionante como característica impositiva, apenas do poder militar.

Clausewitz enfatiza o valor da vitória como elemento propulsor do revigoramento do moral, não somente do combatente, mas, também, como importante e influente no governo e no povo. Assim como a vitória sedimenta o moral nacional, por outro lado abate o do inimigo, atuando desse modo sobre a opinião pública, que desempenha relevante papel no andamento dos conflitos atuais.

Ele considera que somente um exército dotado de forte componente moral poderá resistir ao peso de uma derrota numa batalha, pois admite que a perda moral é maior do que a perda física.

Importância da surpresa

Clausewitz não descarta o valor da obtenção da surpresa que deve ser perseguida, e que proporcionará considerável vantagem a quem utilizá-la convenientemente. Entretanto, considera como mais provável sua obtenção no início das operações e quando evidentemente apoiada na velocidade e no ímpeto.

Conclusão parcial

Entre os muitos conceitos encontrados na obra de Clausewitz, alguns podem ser inseridos nos níveis estratégico e tático, outros, num ou noutro nível. Além disso, visualizamos que determinados conceitos estão imbutidos apenas na concepção de guerra "absoluta" ou somente na concepção de guerra "real", enquanto os demais transitam no terreno das duas concepções.

Além dos "conceitos" já citados, mereceram citações pelo grande pensador militar, entre outros, os seguintes aspectos:

- o aniquilamento total do inimigo através de uma perseguição implacável, fazendo o máximo aproveitamento do sucesso;
- a busca constante de informações sobre o inimigo e o terreno, que permitam reduzir as incertezas da guerra;
- o papel do comandante capaz da ação audaz e criativa, possuidor do "faro", capacidade indutiva para a condução correta da batalha, general devotado e de personalidade cimentada, infenso a boatos e às vicissitudes de guerra e perseverante na manutenção da linha-de-ação adotada;
- o apoio logístico adequado, permitindo à tropa o usufruto, sempre que possível, de merecido bem-estar e de aprovisionamentos necessários. Não esquecer do repouso e do tratamento sanitário, o cuidado com os feridos, referindo-se a importância desses cuidados no fortalecimento físico e moral do combatente;
- o valor do terreno nas operações

militares, proporcionando vantagem capital àquele que o utiliza judiciosamente;

- a guerra de guerrilha, cujas características básicas Clausewitz vislumbrou ao propugnar por seu apoio popular, por sua constante iniciativa e impossibilidade de ser decidida em uma única batalha, ressaltando ainda as condições especiais e adversas do terreno onde deveria ocorrer.

CONFLITOS

O panorama mundial após a II Grande Guerra Mundial era totalmente diferente daquele conhecido por Clausewitz, modificado que fora por uma gama de sofisticados armamentos e meios destrutivos dos mais diversos. O lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão estarrecia a humanidade e inseria no cenário da guerra uma nova componente.

A divisão do mundo em dois blocos diametralmente opostos, ambos possuidores de vasto arsenal de armas nucleares, acarretou o surgimento da Guerra Fria.

O impasse nuclear, medo recíproco da destruição mútua, incentivou a esgrima política e obrigou os dois blocos a buscar de todos os modos a manutenção da paz, pelo menos aquela que evitasse a confrontação direta entre as duas superpotências.

O equilíbrio do terror apoiado no poder destrutivo do arsenal nuclear não trouxe a paz tão almejada, por todo o mundo explodiram conflitos armados de considerável porte. A guerra

convencional continuou a existir, com mais frequência e mais destrutiva do que as anteriores, pois as armas convencionais, acompanhando a evolução tecnológica, tornaram-se mais mortíferas.

O incremento das armas nucleares impôs uma nova ordem no campo da estratégia, o surgimento da teoria da guerra limitada, evitando-se a qualquer custo a ampliação dos conflitos, através do aumento do papel da política sobre a expressão militar.

A paz imposta pelo medo, contudo não foi o suficiente para evitar a eclosão de mais de uma centena de conflitos por todo o mundo. Nesses conflitos, embalados por múltiplas justificativas, apesar dos progressos técnicos, sob a ótica do homem, poucas modificações foram introduzidas.

As linhas mestras que regem as guerras permaneceram imutáveis, e os pensadores militares, dentre eles Clausewitz, tem comprovado sua atualidade na era contemporânea.

Ao término da II Guerra Mundial conflitos diversificados espalharam-se pelo mundo e prosseguiram até os nossos dias; do esfacelamento sangrento dos impérios coloniais, passando pelos movimentos de reunificação de países divididos por artificiosos limites ideológicos, aos movimentos de liberação nacionalistas e mesmo os conflitos internos de cunho ideológico ou não, apoiados muitas vezes pelas superpotências, principalmente pela agressiva política expansionista da URSS.

A guerra convencional proliferou no período, normalmente amparada na

chamada Guerra Fria, que limitando sua expansão, não deixou de alimentá-la, convenientemente, segundo seus interesses.

Surgiu no cenário mundial a chamada Guerra de Guerrilha, cujas bases de execução encontramos nos conceitos de Clausewitz. Esse novo tipo de conflito, extremamente cruel, pois normalmente somou o fator ideológico ao fator nacionalismo, difundiu-se por todo o planeta, em particular no Sudeste Asiático.

O estudo dos inúmeros conflitos, em que pese os enormes progressos técnicos a eles somados, indicam a permanência de valores imutáveis como a liderança e a qualidade da tropa. Da mesma forma não podem ser questionados a importância da superioridade numérica, da orientação para um objetivo perfeitamente delineado, seja no campo da política, seja no campo da tática. A importância dos fatores morais e psicológicos avultaram como de influência fundamental na conduta da guerra, e mesmo a surpresa, tão difícil de ser obtida, muitas vezes se fez presente, não apenas no campo de batalha, mas também no campo estratégico.

Mais do que nunca as guerras adquiriram a conotação de “nacionalistas”, por trazerem no seu bojo uma inalterável componente política, integrando-se na base do pensamento de Clausewitz. Nesse período, a guerra tornou-se não apenas um instrumento da política nacional, ela ampliou-se para ser instrumento da política internacional.

APLICAÇÕES DOS CONCEITOS DE CLAUSEWITZ

Corroborando a assertiva da permanência e atualidade dos conceitos de Clausewitz, traremos à reflexão algumas oportunidades, as mais relevantes, nas quais em determinados conflitos a aplicação daqueles conceitos ficou perfeitamente caracterizada, destacando também, quando o seu não atendimento acarretou consequências das mais desastrosas.

A guerra como instrumento da política

A guerra colimando a política nacional

- Guerras Árabes-Israelenses

Israel — A guerra como instrumento da política foi totalmente absorvida pelas lideranças israelenses, à medida que sua execução projetava a própria manutenção do Estado judeu.

- Guerra do Golfo/91

EUA — No campo político, verificou-se o acerto de uma política bem dimensionada, utilizando a guerra como seu instrumento e o perfeito entrosamento entre governo, forças armadas e povo.

As operações militares iniciais, embora eminentemente aéreas, pautaram pela extrema agressividade e forte componente decisiva. Ao lado da estratégia militar, cumprida cronologicamente, com precisão cirúrgica, foi desencadeada não menos competente

ação política, tanto no campo interno, como no campo externo.

Iraque — O governo iraquiano, centrado na figura de Saddam Hussein, que pretendeu projetar ambições pessoais como aspirações nacionais, acarretando a humilhação do Estado iraquiano, a fragorosa e humilhante derrota de suas forças armadas e o caos social e econômico da nação.

- **Guerra das Malvinas**

Argentina — Ressalta, na atuação argentina, a reduzida visão política de seus dirigentes, sua falta de estratégia e a total dissociação desta com a política.

Subordinação da expressão militar à expressão política

- **Guerra da Coreia**

EUA — A intervenção norte-americana na Coreia, em favor da Coreia do Sul, atendeu à política da nação, embora muitos analistas políticos considerem que a mesma, na época, mostrou-se ambígua e dissociada da expressão militar, o que culminou com a exoneração do general Mac Arthur, comandante-em-chefe das forças militares, pelo Presidente Truman.

- **Guerra do Vietnã**

EUA — A política indecisa do governo norte-americano, presente na Guerra da Coreia, retornou na Guerra do Vietnã. O conflito, conduzido sem uma estratégia perfeitamente definida, acarretou problemas de natureza político-militar. A expressão militar foi seguidamente tolhida na sua ação,

por distorções no pensamento político, muitas vezes sem a transparência adequada e ao sabor de divergências opostas dentro do próprio país.

- **Guerra do Golfo**

Iraque — No Iraque, seu presidente subordinou a política ao poder militar, tendo superestimado a capacidade do mesmo, e provocando a indignação mundial por meio de demonstrações equivocadas de seu poder, amplamente divulgadas pela imprensa, principalmente a televisada.

O colapso das forças armadas iraquianas e a perspectiva de “libanização” do país após o conflito refletem a dimensão exata da inexistência de sua política, de sua dissociação com os anseios da população, e exemplificam a utilização do poder militar não como meio, mas como fim.

Preparo das Forças Armadas

- **Guerra dos Seis Dias**

Árabes — A expressão militar árabe, de bisonho grau de instrução e inferior nível de adestramento, não estava apta a cumprir a política que uniu os países árabes no objetivo de destruir Israel ou, pelo menos, de recuperar os territórios perdidos anteriormente, na guerra da independência (1948/49) e no conflito de 1956.

- **Guerra das Malvinas**

Argentina — A expressão militar mostrou-se incapaz de atender aos objetivos da política, que, por sua vez, dimensionara metas incompatíveis com o poder militar existente.

A derrota argentina foi a comprovação da ação política conduzida canhestamente, à margem da realidade e que, apesar de tutelar os anseios nacionais, revelou estar deslocada no tempo-espaço devidos. A equivocada avaliação da capacidade do oponente e a distorcida projeção de sua capacidade culminaram com a amarga derrota.

• **Guerra do Yom Kippur**

Árabes — A fragorosa derrota na Guerra dos Seis Dias obrigou os governos árabes a implementarem o treinamento de suas forças armadas, contando para isso com a colaboração de assessores russos, atingindo a instrução e o adestramento da tropa níveis jamais obtidos anteriormente.

A Vontade Política

• **Guerra do Yom Kippur**

Israel — As forças armadas continuavam instruídas, adestradas e com grande capacidade de mobilização. A adoção de uma perigosa atitude defensiva, assentada no cinturão territorial conquistado aos árabes, atendia, em parte, ao desejo do povo israelense, desgastado com os conflitos anteriores. O povo, no entanto, imbuído de inquebrantável vontade política, levantou-se de pronto contra a ação árabe, apoiando incondicionalmente todas as ações governamentais.

• **Guerra das Malvinas**

Grã-Bretanha — A reação inglesa à invasão das Malvinas, pela Argentina, representou a expressão maior da vontade política inglesa, somando-se

governo, forças armadas e povo num só e poderoso vetor orientado para a reconquista das ilhas.

Orientação para o objetivo

• **Guerra do Yom Kippur**

Árabes — O objetivo político árabe prosseguiu sendo a destruição do Estado de Israel e a recuperação das áreas perdidas.

• **Guerra do Vietnã**

EUA — A falta de objetividade, tanto política como militar, traduziu o sentimento nacional em relação ao conflito. Careceu, a nação, de vontade política na consecução dos objetivos e a opinião pública, dissociada do governo, e corretamente manipulada por interesses contrários, tornou-se uma poderosa arma rumo à derrota.

Vietnã do Norte — Embalados por uma política totalmente definida de conquistar Saigon a qualquer custo, vietnamitas do norte e vietcongs perseguiram, com determinação e perseverança, seus objetivos.

Superioridade (Concentração, massa, ofensiva e economia de meios).

• **Guerra dos Seis Dias**

Israel — As Forças Armadas israelenses, extremamente adestradas e aptas ao combate, formavam um conjunto homogêneo que, embora não tivesse superioridade numérica sobre o adversário, possuía uma grande superioridade qualitativa, no que se refere aos recursos humanos.

APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE CLAUSEWITZ NOS PRINCIPAIS CONFLITOS OCORRIDOS APÓS A II GUERRA MUNDIAL

Os objetivos estratégicos e táticos encontravam-se perfeitamente definidos em todas as fases da operação. A partir do fulminante e surpreendente *raid* aéreo, executado com a máxima capacidade aérea disponível e a manutenção do mínimo de aeronaves necessárias à segurança, realçando a preocupação em economizar meios, permitiu o desencadeamento de vigorosas e vitoriosas operações terrestres, acobertadas pela supremacia aérea israelense que, literalmente, havia arrasado o poder aéreo inimigo.

• Guerra do Yom Kippur

Israel — A reação israelense, após o impacto inicial, foi imediata e revestiu-se, basicamente, das mesmas características existentes na Guerra dos Seis Dias. Assim, verificamos a alta agressividade, a grande mobilidade e o dinamismo das ações eminentemente ofensivas, sabedores que, na área, os conflitos são realizados com grande intensidade, principalmente por serem de curta duração.

• Guerra das Malvinas

Grã-Bretanha — Embora com inferior efetivo militar, as tropas empregadas possuíam inegável superioridade qualitativa em relação ao adversário. Aplicando judiciosamente suas forças, sempre surpreendendo o oponente, principalmente por ocasião do desembarque na baía de S. Carlos, soube o comando inglês atuar com extrema agressividade e alta mobilidade, que se sobrepôs à inércia do inimigo.

A sofisticação tecnológica inglesa, seu poder de fogo superior, sua efici-

ência logística e a grande mobilidade fornecida pelo emprego do helicóptero somaram-se como elementos decisivos para a obtenção do sucesso.

• Guerra do Vietnã

EUA — A ausência de ações agressivas e decisivas, pautando o governo por uma “escalada” no seu engajamento na área, executando a mobilização de seus contingentes de forma discricionária, foram fatores altamente negativos na condução do conflito.

Surpresa

• Guerra da Coreia

Coreia do Norte — As tropas foram organizadas, adestradas, convenientemente preparadas e, com grande efetivo e superioridade de meios, tomaram a iniciativa das operações, surpreendendo os defensores que manobram em retirada. O arrefecimento da ofensiva, próximo de Pusan, marcou o final da 1ª fase da guerra.

EUA — A contra-ofensiva dos norte-americanos, a partir do desembarque anfíbio em Inchon, através de uma audaciosa manobra ofensiva do general Mac Arthur, surpreendeu o invasor e atingiu sua principal rota de suprimentos, isolando as forças vermelhas, localizadas ao sul da península de Pusan.

• Guerra do Yom Kippur

Árabes — Concentrando poderosas forças blindadas a leste da linha Bar-Lev, os árabes surpreenderam aos israelenses com uma grande ofensiva no

dia 06 de outubro, feriado do Yom Kippur.

- Guerra do Golfo/91

EUA — A fase das operações terrestres, apesar de sua aparente transparência, foi conduzida de maneira exemplar, pelo emprego judicioso das tropas e, mesmo, pela obtenção do elemento surpresa. Em ação agressiva e com grande massa, foi iniciada a ofensiva aliada contra as linhas de defesa do Iraque e, procurando atrair seu “centro de gravidade”, a Guarda Republicana, foi simulado um desembarque anfíbio no sul do Kuwait.

Fatores morais e psicológicos

- Guerra das Malvinas

Argentina — A opinião pública mundial não avalizou a ação argentina e, mesmo o povo e os militares argentinos, embalados inicialmente pela ocupação das ilhas, não resistiram por muito tempo aos sinais de fracasso da atitude do governo e as demonstrações de fragilidade e dissociação de suas forças armadas.

- Guerra do Vietnã

EUA — O apoio ao impopular governo de Saigon, a ambígua limitação do poder militar e a falta de habilidade política, devidamente explorados pelo inimigo, transformaram a Guerra do Vietnã em massacrante desgaste moral e psicológico para o combatente, e em terrível armadilha para o seu poder militar, arranhado num conflito de longa e desgastante duração.

Vietnã do Norte — O combatente norte-vietnamita soube, através de flu-

ídias operações, tornar impotente a sofisticada máquina de guerra americana; seu governo, aproveitando-se das fragilidades existentes, paulatinamente desmontou a tríade americana, que não possuía o suporte necessário para a consecução de seus objetivos.

CONCLUSÃO

É evidente que muitos dos conceitos enunciados por Clausewitz tornaram-se ultrapassados nos dias atuais, outros precisam ser devidamente atualizados. Assim, por exemplo, a “superioridade numérica” pode e deve ser dimensionada como a superioridade advinda dos progressos técnicos e, mesmo, da superioridade qualitativa da tropa.

A batalha decisiva poderá não ocorrer de imediato, podendo configurar-se num determinado ponto do conflito, a partir do qual, o fiel da balança venha a pender para um dos contendores.

A idéia que define o “centro de gravidade” permanece como válida. Não admitir sua existência é um retrocesso. Pelo contrário, é preciso extrapolar seu entendimento para o plano abstrato, e percebê-lo no tempo-espço.

A importância sublinhada por Clausewitz do terreno nas operações, se fez presente nos combates nas selvas e nas montanhas, cenários comuns das guerras insurrecionais.

É atual a base conceitual de Clausewitz que considerou inseparáveis a política e a estratégia, que subordinou o poder militar à política, entendendo que o objetivo maior da guerra deve

APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE CLAUSEWITZ NOS PRINCIPAIS CONFLITOS OCORRIDOS APÓS A II GUERRA MUNDIAL

ser considerado sob a visão do estadista. Clausewitz enfatizou a necessidade de compatibilização dos objetivos com os meios. A dissociação dos objetivos políticos com a capacidade da guerra fatalmente conduzirá à derrota, o que é confirmado no resultado dos conflitos atuais.

O estudo dos conflitos ocorridos após a II Guerra Mundial, por certo corrobora a atualidade de Clausewitz. Sua compreensão referente ao relacionamento entre a política e a guerra permanece imutável, apesar do surgimento do fator ideológico no contexto da guerra revolucionária.

Aqueles que abandonaram os ensinamentos de Clausewitz, alijando-os de sua concepção na formulação da es-

tratégia militar perderam uma ferramenta indispensável na construção da vitória.

A filosofia da guerra enunciada por Clausewitz, e os diversos conceitos por ele emitidos, prevaleceram, não apenas no século XIX, mas adentraram no século XX e são comprovados na atualidade como basilares do pensamento militar.

Da Guerra, a obra de Clausewitz, prosseguirá, através dos tempos, como um marco de referência a ser consultado por gerações de políticos e militares, interessados no entendimento da filosofia da guerra e na formulação das diretrizes que colimam os mais altos interesses nacionais.



Cel Inf QEMA VALMIR FONSECA AZEVEDO PEREIRA — É da Turma de 1964 da AMAN e possui os cursos Básico Pára-quedista, Mestre de Saltos, ESAO, ECEME e CPEAEx (1991). Exerceu as funções de Instrutor da AMAN nos períodos 1978/1979 e 1985/1986. Comandou o 27 BI Pqdt (1989/91). Atualmente, serve no Gabinete do Ministro. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Ouro, Medalha do Pacificador e Ordem do Mérito Militar, no Grau de Cavaleiro.



O BRASIL NO MUNDO EM TRANSIÇÃO — SEU PODER E SUAS POTENCIALIDADES(*)

Carlos de Meira Mattos

Após breve apreciação sobre o processo de transição no qual entrou o mundo, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, o artigo examina a situação do Brasil dentro dele, suas potencialidades e opção de sobrevivência como nação soberana, diante das principais tendências que balizam a marcha da humanidade para o século XXI.

“Vivemos hoje um período de transição. Não somente em nosso país mas em todo o mundo. Mudanças parecem acontecer todos os dias em ritmos mais espetaculares. Em velocidade sem precedentes na história. Muros de Berlim caem em poucos dias, países se abrem e quebram estruturas de muitos séculos. Produtos ficam obsoletos da noite para o dia. Novas tecnologias tornam possível o impossível. Países saem da obscuridade de uma economia agrícola para o primeiro plano mundial em pouquíssimo tempo, alavancados por atividades focadas em alta tecnologia.”

(John Naisbitt e Patricia Aburdene, *Megatrends 2000*, tradução publicada pela Amana-Key Editora, 1990)

(*) Selecionado pelo PADECEME

O QUADRO DA TRANSIÇÃO

Após a queda do muro de Berlim, em 1989, o mundo político, econômico, social e militar entrou em processo de transição. Ruíram os valores que mantiveram o equilíbrio estratégico no período de após 2ª Guerra Mundial (1945), vigentes durante 45 anos — traduzidos no conflito ideológico, político, econômico e militar entre as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética —, para dar lugar a uma nova ordem mundial ainda em fase de transição.

Os analistas estão preocupados com o novo panorama estratégico do planeta que começa a tomar forma, e alguns já se manifestaram.

Já ouvimos o ex-secretário da defesa, ex-presidente do Banco Mundial, Robert Mc Namara, que defende uma *nova ordem mundial* dirigida pelos 7 grandes (Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Japão), nações que, pelo seu peso, dominam as estruturas internacionais de poder político (ONU e pactos regionais) e de poder econômico (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional — FMI, Comunidade Econômica Européia — CEE).

Na *nova ordem mundial* de Mac Namara, as Grandes Potências garantiriam a paz e a segurança entre as nações utilizando, quando necessário, uma diplomacia de pressões políticas e econômicas que, quando ineficaz, em última instância, seria substituída pela ação militar realizada através da inter-

venção de uma força internacional sob a responsabilidade da ONU.

Outros analistas europeus e norteamericanos, nas principais revistas e jornais, vêm insistindo na tese de que o *poder bipolar*, que assegurou o equilíbrio estratégico deste pós-guerra, está sendo substituído pelo *poder hegemônico* dos Estados Unidos, hoje único possuidor de um arsenal estratégico sem rival. Outros como o professor Joseph Nye, da Universidade de Harvard, acreditam no retorno de um *sistema multipolar de poder*, como foi no século XIX.

No curso das transformações e reavaliações que se processam neste período de transição, a posição relativa de cada país no quadro estratégico mundial também está em jogo.

O Brasil, por exemplo, no período do confronto bipolar, teve uma política internacional clara em função de sua opção política pelo ocidente democrático e cristão, e isto lhe deu um *peso estratégico*, representado pelo valor de nossas alianças e nossa participação nos organismos internacionais e nos compromissos militares. Em que pesassem as pressões externas, nunca o Brasil se sentiu constrangido à tomada de uma posição contrária aos seus interesses.

Uma primeira análise da futura nova ordem mundial, indica, aparentemente, para o nosso país, uma perda de capacidade de opção, o que se traduziria no enfraquecimento de nosso peso estratégico. Isto se se confirmarem os prognósticos de um poder hegemônico mundial ou de uma ordem universal comandada pelas grandes potências.

A estrutura jurídica do Ocidente fundada nos princípios da liberdade e igualdade entre as nações, aceitos por todos os países do Ocidente após a Revolução Francesa, estaria profundamente abalada se surgisse uma *nova ordem internacional que reconhecesse o direito de uma minoria de "grandes" ou de um poder hegemônico*.

Quer nos parecer que o *peso estratégico do Brasil* no novo cenário mundial que se anuncia estará relacionado com a nossa capacidade de opção política num universo de poder plural. Somente num quadro de poder plural será possível alcançar os objetivos de paz e segurança idealizados para o futuro da humanidade. Na visão de um poder hegemônico coordenando a ordem mundial, teríamos a chamada "Pax Romana" que predominou durante os quase dois séculos de apogeu do Império Romano.

Seria a paz dos submissos.

NOSSO PODER E NOSSAS POTENCIALIDADES

No novo cenário da política internacional que se desenha para o período de após "queda do Muro de Berlim", o Brasil terá que disputar sua posição estratégica, seu lugar de respeito e prestígio, essencialmente, pelo peso de seu desenvolvimento econômico e social. A valorização dos países no mundo que se reorganiza em face das alterações da estratégia global, fundamenta-se no progresso econômico e social, medido principalmente pelos

indicativos de PNB, PNB *per capita*, índices educacionais e índices de padrão social de população (saúde, saneamento, habitação). Estes os indicadores que sobressaem nas avaliações e estatísticas que são apresentadas neste período de transição pelos organismos internacionais de pesquisa.

Não há dúvida de que, se a causa fundamental que fez desencadear-se as transformações que estão se operando na conjuntura da transição foi a *opção pelo bem-estar social*, como concluiu o autor norte-americano, de origem japonesa, Francis Fukuyama, relegando para plano secundário a opção ideológica, são os indicadores acima citados que proporcionam uma situação de tranquilidade e conforto social. Neste caso, para alcançarmos peso estratégico na sociedade do século XXI, sejam quais forem os rumos da nova ordem mundial, teremos que retomar o ritmo de nosso desenvolvimento sócio-econômico.

Assim, será o *desenvolvimento sócio-econômico* a chave de nossa retomada de posição e prestígio internacional na sociedade do futuro.

Não há dúvida de que não nos faltam recursos materiais para esta retomada. Já fomos capazes, na década de 70, de manter um índice médio anual de crescimento econômico de 8,8% ao ano, dos mais altos do mundo (vide as estatísticas do *World Bank Report*, 1990). Os chamados tigres asiáticos Coréia do Sul, Taiwan (Formosa), Singapura e Hong Kong, que vêm impressionando os comentaristas internacionais pelos resultados econômicos e sociais alcançados nos anos 80, ob-

tiveram nessa década de 70 um crescimento abaixo do nosso. Começamos os anos de 80 em muito melhores condições para a arrancada do desenvolvimento do que os tigres asiáticos, e nos perdemos e estagnamos. Os anos 80 foram para nós a década perdida. Por quê? Não foi por carência de potencialidades. Nosso imenso território, 5º em superfície entre os países do planeta, abriga de sobra recursos de toda a natureza, minerais e de aproveitamento para a agricultura e pecuária. Atingimos um grau de desenvolvimento industrial bastante aceitável. Nossa capacitação tecnológica tem boa base para alcançar a sofisticação da modernidade. Nossas elites técnicas e nosso trabalhador não deixaram a desejar quando empenhados em atividade programada. Onde, então, fracassou o sistema? Na capacidade administrativa de gerir o Estado. As razões dessa incapacidade administrativa, vemos nós, encontram-se na falência das elites políticas, a quem caberia dirigir o desenvolvimento sócio-econômico do país e que conseguiram levar à falência uma nação promissora, assentada em ótima base de partida.

Sem querermos questionar o mérito do problema da crise interna e da nossa perda de posição no cenário internacional, diremos apenas que a impressão que temos é que elites dirigentes do Brasil, a partir do começo da década de 80, empolgadas pelas mensagens da abertura, confundiram democracia com irresponsabilidade.

Mas, voltando ao nosso poder e às nossas potencialidades, vamos discutir os fatores de poder de acordo com os

principais autores da ciência política, Morgenthau, Ray Cline e Paul Kennedy, todos três pesquisadores de universidades norte-americanas. Referimo-nos ao poder, porque de conformidade com a teoria do estado, o poder é o instrumento operacional da política, e será através do planejamento estratégico que chegaremos à ambicionada retomada do desenvolvimento sócio-econômico.

Concordam esses três analistas internacionais que o poder político se funda em fatores essenciais tais como: território; recursos naturais; população; capacidade industrial; desenvolvimento educacional e técnico científico; coesão nacional; aptidão diplomática e capacidade militar.

O Prof. Ray Cline, da Universidade de Georgetown, Washington, apresenta esses fatores sob uma fórmula matemática que, se por um lado pode ser de valor discutível, por outro lado veio ressaltar o peso desses fatores.

Eis a fórmula original do Prof. Ray Cline: $Pp = (C + E + M) \times (S + W)$.

Identificando esses fatores, temos:

Pp = Poder perceptível

C = Massa crítica (população + território)

E = Capacidade econômica (aqui incluindo o desenvolvimento técnico-científico)

M = Capacidade militar

S = Concepção estratégica (em termos nacionais seria Projeto Nacional)

W = Vontade nacional (aqui incluindo a coesão e a aptidão diplomática)

São novos fatores, potencializados dos apresentados acima, a informática e a biotecnologia.

Devemos observar, na fórmula de Ray Cline, sua articulação matemática. Colocou, no primeiro termo da equação, os fatores materiais, mensuráveis, palpáveis, como população, território, capacidade econômica e capacidade militar; no segundo termo, e com efeito multiplicativo, os fatores de índole social e cultural, concepção estratégica e vontade nacional. Assim fazendo, o professor Cline pretendeu realçar os aspectos do caráter e da inteligência nacionais capazes de elaborar uma boa estratégia e convergiram a vontade coletiva para sua execução.

Nestes últimos anos, a equação de poder recebeu novos *inputs* que não foram ressaltados pelos autores citados. Entre eles, o fator mais importante que entrou nesse jogo político foi, realmente, a *informática*, verdadeiro cérebro eletrônico, operador de dados e memória excepcional de mensagens de toda a natureza, aptas a serem transmitidas quase que instantaneamente, pela imagem e pelo som, a qualquer parte do planeta.

A informática está revolucionando os critérios operacionais do Estado e da economia, potencializando todos os fatores de poder considerados pelos autores acima citados.

Outro fator que está alterando esta equação do poder mundial, são os avanços da *biotecnologia*. As modernas aplicações da física e da química à agricultura e à pecuária estão criando condições modificadoras do conteúdo estrutural das sementes e sêmens com

repercussões revolucionárias nos ciclos de produção e no próprio produto. Discute-se, nos centros científicos e governamentais dos países mais adiantados, sobre os perigos de alterar-se a harmonia do código genético; particularmente quando se trata do homem, levantam-se questões éticas e morais sobre este assunto.

Nas áreas de menor violentação à harmonia natural do processo genético, várias experiências continuam se desenvolvendo, como a que se exhibe, no grande centro turístico de *Epcot*, na Flórida, onde se vê a produção de legumes e verduras em estufas, estimulando-se a germinação das sementes por meio de incentivos químicos em base aquática, fora da terra. Os progressos dessa tecnologia permitirão, no futuro, que as pessoas possam ter suas hortas em seus apartamentos.

Vejamos, agora, as perspectivas do Brasil, no quadro de poder do mundo futuro.

Assim, façamos um balanço de nosso poder atual e de nossas potencialidades, visando à retomada do desenvolvimento sócio-econômico, condição essencial para alcançarmos o bem-estar social e adquirirmos um peso estratégico capaz de vir a influir em nossa posição no cenário internacional do século XXI.

Quanto aos fatores geográficos do poder, não há dúvidas que não nos faltam recursos para desenvolver o país. Nosso *território*, com a extensão de 8.500.000km², e o 4º maior do planeta em massa compacta, 5º em termos de espaço nacional descontínuo.

Em termos de posição geográfica não desfrutamos das mesmas vantagens dos Estados Unidos, cujo território continental quase de igual extensão que o nosso, leva a seu favor o fato de debruçar-se sobre os dois maiores oceanos do globo e estar situado inteiramente na zona temperada e no hemisfério norte, o mais desenvolvido do planeta. Entretanto, não falta ao *nosso território* uma boa articulação com o mar, no Atlântico Sul, assim como a existência de enormes áreas favoráveis à agricultura e à pecuária, exploradas em apenas a terça parte de sua capacidade, e ricas jazidas minerais, de toda ordem, também ainda virgens de aproveitamento em sua maior parte. Assim, no que tange ao *território e recursos naturais* os temos em abundância, e valiosos.

Nossa população, a 5.^a maior do mundo, padece de carências graves nos campos assistencial e educacional. Há um esforço enorme a ser realizado para elevar, qualitativamente, nos setores da saúde, da habitação e da educação, o nível da maioria de nosso povo. Entretanto, temos a nosso favor não possuímos quistos raciais ou étnicos, fatores de enfraquecimento da unidade nacional, a exemplo do que vem acontecendo atualmente na antiga União Soviética e na Iugoslávia.

No que se refere à *capacidade industrial*, construímos, nos últimos 50 anos, um valioso e diversificado parque industrial, hoje com sua capacidade produtiva muito superior à demanda interna e externa. Esta década de 80 foi-nos desastrosa; o país, que vinha num ritmo de crescimento econômico

de 8,8% ao ano, um dos mais elevados do planeta, estagnou numa recessão asfixiante. Mas, com grande esforço, nossas empresas produtivas, embora obrigadas a sucessivas reduções de pessoal, conservam ainda uma base de partida capaz de responder a um novo apelo de crescimento.

A *capacidade educacional e técnico-científica* de uma sociedade é fator preponderante de progresso. Representa a potencialização da população para os encargos da vida moderna. A interrupção de nosso processo de crescimento econômico, resultando em carência de recursos financeiros, afetou profundamente os setores educacional e de pesquisas técnico-científicas. Isto numa hora em que a tecnologia das sociedades mais adiantadas alcançava níveis de alta sofisticação. Atrapalhou-nos, também, ao lado da falta de recursos para investir na pesquisa, uma certa exacerbação do espírito nacionalista aliado a vocações estatizantes, situados em áreas governamentais que não entenderam que o mundo estava se liberalizando num processo de inevitável intercomunicação. Por terem compreendido o fenômeno desta mudança, beneficiaram-se vários países, entre os quais os chamados 4 tigres asiáticos — Coreia do Sul, Taiwan (Formosa), Singapura e Hong-Kong — que saltaram na década de 80 (quando nós estagnamos) para posições de desenvolvimento econômico e social que os colocam, hoje, entre as economias mais saudáveis do globo.

Entre os equívocos que contiveram o avanço do programa de pesquisas tec-

nológicas em nosso país destacaremos, como exemplo, a política exageradamente protecionista para a indústria de informática, fechando-nos, assim, para o acompanhamento dos progressos acelerados que envolveram essa área nos últimos 20 anos — ficamos com uma indústria ultrapassada; outro exemplo foi a contenção do programa nuclear, tratado pelo governo como algo apocalíptico, ignorando que a energia do átomo tem inúmeras aplicações pacíficas no campo da economia, da medicina, do bem-estar social, explorado largamente pelos chamados países do 1º mundo.

Nossa *aptidão diplomática* é reconhecida internacionalmente. Porém a diplomacia é um instrumento de política exterior destinado a defender os interesses nacionais. Será preciso que o governo seja capaz de definir os interesses nacionais e marcar objetivos claros para que a diplomacia possa atuar. O diplomata só pode atuar eficazmente tendo uma retaguarda firme, que sabe o que quer. Vivemos, hoje, um quadro estratégico de transição que nos obriga a um cuidado especial em definir posições. Há valores, interesses nacionais, que não podem ser discutidos, como sejam, soberania e integridade territorial. Outros que podem ser reformulados, em função da irreversível tendência de integração em blocos e globalização de certas atividades no mundo moderno.

A *capacidade militar* do País deve responder às previsões das necessidades de segurança interna e externa. Somos uma nação de índole pacífica, sem reivindicações territoriais. Nenhum an-

tagonismo internacional, agudo ou crônico, ameaça a nossa soberania. Por outro lado, não devemos esquecer que temos um patrimônio nacional imenso a preservar num mundo contraditório e violento. O perigo representado pela subversão ideológica tornou-se inexpressivo após a queda do “Muro de Berlim”. Entretanto, outros perigos estão se formando, de fanatismos ecológicos e antropológicos, movidos por impulsos de interferência em nossa liberdade de decisão e em nosso território. Procuram essas minorias fanáticas apoio internacional para os seus planos. O fato de sermos amantes da paz não nos autoriza a embarcarmos no pacifismo ingênuo daqueles que acreditam que não haverá mais guerras. Conhece-se a história da humanidade há cerca de 6.000 anos. E sempre houve desejo de paz e jamais o mundo atravessou um século sequer sem assistir a muitas guerras — grandes e menores. Não devemos nos esquecer da nossa responsabilidade de defender 8.500.000km² de território, 15.700km de fronteira terrestre com 10 países vizinhos e 7.400km de litoral atlântico vis-a-vis com cerca de 20 repúblicas africanas e aberto à navegação internacional. Precisamos manter uma força armada adestrada, moderna e adequada à equação necessidade — responsabilidade.

A *coesão interna* é aquele fator que o professor Ray Cline chamou de *will* — vontade nacional. Insere-se naquele aspecto do poder de uma nação que o historiador inglês Arnold Toynbee se refere quando sentencia, concluindo

suas observações sobre o destino das civilizações:

“Após uma etapa de crescimento, algumas sociedades humanas entraram em colapso pela perda do poder criador de suas minorias dirigentes que, à minguar de vitalidade, perderam a força mágica de influir sobre as massas não criadoras e de atraí-las.”

Quer-nos parecer que, no caso brasileiro atual, está havendo um afrouxamento do fator de coesão nacional, que sempre existiu, e que permitiu vencermos as etapas históricas da colônia, império e república, sempre unidos, numa convergência de aspirações e interesses maiores. Este afrouxamento, resultado da “perda de poder criador das elites dirigentes” o que vale dizer perda de liderança, perda de carisma, terá que ser corrigido, sem o que não alcançaremos os objetivos nacionais de bem-estar do povo e prestígio da nação.

Analisamos, acima, sucintamente, os fatores clássicos do poder político, segundo os mais renomados autores internacionais.

Tentaremos agora, modernizar a nossa interpretação de poder, incluindo e particularizando, por sua importância atual, dois novos fatores, que se vêm impondo nas duas últimas décadas: *informatização e biotecnologia*.

A *informatização* e a *biotecnologia* são considerados modernamente fatores de poder porque atuam como estímulo potencializador de qualquer um dos fatores clássicos. Por exemplo, a capacidade industrial ou a capacidade militar, estimulados por esses dois no-

vos fatores recebem um impulso multiplicador muitas vezes maior. O mesmo acontece agindo sobre os sêmens, as técnicas genéticas conseguem acelerar o desenvolvimento a várias espécies, e melhorar a qualidade dos rebanhos. A serviço do homem, a técnica genética vem criando benefícios extraordinários, particularmente no setor de saúde.

Ao lado desses efeitos benéficos, aqui referidos, levanta-se sobre a biotecnologia ou engenharia biológica uma barreira de ordem ética e moral. Pergunta-se até que ponto as manipulações genéticas, alterando as composições materiais de sementes e de sêmens, particularmente, estarão a serviço da sociedade humana? Certas técnicas de transgênese, ou seja, a introdução de genes de uma espécie em outra, ou mesmo a alteração da composição do genes da mesma espécie, vem criando uma oposição crescente em todo o mundo. O assunto, nos seus aspectos ético e moral, e também de sobrevivência da humanidade, merece a atenção de autoridades governamentais e científicas superiormente responsáveis.

Nos Estados Unidos, a Academia Nacional de Ciências, organização de cientistas e técnicos do maior prestígio, procura traçar a orientação sobre o desenvolvimento da biotecnologia.

A *informática* é a grande invenção de nova era. É o cérebro eletrônico que faz cálculos, desenhos, operações e tem memória onde armazena todo o tipo de informação. Opera com uma rapidez espantosa, milhares de vezes mais rápida do que o cérebro humano;

sua memória é quase perfeita. Apoiada nos avanços da eletrônica e das telecomunicações, possui capacidade de transmissão quase instantânea de mensagens escritas e sonoras entre todas as partes do globo.

Os países mais adiantados neste setor, Estados Unidos e Japão, já se encaminham para a construção dos chamados computadores de 5ª geração, que seriam capazes de tomar decisões semelhantes à mente humana, ao invés de se limitarem apenas à reprodução de dados previamente programados.

No Brasil, a lei de informática, garantindo a proteção de nossa fabricação através da reserva de mercado, se de um lado possibilitou a criação de uma indústria nacional de relativo porte, por outro lado, condenou-nos ao obsolecismo por dificultar o intercâmbio com as indústrias mais adiantadas que progridem com grande rapidez. Recentemente foi reformulada a nossa lei de informática oferecendo abertura para o intercâmbio internacional.

A *biotecnologia*, como a *informática*, conduzem a sociedade ao aproveitamento superior dos recursos existentes. Na agricultura, atuando sobre as sementes e utilizando a climatização artificial, as novas técnicas vêm realizando verdadeiros “milagres”, enriquecendo o teor protéico dos produtos, alterando o seu ciclo de produção, multiplicando as quantidades produzidas. No reino animal, a engenharia genética vem alcançando notáveis resultados no fortalecimento dos produtos, atuando sobre os embriões de alta qualidade selecionados para a

reprodução de gado, porcos e carneiros. Também a indústria de laticínios vem recebendo melhorias substanciais na quantidade e qualidade dos produtos. As técnicas de inseminação — sêmen selecionado e “mãe de aluguel” — são tolerados. As instituições científicas mundiais vêm recebendo sem oposição os avanços da biotecnologia que favorecem o suprimento e qualidade da alimentação humana. As críticas, o medo das conseqüências de um desequilíbrio de ordem natural do universo, situa-se, particularmente, no campo da transgênese, alteração do gene humano ou animal.

No Brasil, comparativamente aos países do 1º mundo, estamos ainda na infância desses novos ramos de conhecimento. Alguns institutos e centros de pesquisas, em particular no Rio de Janeiro e em São Paulo, vêm desenvolvendo técnicas visando a melhoria da produção agrícola e pecuária e, também, atuando no campo da medicina, numa tentativa de acompanhar os avanços modernos.

Assim, resumidamente, analisamos as condições atuais dos fatores de poder do Estado brasileiro, indicando suas possibilidades e suas carências para que, estimuladas as primeiras e corrigidas as últimas, possamos a vir a ocupar o nosso lugar na chamada nova ordem mundial. Para isto será necessário que a política (governo) marque os objetivos principais, tenha um planejamento estratégico realístico e o impulsione com vontade firme, apoiado pelas maiorias nacionais.

O BRASIL FACE ÀS TENDÊNCIAS DE MUDANÇA PARA O SÉCULO XXI

Ao destacarmos, na introdução deste trabalho, as características do período de transição vertiginosa porque atravessa o planeta, não enfatizamos o homem, o dínamo que opera as transformações.

É dos mesmos autores, John Naisbitt e Patricia Aburdene, que citamos no início do trabalho, o trecho que vamos novamente destacar. Dizem eles:

“Atrás de cada uma dessas transformações... pessoas. Pessoas que encaram a realidade como ela é, de forma autêntica, verdadeira e honesta. Pessoas que agem sobre a realidade. Pessoas que constroem, ao invés de desperdiçar energias criticando e destruindo. Pessoas que, agradecidas, capitalizam criativamente o que possuem, ao invés de lamentarem o que não têm, cheias de miséria e revolta. Pessoas que não se acomodam e buscam evoluir cada dia em sintonia com a evolução do próprio mundo. Mais do que nunca é tempo de criar.”

Para acompanharmos o ritmo das transformações do século XXI teremos, antes de tudo, que transformar o homem brasileiro, prepará-lo cívica e intelectualmente para responder positivamente aos apelos de um país que quer acompanhar a marcha para o futuro.

Daf, no âmbito de uma sociedade que respeite a liberdade, há que educá-lo nos três níveis.

Ao nível superior, assegurar um ensino moderno e eficiente. Aos selecio-

nados, aos vocacionados, garantir os meios para as pesquisas de toda natureza, científica e tecnológica, a fim de formarmos uma elite intelectual e técnica à altura das exigências deste mundo do futuro onde pretendemos conquistar um lugar. Nos níveis médio e primário o ensino deve abranger a grande massa da população. A palavra analfabeto deve ser excluída do dicionário brasileiro.

A consciência cívica do cidadão precisa ser aprimorada para que ele, vivendo em regime democrático, saiba fazer as suas opções eleitorais, possa participar do mister de governar.

Entre as principais tendências que balizam a marcha para o século XXI, assinalamos:

- o avanço da democracia e a explosão da livre empresa;
- o apelo econômico suplantando o político, ideológico;
- a liberação do comércio internacional;
- o impulso poderoso da informática e das telecomunicações;
- a relativa abundância de recursos naturais;
- preocupação constante com as questões ecológicas;
- a progressiva redução do tamanho dos produtos;
- a contenção da inflação e dos juros;
- o surgimento de uma Ásia altamente competitiva no campo da economia;
- a contenção das guerras.

A construção de uma sociedade com estas tendências vem sendo encaminhada num universo em que os gran-

des esquemas são a integração das nações em blocos (comunidades, associações multinacionais) e a tendência para o exercício global da economia.

Nesse contexto, o Brasil deve encontrar o seu lugar.

É mister não ficar agarrado a fórmulas comprovadamente ultrapassadas, mas é mister, também, não abrir mão de valores que constituem a própria essência da identidade nacional, entre eles soberania e integridade territorial.

Não podemos ignorar que, no quadro de um mundo verdadeiramente democrático, a integração, o livre comércio, realizam-se em ambiente político de *consentimento soberano* entre as nações.

Sáímos, em termos de poder mundial, de um contexto político-estratégico *bipolar*, para o *hegemônico* que, na opinião de inúmeros analistas internacionais, será temporário, transferindo-se para um *sistema multipolar*, formado por 5 ou 6 blocos de nações associados.

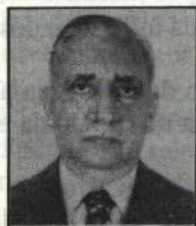
Para nós brasileiros, conforme comentamos na 1ª parte deste trabalho, a composição de poder mundial que

mais nos favorece, será a *multipolar*, onde teremos capacidade de opção política jogando com o nosso peso estratégico.

Nosso peso estratégico, entretanto, será sempre em função do nível do desenvolvimento econômico e social que tivermos atingido na sociedade internacional.

BIBLIOGRAFIA

- CLINE, Ray — *World Power Assessment — A Calculus of Strategic Drift*, Georgetown University, Washington, 1975.
- FUKUYAMA, Francis — *The End of History*, 1991; *The End of History and the Last Man*, 1992.
- JAGUARIBE, Helio — *A Nova Ordem Internacional*, Conferência, 24.09.91.
- NAISBITT, John e ABURDENE, Patricia — *Megatrends 2000*, Amana-Key Editora, 1990.
- La Decouvert (Editora) — *L'Etat du Monde 1991*, Paris.
- McNAMARA, Robert — *The Post Cold War and its Implications for Military Expenditures in the Developing Countries*, Conferência, 25 de abril de 1991.
- MEIRA MATTOS, Carlos — *Brasil Geopolítica e Destino*, Editora José Olympio, 2ª edição, Rio, 1979; *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, Biblioteca do Exército, Rio, 1977.
- MORGHENTAU, Hans — *Politics among Nations*, Borzoi Books, 1949.
- TOFLER, Alvin — *O Choque da 3ª Onda*, 1990.



O General-de-Divisão RI CARLOS DE MEIRA MATTOS foi comandante do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, FAIBRÁS, como coronel. Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras e Infantaria Divisionária da 7ª Divisão de Infantaria (ID-7) em Natal, RN. Foi também Vice-Presidente da Junta Interamericana de Defesa, em Washington, EUA. Geopolítico de renome internacional. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Mackenzie, e um colaborador constante de nossas revistas militares e autor de inúmeros livros, alguns destes editados pela BIBLIX.



A AMAZÔNIA E O PROJETO CALHA NORTE (*)

Silvio Meira

Neste artigo, o autor apresenta, fundamentadamente, diversos aspectos da realidade amazônica e de seus habitantes indígenas. Revela preocupações que reforçam os argumentos que justificaram o Projeto Calha Norte, cuja criação ele aplaude, com entusiasmo.

A AMAZÔNIA E A GUIANA BRASILEIRA

Em 1887, o cientista francês Henri Coudreau publicou, em Paris, dois livros notáveis a respeito da região do extremo-norte do Brasil, à margem esquerda do Amazonas e até as lindes com as três Guianas, a Venezuela e a Colômbia. São livros de extraordinária importância científica e política. Eles estudam a fauna, a flora e os minerais da "Guiana Brasileira", dedicando alguns capítulos, inteiros, aos índios, à vegetação, às riquezas de toda ordem que conseguiu observar, com olhos de

sábio, naquela vasta extensão de terras. Ali há de tudo: florestas densas, ao sul; campos gerais próprios para a pecuária; serras de pequenas proporções, ao norte do Pará, e mais altas, em Roraima; rios encachoeirados e belíssimos, como o Paru (de leste e do oeste), o Jari, o Maicuru, o Trombetas, o rio Negro, o rio Branco e muitos outros.

Deslumbrado com tanta riqueza abandonada, Coudreau chamou a atenção da França para a região, e sugeriu que a sua pátria conquistasse aquelas terras e ali instalasse a França Equinocial.

Sempre fora sonho dos franceses ter uma outra França — a França Antártica, no hoje Estado do Rio de Janeiro, de onde foram expulsos à força;

(*) Selecionado pelo PADECME

a França Equinocial, primeiramente no Maranhão, onde fundaram São Luís, e de onde também foram corridos pelas armas luso-brasileiras; da foz do Amazonas, onde se haviam recolhido com ingleses e holandeses, aliçados graças à bravura de homens como Pedro Teixeira, Costa Favella, Maciel Parente, e tantos outros.

Derrotados por todo lado, eles se recolheram e, com seus dois contemporâneos ambiciosos, deixaram-se ficar nas três Guianas, a inglesa, a holandesa e a francesa, as duas primeiras hoje nações independentes e a terceira, não sabemos por que, ainda colônia em pleno território americano.

O grito de alerta de Henri Coudreau foi ouvido, não só na França, como em outras nações poderosas, que voltaram suas vistas para a fabulosa Hiléia. Vemos, por exemplo, no episódio histórico do Acre e conseqüente tratado de Petrópolis, a idéia, felizmente desbaratada, do *Bolivian Syndicate*, com interesses americanos por trás. Outros acontecimentos, já neste século, como o projeto fracassado da Hiléia Amazônica, em boa hora destruído pela ação benéfica do Estado-Maior das Forças Armadas e de patriotas como Artur Bernardes, na Câmara Federal, Augusto Meira, no Senado, e Artur César Ferreira Reis, em escritos variados.

Pois o grito de Coudreau, por volta de 1887 (data da publicação de um de seus livros em Paris), levou um século para ser ouvido pelos brasileiros!

Compreende-se. Os que têm acesso à Amazônia costumam penetrá-la através do curso do Rio-Mar. Entre este e as savanas do norte há muralha de

florestas densas e rios repletos de cachoeiras. Pelo Oiapoque o acesso é limitado a parte do seu curso. De forma que aquela imensa região, na qual caberiam várias nações da Europa, se não a Europa de oeste toda, ficou entregue à própria sorte.

Os cientistas estrangeiros a descobriram, Humboldt, pelo Orenoco, Stradelli,¹ Jules Nicolas Crévaux, Henri Coudreau e tantos outros a viram de perto e descreveram suas imensas riquezas. Minerais numerosos — ouro, cassiterita, bauxita, diamantes e muitos outros; campos de pastagens capazes de abrigar um dos maiores rebanhos do mundo;² madeiras de lei de todos os tipos; balatais;³ energia hidráulica por todo lado, todo esse império em que Henri Coudreau desejou se instalasse a sua “França Equinocial” e outros aventureiros tentaram implantar uma “República do Cunani”, tudo isso ficou durante um século à margem da História e das cogitações brasileiras.

Para os brasileiros, lamentavelmente, o Brasil só existia do Maranhão para baixo e suas atenções maiores se concentravam no leste e no sul, deixando a Amazônia como um quintal da pátria, no qual só havia cobras e

1. Leia-se a obra de Luís Câmara Cascudo sobre o cientistas bolonhês.

2. Seria por isso que se atribui a *Humboldt* a afirmativa de que, um dia, a Amazônia será o “celeiro do mundo”?

3. Cultura de balateiras. Da família das sapotáceas, a balateira produz a balata, látex com grande porcentagem de guta-percha, procuradíssima nos mercados internacionais (vd. estudos de *Huber e Paul le Coite*).

jacarés. A própria geografia física era desconhecida pela maioria dos nossos compatriotas e, até, por homens colocados em altos postos da administração.

Felizmente, surgiu um grandioso projeto, no sentido de ocupar-se e valorizar-se a região, realizando o velho sonho de Coudreau a favor do Brasil. É o chamado "Plano (ou Projeto) Calha Norte", que vem provocando protestos de inimigos da pátria, muitos deles estrangeiros com interesses não bem definidos, estranhos opositores, alguns afirmando até que o Brasil "quer impor ali a sua soberania", como se fosse crime uma nação afirmar a sua soberania num território que é seu.

O plano é patriótico. Não há porque torná-lo secreto, a não ser naqueles aspectos que coincidam com a defesa nacional. É preciso divulgar, distribuir milhares de mapas pelas escolas, proferir conferências, mostrar aos brasileiros o tesouro de que são possuidores e que deve ser utilizado em proveito de todos.

Em alguns pontos, é verdade, o Plano merece reestudo.

A Aeronáutica, por exemplo, única via de acesso a algumas regiões, desempenha um papel fundamental e merece ser contemplada com maiores recursos. A construção de casas de madeira é outro erro, por melhor que seja essa madeira. Obra perene na Amazônia deve ser de pedra e cal, de cimento. Que sirvam de exemplo as fortalezas de São José de Macapá e Príncipe da Beira, edificadas pelos portugueses e ainda de pé. As casas de

madeira que se construíram na Transamazônica, em dois decênios apodreceram. A Amazônia hoje em dia possui fábricas de cimento em Manaus, no Amazonas, e em Capanema, no Pará, com matéria-prima abundante. Pedra não falta. Há montanhas nas proximidades. Sob esse aspecto, o plano deve ser reexaminado.

O Governo poderia dedicar maior atenção àquela região, a "Guiana Brasileira", geoeconomicamente mais vinculada ao Caribe, dada a sua vizinhança com Colômbia, Venezuela e as antigas Guianas, do que com o Atlântico, apesar de limitar com este oceano no Amapá.

A REGIÃO MARAVILHOSA E ESQUECIDA

Uma das regiões mais maravilhosas deste país, a qual não se tem proporcionado a merecida atenção, é, sem dúvida, a chamada "Guiana Brasileira", que se estende no setentrião brasileiro, do Amapá ao Rio Negro. Abrange áreas cortadas pelos rios que descem das montanhas, como o Jari, o Paru, o Maicuru, o Trombetas, e outros mais, repletos de quedas d'água. A zona é rica em minerais (já se explora a bauxita no Trombetas) e não exageramos se afirmarmos que, no curso superior do Paru até os limites do Jari, talvez se esconda uma outra Serra Pelada, repositório de ouro. Os nativos falam na existência de uma "grota rica" entre os dois rios.

Diga-se mais que, naquele trecho da Amazônia, não há só selva e água.

Estendem-se ao norte, entre as montanhas e o vale, os campos gerais, propícios à criação de gado. Um grande conhecedor da região, Antônio Duarte de Brito, pioneiro construtor de campos de pouso e explorador de balata, afirmou-nos, por experiência própria, que aquelas vastas campinas se prestam admiravelmente à criação caprina.

Terra maravilhosa, com um clima que surpreendeu o cientista Henri Couderau, com áreas propícias à pecuária, vegetais que só ali se encontram, como a balateira, rica em minerais, está a merecer maiores e imediatas atenções por parte do poder público. Como que a coroar tal conjunto variado de riquezas, a obra da Criação ali fixou belezas naturais admiráveis, como, por exemplo, as cachoeiras do rio Paru (paralelo ao Jari e ao Maicuru), em que os redemoinhos e sumidores emprestam ao acidente natural um trágico esplendor.

Para que não pareça estarmos a tecer louvores literários, vamos agora passar à comprovação.

Em 1876 e 1877, um sábio explorador francês, financiado pela sua pátria, realizou viagens científicas ao Jari e ao Paru, seguindo então os Andes. Seu itinerário incluiu os rios Oiapoque, Paru, Içá, Japurá, isso depois de percorrer o Maroni e o Jari. Rumou, afinal, para o Orenoco. Suas observações se encontram em obra monumental, hoje rara, intitulada *Voyages Dans L'Amérique Du Sud, contenant: I — Voyage dans l'intérieur des Guianes (1876-1877) — Exploration du Maroni et du Yary; II — De Cayenne aux Andes (1878-1879) — Exploration de*

l'Oyapock, du Parou, de l'Içá et du Japurá; III — A travers la Nouvelle-Granade et la Venezuela (1880-1881) — Exploration en compagnie de M.E. le Jaune, du Magdalena, du Guairare et de l'Orenoque; IV — Excursion chez les Guarounos (1881). O livro contém 253 belas gravuras em madeira e foi editado em Paris, pela editora L. Hachette & Cie., em 1883.

Não se tratava de um aventureiro, mas de um homem de ciência, comissionado pelo ministério da instrução pública e da marinha da França.

Diz ele, logo à página 1, que deveria subir o rio Maroni até as nascentes, nos montes Tumucumaque “onde os antigos negreiros colocavam o país legendário do Eldorado”. (*Où les anciens négriers plaçaient le pays légendaire de l'El Dorado*).

À página 92, escreve que “os índios, pressionados sem dúvida pelas perguntas dos exploradores, ávidos de metal precioso, contaram que o homem dourado vivia em um palácio em que as paredes eram de ouro maciço”. Um desses templos teria sido encontrado às margens do Rio Jari, mas os exploradores ficaram desapontados ao verificar que se tratava de rochas micáceas, dando a impressão de ouro. Essa decepção, porém, refere-se a um único episódio, porquanto, em outro passo, firma que “os montes Tumucumaque são constituídos por terrenos primitivos absolutamente idênticos àqueles que fornecem ouro da Baixa Guiana”. E completa: *Il y a tout lieu de croire qu'ils sont riches en productions aurifères* (pág. 91).

Por que os negreiros ali localizavam o Eldorado? Porque toda a zona é aurífera. As quantidades fabulosas de metal que saíram do Rio Calçoene no fim do século passado, via Caiena, foram o estopim para a guerra do Amapá, em que sobressaiu Veiga Cabral. O ouro foi a causa dos combates que culminaram com o "Laudo de Berna", reconhecendo o direito do Brasil ao Amapá.

Toda aquela zona é rica em minerais e isso os franceses descobriram muito antes dos brasileiros, tanto assim que enviaram expedições, como a de Crévaux, em 1876. Quem contempla a carta geográfica, ali localiza, próximo às nascentes do Oiapoque, um pico chamado Crévaux.

Tentaram ainda os franceses criar uma nova nação — a República Independente do Cunani — abrangendo toda a Guiana Basileira, à margem esquerda do Amazonas, no século passado. O projeto fracassou, mas a idéia fixa ficou. Cremos, mesmo, depois de longos estudos, que o sábio francês Henri Coudreau, que depois se mostrou tão amigo do Brasil, trazia a missão política de investigar a região em proveito da sua pátria. Ele o afirma, em obra hoje rara: *La France Equinoxiale — Études Sur Les Guyanes Et L'Amazonie*, Paris, ed. Challamel Ainé, 1886.

À página 148 escreveu que "a descoberta do ouro na colônia fez barulho na metrópole" (*La découverte de l'or dans la colonie fit du bruit dans la Métropole*). E mais: *Napoléon III, flairant l'El Dorado, interdit d'abord formellement, par le décret de 30*

novembre 1855, l'exploitation des placers par les particuliers, réservant à la couronne seule la possession de ces trésors).

À página 432, afirma que *l'Amazonie formera très probablement, un jour peut-être très prochain, un État independant séparé du Brésil*. E aconselhava o governo francês a dedicar maior atenção à região e fomentar a colonização francesa. E se abria em declarações de amor pela terra: *Je l'aime beaucoup, ce coin de terre de Guyane et du Bas Amazone, ce beau domaine de l'ancienne France Équinoxiale* (pág. 433).

Veja-se que Coudreau não desvincula o Baixo Amazonas da Guiana. E já na Introdução afirmava: "A França Equinocial é possível? Caiena parece dizer não, mas a Amazônia responde sim."

Em outro volume, complementar desse, assevera que a região da serra de Tumucumaque ao Rio Amazonas, cortada pelos rios Jari e Paru, está para toda a Hiléia como o Piemonte para a Itália. Quem dominar aquela área, dominaria a Amazônia!

Quem assim escreveu foi um cientista francês, que devassou os principais recantos amazônicos, deixando obras magníficas, que ele próprio ilustrava, sobre os cursos do Tapajós, Xingu, Tocantins, Itacaiunas, Cunani, Maicuru, Trombetas e outros rios.

Toda essa imensa área é facilmente ocupável, dado o seu clima saudável, à possibilidade de instalação de fazendas de bovinos e caprinos, em alguns pontos, à exuberância dos cursos

d'água, às riquezas vegetais e minerais que apresenta.

Um belo plano elaborado no decurso do governo do general Emílio Médici vinha abrir, para os olhos dos brasileiros, todas essas excelências: a estrada Perimetral Norte, de fins econômicos e estratégicos, que retiraria do isolamento um dos mais valiosos e disputados trechos do território nacional.

Por que quando Médici deixou o governo, essas obras foram paralisadas? Por que se desativou todo o plano, patriótico e necessário, inadiável? Quais as razões?

Cremos que a melhor colonização para a área seria a de sulistas e nordestinos, resistentes e bravos. Aberta aquela rodovia, os resultados a serem colhidos cobririam, em pouco tempo, todas as despesas. E o Brasil cresceria. A Amazônia, desguarnecida no sententrião, só defendida pelos acidentes geográficos, encontraria seu verdadeiro destino. É preciso sempre repetir com Henri Coudreau: "aquele é o Piemonte da Amazônia". Cuidemos dele, enquanto é tempo.

Não foram apenas os estrangeiros. Escritores nacionais já gritaram no passado, mas gritaram em vão neste país de surdos. Raimundo Moraes escreveu: "Crônica sensacional para os geólogos que estudam nas aluviões as rechãs donde essas aluviões provieram, ela representa nos dois tributários (Jari e Paru) aqui mencionados, um seguro atestado de riqueza. Mas não é só à flor da terra que vêm as provas desse tesouro dormente no alto dos montes, é do subsolo também, no qual os na-

turalistas do tope de *Crévaux* encontraram ouro, níquel, prata, cobre, carvão, estanho, manganês, além de múltiplos minérios difíceis de enumerar numa resenha improvisada" (*Um eleito das graças*, Inst. L. Sodré, Belém, 1941).

Leia-se mais o que escreveram a respeito Henrique Santa Rosa, em *Pela Amazônia Paraense*, páginas 18 a 21; Paulo Eleutério em *Pela Guiana Brasileira*, página 11; Paul le Cointe, em *O Estado do Pará* (Cia. Ed. Nacional, 1945); Francisco Bernardino de Souza em *O Vale do Amazonas*.

Preferimos reproduzir no original as palavras de Henri Coudreau: *... ce territoire au sud des montagnes, territoire qui commande l'Amazonie comme le Piemont commande l'Italie...*

É preciso dar mais atenção aquela área fabulosa onde deve haver muita Serra Pelada inexplorada.

A VERDADE SOBRE OS YANOMAMIS

Em 1971, o Museu de Etnografia de Genebra realizou exposição a respeito dos índios da Amazônia, especialmente os *Yanomami*, da fronteira com a Venezuela, os *Wayana*, dos limites com as Guianas, os *Urubu*, das proximidades do rio Gurupi, os *Kayapó*, da região do Xingu e os *Nambikuara*, das lindes com a Bolívia.

Dessa exposição resultaram estudos interessantíssimos sobre cada um desses grupos indígenas, diferentes entre si, quer nos costumes, quer nas línguas, quer nas tradições, quer no tipo físico.

A publicação oficial traz prefácio do diretor A. Jeanneret e uma concisa monografia de autoria de René Fuerst, acompanhada de mapas e dados científicos a respeito de cada uma daquelas mencionadas tribos. Outra é de Daniel Schoepf.

Tratando-se, como se trata, de publicação levada a efeito na Suíça e sob a orientação de eminentes homens de ciência, não há porque duvidar da autenticidade das informações que apresentam. Pelo contrário. Sua contribuição nesta hora torna-se valiosíssima, porquanto se pretende superestimar, perante o mundo, a situação real dos índios *Yanomami*, distorcendo dados, exagerando situações e divulgando inverdades. Tudo isso com a finalidade de retirar aos brasileiros a posse legítima de uma imensa área territorial, abarrotada de minerais, que nações estrangeiras, falsos antropólogos, falsos pastores e duvidosos religiosos (felizmente não todos), procuram subtrair à soberania nacional. O cientista suíço esteve na região em 1962 e 1969, e tomou parte na missão médica da Cruz Vermelha Internacional, em 1970 (pág. 23).

Os *Yanomami*, afirma René Fuerst, são mais caçadores e extratores, da mesma forma que os *Nambikuara* e os *Kayapó*, enquanto os *Wayana* e os *Urubu* se dedicam à plantação. A agricultura dos primeiros, entre eles os *Yanomami*, é rudimentar (pág. 9).

Antigamente eram conhecidos por outra denominação: *Waika*.

Do lado venezuelano, são chamados também *Yanoama*.

Sua localização geográfica é dos

dois lados da fronteira venezuelana, na região compreendida entre os afluentes do Orenoco. Do lado brasileiro, à margem direita do Rio Branco e margem esquerda do Rio Negro, ao norte do Estado do Amazonas e a oeste do Território de Roraima. Trata-se de uma das zonas mais acidentadas e cobertas das mais densas florestas na Amazônia.

O dado mais importante, no entanto, é o referente ao número de índios *Yanomami*, que permite verificar-se o exagero da área que lhe foi recentemente reservada.

Em território do Brasil, existem apenas de três (3) a quatro (4) mil índios; em terras da Venezuela, se acham dois terços do total, isto é, aproximadamente seis (6) mil indígenas. Reproduzimos o texto francês: *...en effet, si nous admettons que les Yanomami vénézuéliens constituent à peu près deux tiers de l'ensemble de la peuplade, le total de ses indiens au Brésil se monte à 3-4.000 individus; se divisant en groupes régionaux de quelques centaines de membres, ceux-ci n'entretennent guère que des relations hostiles entre eux* (pág. 22).

Os próprios índios se hostilizam, se matam na floresta e possuem tradição de ferocidade, sob o epíteto de "matadores". E mais: são nômades, *toujours en fonction d'une vie itinérante*, com formas distintas de uma povoação a outra (... *présentente des formes distinctes d'une peuplade 'a l'autre'*), como o afirma Fuerst, no citado trabalho.

Agora, indagamos: se se trata de apenas três a quatro mil índios do lado

brasileiro e seis mil do lado venezuelano, por que essa barulheira toda no campo internacional contra o Brasil, poupando a Venezuela? Resposta: é que no território nacional se acham localizadas as imensas reservas minerais, especialmente o ouro, os diamantes e o urânio. Nações poderosas necessitam do urânio. Se entregarmos a exploração do ouro a estrangeiros, não podemos impedir a saída do urânio e de outros minerais que lá existem.

Outra indagação: se são apenas três a quatro mil índios, por que então desalojar quarenta mil garimpeiros, que se acham no exercício legal de uma atividade protegida pela Constituição? Resposta: é que os garimpeiros são brasileiros autênticos, nordestinos, paulistas, gaúchos, mineiros e de outras procedências, homens bravos, que num caso de conflito armado saberão defender o território nacional, como o fizeram os seringueiros no Acre, no fim do século passado.

O Governo deveria incentivar o garimpo na região, a qual, no futuro, poderá (e deverá) constituir mais uma unidade da federação. E deve criar, quanto antes, o Território Federal de Yanomami, nomeando para dirigi-lo uma alta patente da Aeronáutica. A Constituição o permite (Art. 18, § 2º).

As forças internacionais que trabalham contra a ocupação brasileira são inidôneas.

Nações como a Inglaterra não têm autoridade para intervir nesse assunto, porquanto dominou cruelmente, durante séculos, a Guiana Inglesa (hoje república democrática), deixando um rastro de misérias e destruição. Devas-

taram tanto as matas que a catedral de *Georgetown* (a maior do mundo no gênero), é toda de madeira.

A antiga Guiana Inglesa possui um território de 215.000km² (duzentos e quinze mil quilômetros quadrados), dominados britanicamente desde 1803 e independente a partir de 1970. Conhecemo-la de perto. Lá estivemos em missão oficial em 1975. Que fizeram os ingleses pela ecologia, pelos índios guianenses? Nada. Exploraram quanto puderam o subsolo, extraindo a bauxita, poluindo os rios e florestas. Arrancaram do solo cana-de-açúcar, para produção do seu *rhum*, arroz e muita madeira, que deve guarnecer atualmente as habitações da Inglaterra.

Por que, então, essa orquestração internacional contra o Brasil por povos, como o italiano, responsável pela guerra mais covarde da história da humanidade, contra os pobres abissínios; igualmente o francês, que até hoje não retira as plantas da única e derradeira colônia das Américas, a Guiana?

É preciso fazer um movimento mundial pela independência da Guiana. O Brasil deve contra-atacar! Para cada um desses povos, complexados por crimes históricos e milenares, há um argumento ou uma medida de defesa.

Voltamos à pergunta: como sacrificar quarenta mil brasileiros em nome de quatro mil índios?

Os índios devem ser assistidos, amparados. Temos pelos silvícolas o maior carinho, e os próprios garimpeiros podem contribuir com uma parcela de seu lucro para a conservação dessas tribos.

Por outro lado, se os aviões com

socorros descem em pistas na floresta, estas foram abertas pelos garimpeiros. O único benefício da região se deve a eles. E não estão sendo indenizados. São benfeitores de boa-fé que o Código Civil protege, admitindo o direito de retenção (Art. 516), até serem indenizados.

No entanto, faz-se exatamente o contrário.

O argumento de que os garimpeiros levam doenças aos habitantes da selva é outra inverdade.

Os índios são, historicamente, enfermos. A malária é nativa. Os garimpeiros adquirem-na, transmitida pelos mosquitos que picam os selvagens. Há doenças estranhas entre os índios. Roquette Pinto, em excelente estudo publicado no livro *Rondônia* (Brasiliense, nº 39) e Olímpio da Fonseca Filho, fazem alusão à *ferida brava: leishmaniose tegumentar, úlcera fragedênica tropical e éctima* (cit. págs. 62 e 63), tudo isso aliado à verminose e outras enfermidades próprias da selva, como a febre amarela silvestre, transmitida pelos macacos, e algumas ainda desconhecidas.

Querer culpar os garimpeiros pelas doenças indígenas, é um absurdo.

É preciso estudar e esclarecer o povo brasileiro, sempre mal informado. E contestar os acusadores, quer sejam "pastores de almas", quer sejam "pastores de pepitas" ou reis da Inglaterra.

INDIANISMO E LATIFÚNDIO

Não poucas vezes temos escrito em

jornais e falado em conferências em defesa dos indígenas brasileiros.

Eles são objeto, hoje, de atenções universais, por algumas nações que se mostram sensibilizadas por sua causa, quando elas próprias destruíram os habitantes autóctones no passado. Outras, por serem européias, jamais conviveram com essa parcela da humanidade. E têm suas histórias banhadas de sangue humano, quer em guerras externas injustas, quer em suplícios em noites de São Bartolomeu, inquisições, guilhotinas, câmaras de gás e outras misérias.

À falta de assunto, ou talvez para esconder suas próprias mazelas históricas, voltam-se agora para os índios brasileiros, como se o Brasil não tivesse governo, nem homens capazes de resolverem seus problemas.

Há outra causa por trás disso tudo. São os minerais abundantes, só descobertos em certas regiões nas últimas décadas, apesar dos relatos antigos de viajantes, cientistas e exploradores, entre eles os franceses Jules Nicolas Crévaux e Henri Coudreau, que devastaram a Amazônia brasileira. São as riquezas vegetais, valores admiráveis, também objeto de estudos científicos magníficos, entre muitos por Von Martius, pelo italiano Stradelli (biografado por Luiz de Câmara Cascudo), Von Humboldt que, penetrando pelo Orinocó, foi mal interpretado pela Corte, ao tempo de Dom João VI, como se fora um estranho aventureiro, perigoso para a política luso-brasileira daquele tempo. Citem-se mais Walter Raleigh (1595), Keymis (1596), Harvey (1608), Simon et Edmée Mentelle

(1782), Thiebault (1819), Leprier (1831), Adam le Bauve (1833), Peyron (1857).

Mas voltemos aos índios.

Essa gente que se propõe protegê-los não tem amor nenhum as silvícolas, mas às terras que eles ocupam, as quais, por preceito constitucional, pertencem à União.

É preciso rever as autorizações para penetrar na Amazônia de certos indivíduos que se dizem "missionários" e algumas entidades, que se apresentam como científicas. Agora mesmo o governo brasileiro, num primeiro ato louvável de afirmação de nossa soberania, expulsou da Amazônia um grupo de franceses com seus balões, que deveriam andar à cata de minerais e não de conclusões científicas.

A Guiana Francesa possui também floresta amazônica e índios. No entanto, esses expedicionários preocupam-se com o nosso território, quando, ali bem perto, possuem áreas que são um prolongamento do Brasil, além das serras Acaraí e Tumucumaque, e do rio Oiapoque.

Não é estranho? A Guiana, historicamente desprezada pela França, continua sendo um enclave colonial na América do Sul, de difícil aceitação. No entanto, as nações antiimperialistas conservam um silêncio tumular a respeito. Por que não exploram as matas guianenses?

Voltemos, de novo, aos índios.

A luta pela demarcação de terras indígenas nem sempre apresenta um propósito sadio. É fácil demonstrar, tendo em vista a desproporção entre

os números de habitantes silvícolas e as áreas pretendidas ou já asseguradas.

Temos em mãos estatísticas oficiais referentes às zonas indígenas sob a jurisdição da 4.^a Superintendência Executiva Regional da Funai, no extremo-norte do país. Foram-nos fornecidas pela própria Funai.

Na área indígena do Uaçá, município do Oiapoque, Estado do Amapá, existe uma população de *Karipunas*, *Palirur* e *Galibi Marworno*, num total de 2.536 índios, aos quais foi reservada uma área de 454.660 hectares.

Na Juminã, para apenas 83 (oitenta e três) índios *Karipuna* e *Galibi Marworno*, foi delimitada uma extensão de 24.000 hectares (vinte e quatro mil). Dividam-se os 24.000 ha por 83 índios e ver-se-á que latifundiários na Amazônia nem sempre são os "brancos".

Na Galibi, no mesmo Estado, para 93 índios foram reservados 6.689 hectares, pela Portaria nº 1.369/E, de 24.08.82, e homologada a demarcação, pelo Decreto nº 87.844, de 21.11.82.

Na Waiapi, nos municípios de Macapá e Mazagão, no mesmo Estado do Amapá, para uma população de apenas 290 índios foi reservada uma porção de terra com 543.000 hectares! Vamos repetir: quinhentos e quarenta e três mil hectares para duzentos e noventa silvícolas, que se enquadrariam, perfeitamente, na categoria de latifundiários, de acordo com as definições do Estatuto da Terra, promulgado no governo Castelo Branco. E latifundiários que não produzem.

Eis aí.

O colono nacional, especialmente o nordestino e o migrante do Rio

Grande do Sul, Paraná, Minas e outras unidades da federação, que se deslocam para a Amazônia, em busca de trabalho, teriam direito, pelo plano ocupacional do Incra para a Transamazônica, a um lote de 500m x 500m, para agricultura, um pouco maior para a pecuária.

Fazendas produtivas, em todo o Brasil, embora estagnadas por falta de recursos de seus proprietários, têm sido desapropriadas. E já houve até um projeto, gorado em tempo, em que se desapropriava todo o município de Londrina!...

No parque indígena de Tumucumaque, município de Almeirim, Óbidos, Oriximiná e Alenquer, para 757 (setecentos e cinquenta e sete) índios das tribos *Waiana-apalai*, foram reservados 2.700.000 ha, em virtude do Decreto nº 62.998, de 16.07.1968.

Evidentemente, isso é um exagero.

Explique-se que aqueles municípios são riquíssimos em minerais.

Certa vez, um ex-prefeito de Alenquer, Antônio Brito, entregou-nos um pacote de ametistas brutas, sem valor comercial (e que está à disposição de quem quiser vê-las), que colheu à flor da terra naquela região.

Assim se explicam os interesses "humanitários" de nações, "cientistas" e "missionários", que desejam explorar-nos, usando como escudo o índio.

É preciso reagir, e já. E pô-los fora a toque-de-caixa, como o fizeram nossos antepassados.

OS ÍNDIOS E SEUS DIREITOS

Há um equívoco muito grande, geralmente difundido, a respeito dos direitos dos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Fala-se muito em "terra dos índios", como se fossem eles titulares do domínio. O próprio "Índice Temático" da Constituição em vigor contém essa expressão, dando a entender que são "proprietários" das áreas que ocupam.

Errado.

Os silvícolas, na verdade, não são mais do que "ocupantes", e seus direitos se limitam ao usufruto. As terras são propriedade da União, nos termos do Art. 20, inc. XI, da Carta Federal: "São bens da União: V — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios."

A primeira condição é que a ocupação seja tradicional, imemorial. Daí decorrem direitos assegurados nos Arts. 231 *usque* 232. O Art. 231 manda proteger a organização social, os costumes, línguas, crenças e tradições e direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Verifica-se, dessa forma, que não existem terras de que sejam proprietários. Seus direitos se limitam à superfície, ao solo, não se estendem ao subsolo. O § 2º do Art. 231 alude expressamente a usufruto: "As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes."

Tudo isso está subordinado ao su-

perior interesse público. Tanto assim que o § 5º do citado artigo prevê a possibilidade de remoção de grupos indígenas, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco a sua população ou no interesse da soberania do País.⁴

A esta altura, indagamos: — que é o usufruto?

Di-lo o Código Civil e o confirma a tradição milenar do Direito (Art. 713 e segs.): “Constitui usufruto o direito real de fruir a utilidade e frutos de uma coisa, enquanto temporariamente destacado da propriedade.”

É um direito real sobre a coisa alheia, aquilo que os romanos chamavam *jus in re aliena*. Um direito que pressupõe a existência de um titular da propriedade, senhor do domínio direto, que, no caso em exame, é a União. Esta, sim, é a proprietária.

O direito de propriedade se triparte em: direito de usar (*jus utendi*), direito de fruir (*jus fruendi*) e direito de dispor (*jus abutendi*). O titular pleno do domínio, sem restrições de direitos alheios, dispõe dessas três categorias de direitos e pode usar a coisa, colher os frutos naturais ou civis, dispor dela, podendo hipotecar, permutar, alienar em suma.

O usufrutuário tem a seu favor apenas as duas primeiras modalidades: usar e fruir. E esse é o direito dos índios: não podem hipotecar nem alienar sob qualquer de suas categorias (permutar, vender, doar etc.).

4. Deveria usar-se a palavra Nação, em vez de País.

Amarrados a essas restrições legais, os índios, em sua ignorância, julgam-se “donos” das terras. E muita gente diplomada, nas faculdades ou em seminários, ainda confunde um *jus in re* com um *jus in re aliena*.

Outro aspecto digno de menção é que se estão demarcando áreas centenas de vezes superiores às elementares necessidades indígenas, sob pressão de “forças ocultas” ou mesmo “forças ostensivas”, que não amam o índio, mas o ouro e os diamantes que essas terras abrigam.

Seria de toda conveniência que o governo fizesse infiltrar *curiosi* (como diziam os romanos) nas áreas indígenas em que trabalham falsos pastores de almas, a fim de verificar como vivem os índios e como vivem esses amigos dos direitos humanos. Quase sempre são estrangeiros, inimigos da soberania brasileira, que ensinam inglês ao silvícola, procurando aliená-lo da pátria.

E tanto é verdade que as áreas objeto de reserva são muito superiores às necessidades que, abandonadas, são objeto de ocupação por garimpeiros brasileiros, numa atividade lícita e perigosíssima.

A Constituição prevê a remoção de grupos indígenas enfermos. No entanto, pretende-se remover maior número de brasileiros, considerados verdadeiros apátridas, para os quais, em última análise, tornia-se necessário invocar a legislação de proteção aos animais.

Certos falsos “missionários” e cantores de *rock* estrangeiros não se apiam das famílias dos garimpeiros

mortos ou contaminadas de malária, verdadeiras párias nos limites da pátria.

Estes não são filhos de Deus, são animais que devem ser escoraçados.

Prof. Dr. SILVIO AUGUSTO DE BASTOS MEIRA (Silvio Meira) — *ex-membro do Conselho Federal de Cultura, é Professor Catedrático de Direito Romano e Emérito da Universidade Federal do Pará. Possui bolsas de estudo na Alemanha (1956/57) e na Itália (1942). Oficial R2 de Infantaria (CPOR), cursou a Escola Superior de Guerra em 1970, tendo sido o orador da turma. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e similares do Pará e Goiás, bem como das Academias Carioca, do Rio de Janeiro, Paraense, Alagoana, Acreana, Riograndense do Norte, Parabana e Goiana de Letras. Jurista, historiador e romancista, é detentor dos Prêmios Teixeira de Freitas — do IAB, Clio de História — da Academia Paulistana de História, Verdienstkreuz — da República Federal da Alemanha, e Al Mérito — da Universidade Nacional Autônoma do México.*



A GUERRA NO GOLFO PÉRSICO — LIÇÕES E CONSEQUÊNCIAS PARA A FORÇA TERRESTRE (*)

Aricelso Maia Lima Verde,
Renaldo Quintas Magioli,
José Pedro de Souza Dias e
Aristóteles Teixeira da Costa

Resumo de relatório de trabalho em grupo realizado durante estágio do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1991.

Constitui mais um subsídio para os estudiosos da Guerra do Golfo Pérsico.

AMBIENTE OPERACIONAL

O Oriente Médio é, certamente, a mais complexa região do Globo. Abrange uma superfície de 22.088.815km² e abriga uma população superior a 350 milhões de habitantes, distribuídos em 19 Estados,

com sérios problemas de natureza política, étnica e religiosa.

Esse imenso espaço geográfico é caracterizado pela existência, em quase toda sua dimensão, de um solo arenoso — zonas desérticas — com poucos acidentes de vulto, onde as temperaturas, durante a maior parte do ano, são elevadas, atingindo 50°C à sombra e caindo, bruscamente, para próximo de

(*) Selecionado pelo PADECEME

0°C à noite. As precipitações são bastante irregulares, porém intensas na primavera, fazendo com que os rios temporários, os chamados *wadis*, se tornem caudalosos. No período da seca, as tempestades de areia são frequentes.

Com relação à hidrografia, além dos rios temporários, destacam-se, pela sua importância na região, os rios permanentes Nilo, Tigre e Eufrates, formando estes últimos, em sua confluência, o rio Shatt-Al-Arab.

No que diz respeito ao Kuwait, em cujo território desenvolveram-se quase todas as operações terrestres da Guerra do Golfo, cabe ressaltar sua localização — NE da Península Arábica, limitando com o Iraque a N e W, com o Golfo Pérsico a E e com a Arábia Saudita ao S — e o fato de ser o país um grande deserto. Seu relevo é bastante plano, com alturas máximas de 300m. Não possui rios permanentes. O clima é quente e seco e a temperatura, como em quase todo Oriente Médio, chega aos 50°C no verão. São frequentes as tempestades de areia provocadas pelo vento *shamal*, de NO.

Esse ambiente operacional, pelas suas peculiaridades, exerceu forte influência na condução das operações, considerando-se os efeitos sobre o pessoal e o material empregados e a necessidade da adoção de medidas que viabilizassem um eficiente apoio logístico e uma adequada estrutura de comando por parte das tropas ocidentais.

A GUERRA NO GOLFO

A primeira tentativa de anexação do Kuwait ao Iraque ocorreu em 1961, quando aquele país deixou de ser protetorado britânico.

Na recente invasão, os motivos alegados pelo governo iraquiano — pretenso roubo de petróleo efetuado pelo Kuwait; inundação do mercado internacional, juntamente com os Emirados Árabes e a Arábia Saudita, do óleo produzido, baixando seguidamente a cotação do produto — escondiam, na realidade, o objetivo nacional do Iraque de livre acesso às águas do Golfo Pérsico e, por conseguinte, ao Oceano Índico, e o fato de o Kuwait ter sido parte de seu território.

A partir do momento da invasão, as negociações diplomáticas, as resoluções da ONU e as sanções econômicas impostas ao governo iraquiano não foram suficientes para demover o presidente Saddam Hussein de seu intento, restando, em consequência, as ações no campo militar.

A guerra teve início em 17 de janeiro de 1991, quando uma força de coalizão, constituída de vinte e oito países, sob a coordenação dos Estados Unidos, desencadeou o ataque às forças iraquianas instaladas no Kuwait.

A atuação da força aérea aliada e da artilharia de longo alcance, precedida da saturação do espectro eletromagnético inimigo (guerra eletrônica), além de propiciarem um alto poder de destruição, face à objetividade e à precisão dos mísseis, deixaram o Iraque “cego, surdo e mudo”, impossibilitando-lhe qualquer reação ordenada.

Quando da realização da ofensiva aliada por terra, em 24 de fevereiro, ou seja, trinta e oito dias após o ataque aéreo, as forças iraquianas já estavam, praticamente, derrotadas pela destruição de seu sistema logístico e do moral dos combatentes.

Os resultados obtidos pelas forças de coalizão no desenrolar das operações expressam a adequada aplicação de táticas e técnicas que permitiram o completo domínio das forças iraquianas, configurados, principalmente, na adaptação do combatente ao ambiente operacional, no eficiente apoio logístico, na utilização maciça dos meios aéreos e no emprego eficaz da força aérea no apoio aerotático, de materiais bélicos e eletrônicos de alta tecnologia, de forças combinadas, de comando e forças especiais por trás das linhas inimigas.

APRECIÇÕES SOBRE A GUERRA

O forte contraste nas estratégias e doutrinas operacionais, empregadas pelos contendores, foi marcante na Guerra do Golfo, deixando ensinamentos significativos para os combatentes modernos.

A doutrina seguida pelas forças aliadas foi a preconizada pelos EUA como *Air-Land-Battle*, dentro do princípio de emprego de forças combinadas, atuando de forma integrada sob um comando central do TO. Do lado do Iraque, suas Forças Armadas eram treinadas segundo a doutrina soviética.

Tais fatos facilitaram a coordenação da força de coalizão, uma vez que as forças européias que a integravam, participantes da OTAN, já estavam familiarizadas com a doutrina norteamericana, absorvida nos adestramentos e manobras realizadas pelas forças armadas dos países membros, e possuíam plenos conhecimentos do armamento e da doutrina de combate soviéticos.

Outro aspecto a assinalar é que, desde o início do conflito, foi estabelecido um comando do teatro de operações e um centro de operações combinado para as forças aliadas, proporcionando um eficiente sistema de comando e controle. Por outro lado, a definição precisa e a integração dos diversos níveis de comando permitiram uma adequada coordenação das operações, compatibilizando a condução dos planejamentos e das ações de combate no TO, com as decisões político-estratégicas de Washington.

As forças iraquianas dispunham de meios e de experiência de combate recente (Guerra Irã-Iraque) que lhes permitiram o estabelecimento de um sistema de comando e controle eficaz. Porém, as infiltrações de comandos e forças especiais aliados quebraram o elo de comando entre Bagdá e a frente do TO, deixando isolados e sem coordenação os grandes comandos e as unidades iraquianas. Por sua vez, a centralização excessiva, até mesmo no campo tático, exercida pelo presidente do Iraque, a incapacidade de chefes militares em administrar uma guerra moderna, a rápida neutralização de seus sistemas de comunicações e

defesa aérea, concorreram para a ineficiência das ações de comando e controle de suas forças.

No que se refere às comunicações os sistemas utilizados pelas forças aliadas eram predominantemente norte-americanos, de última geração e interligados por satélites, compatíveis com os equipamentos de dotação das tropas européias e sauditas. Embora os equipamentos egípcios e sírios fossem, em sua maioria, de origem soviética, não prejudicaram as ligações de comando, pois atuaram em áreas específicas do combate. No decorrer das operações, o suprimento, a manutenção, a reposição e a substituição do material de comunicações não sofreram interrupções na cadeia logística.

Sem uma produção nacional, os sistemas de comunicações iraquianas utilizavam equipamentos de diversas origens (soviéticos, norte-americanos, chineses, tchecos, egípcios), prejudicando a instrução da tropa, dificultando a integração das redes e impondo, ainda em tempo de paz, seríssimos problemas de manutenção, agravados com o bloqueio internacional aprovado pela ONU.

O levantamento de informações oportunas sobre o inimigo foi conduzido, em todos os níveis das forças aliadas, através da busca e do processamento de informes, atuando de maneira ampla e ininterrupta desde o início da "crise do golfo".

Tanto as informações de caráter estratégico como as de interesse direto das forças em campanha fluíam através de órgãos de inteligência, após o

processamento dos dados obtidos das mais variadas fontes.

Na busca de informes, particularmente sobre o TO, foram utilizados satélites espíões, posicionados geoestrategicamente, e aeronaves tripuladas ou de controle remoto dotadas de câmeras de TV ou sensores térmicos ou eletromagnéticos.

Um fator de grande importância na condução das operações pelas forças aliadas constituiu-se na utilização dos mais modernos meios de que dispunham para a aplicação da arte da guerra. As condições econômicas e os conhecimentos científicos alcançados pelos norte-americanos e europeus conferiram-lhes a capacidade de atingir um alto nível tecnológico que, durante toda a campanha, foi largamente aplicado às ações de combate. A concepção e a montagem de uma poderosa máquina de guerra assegurou aos aliados um mínimo de baixas e proporcionou-lhes a rapidez e a precisão para, em cinco semanas, neutralizarem o poder militar do Iraque e, em apenas 100 horas de operações terrestres, derrotarem suas tropas no campo de batalha.

Nas operações aéreas, empregaram caças e caças-bombardeiros armados com mísseis ar-ar e ar-terra dotados de "cabeças inteligentes" que os guiavam para os respectivos alvos, valendo-se de sensores térmicos ou de iluminação por feixe "laser", permitindo grande precisão, com acentuada redução de danos colaterais. Para desativar os sistemas de defesa aérea inimigos, seus radares, quando plotados por sensores de aeronaves ou sa-

télices de busca de radiações, eram eliminados por mísseis anti-radiação ou neutralizados por ondas eletromagnéticas emitidas por aeronaves de contramedidas eletrônicas, sempre presentes no TO.

Nas operações terrestres, todas as unidades em campanha dispunham de equipamentos de defesa contra agentes químicos e biológicos e de dispositivos de visão noturna. Equipamentos de orientação por satélites estacionários contribuíram para a precisão dos tiros de artilharia e para o levantamento correto dos itinerários nos deslocamentos no deserto e nas arriscadas incursões em território inimigo. Na destruição de carros de combate (CC) e demais blindados inimigos foram largamente utilizadas viaturas sobre rodas com mísseis anti-carro (AC) guiados por cabo. A artilharia de campanha valeu-se de modernas peças auto-rebocadas (AR), com alcance de até 30km, e da artilharia autopropulsada (AP), com viaturas de alta mobilidade e tubos com alcances de 18km, além de lançadores múltiplos de foguetes. Por fim, helicópteros valiam-se, com grande precisão, de mísseis disparados a baixa altura e guiados por feixe de "laser" dirigido por outro helicóptero de escolta ou por observador no solo.

O investimento econômico na contratação da assistência de estrangeiros a engenheiros e técnicos iraquianos possibilitou, ao Iraque, um desenvolvimento tecnológico voltado para uma indústria bélica orientada para a fabricação de artefatos nucleares. Conseguiu ampliar a capacidade balística de

mísseis, como o SCUD soviético, desenvolver ogivas químicas e compatibilizar sistemas de vários equipamentos adquiridos no mercado internacional.

Nas operações aéreas, a força aérea iraquiana, embora dispusesse de um elevado número de aeronaves, praticamente não participou da guerra. Muitos aeródromos e aviões foram destruídos por bombardeiros, algumas aeronaves sobreviveram em abrigos, porém a maioria que conseguiu decolar fugiu para o Irã, sendo poucas as abatidas em voo. A defesa antiaérea era moderna e dispunha de uma grande quantidade de peças de tubo e de mísseis, mas tornou-se ineficaz, ante a imediata neutralização dos centros de comunicações e dos sistemas de alerta, direção e controle de tiro.

Nas operações terrestres, empregaram carros de combate de última geração adquiridos na URSS, como os T-72, além de outros de origem britânica, chinesa e, também, soviética. Sua artilharia era moderna e em grande parte AP, com calibres de até 155mm e alcances máximos, variando de 15 a 30km. Suas mais notáveis peças eram soviéticas, francesas e sul-africanas. Nas posições defensivas, introduziram, em seus planos de barreiras, minas inertes, de modo a iludir os sensores fotográficos das aeronaves e satélites, sonegando informações importantes à definição dos dispositivos de ataque das forças aliadas.

No campo da logística, as forças aliadas acumulavam experiências de guerras passadas e pertenciam, em sua maioria, a países detentores de altas tecnologias e possuidores de parques

industriais tradicionalmente ligados à produção de material bélico. Assim, as operações aéreas e terrestres somente foram desencadeadas após o comando do TO ter alocado todos os meios necessários à continuidade do apoio logístico às ações de combate.

Por sua vez, as forças iraquianas tinham quase total dependência externa de fornecedores e especialistas, para obterem os suprimentos e assegurarem o apoio de manutenção a seus equipamentos mais modernos. O quadro tornou-se mais crítico com o embargo internacional aprovado pela ONU e em virtude dos danos causados às vias de transporte e às redes de comunicações nas primeiras semanas do conflito, interrompendo, praticamente, o fluxo do apoio logístico às unidades em primeiro escalão.

Antes mesmo do início da guerra, o domínio do espaço eletromagnético constituiu-se em fator preponderante para as forças aliadas. A captação e a decodificação das emissões eletromagnéticas iraquianas possibilitaram levantar, com precisão, a ordem de batalha inimiga e manter, durante as operações de combate, o total controle de seus meios eletrônicos. As medidas de guerra eletrônica implementadas pelas forças aliadas foram, também, facilitadas pelo fato de que a maioria dos sistemas utilizados pelo Iraque era composta por equipamentos soviéticos, cujas características técnicas já eram conhecidas pelas forças da OTAN.

O planejamento e o emprego adequado de operações psicológicas pelas forças aliadas permitiram um rigoroso controle sobre a mídia internacional,

conduzindo a opinião pública mundial para um desejável nível de apoio às intervenções militares. Para os EUA era de fundamental importância que os erros cometidos durante a guerra do Vietnã não mais se repetissem. As operações psicológicas levadas a termo diretamente sobre as posições de defesa inimigas resultaram em defecções em massa e em valiosas informações, como a localização exata de diversas passagens nos campos de minas, proporcionando às forças aliadas a rapidez e o reduzido número de baixas registrado nas operações terrestres.

O emprego de equipes de comandos e forças especiais pelo comando central das forças aliadas no Golfo destacou-se pelo oportuno e eficaz apoio prestado às diversas fases da Operação *Desert Storm*, garantindo o sucesso nos momentos mais críticos da ofensiva aliada.

Dos 500.000 militares que atuaram no teatro de operações, apenas 9.400 integravam tropas de operações especiais, dispondo de habilitações e equipamentos próprios.

LIÇÕES PARA A FORÇA TERRESTRE

As considerações a seguir traduzem o que de mais importante podemos destacar como lições da Guerra do Golfo para a Força Terrestre:

- necessidade de uma doutrina que envolva o emprego de forças combinadas, bem como a imprescindível interação com a força aérea, tanto nas ações estratégicas quanto nas táticas;

- adequação dos meios, das táticas e das técnicas à doutrina adotada pela Força;

- compatibilização entre as doutrinas utilizadas pelos países aliados, no caso de uma eventual aliança militar;

- conhecimento pleno da doutrina, das táticas, e do material de dotação das forças inimigas consideradas nas hipóteses de guerra (ou de conflito);

- pleno conhecimento da missão atribuída ao escalão superior (intenção do comandante) por todos os níveis de comando, de modo que, mesmo sob condições adversas, sejam atingidos os objetivos previstos;

- influência do ambiente operacional sobre o pessoal e material empregados no TO, exigindo uma adequada preparação das forças combatentes.

- preservação da unidade de comando, com ou sem estado-maior combinado, com vistas ao planejamento, à coordenação e ao controle das operações;

- compatibilização das ações operacionais no teatro de operações com as decisões político-estratégicas adotadas pelo governo;

- necessidade de obtenção da superioridade aérea nas fases mais críticas da operação, como forma de viabilizar o emprego de unidades da força terrestre em determinado setor do teatro de operações;

- neutralização da capacidade de comando e controle das forças inimigas, como forma de proporcionar as melhores condições para o emprego do poder aéreo militar;

- fundamental importância do sis-

tema C³I na condução de operações de combate;

- produção de material bélico com a mais moderna tecnologia disponível;

- grande importância das informações para o planejamento e condução das operações;

- necessidade de toda a tropa estar instruída e dotada de equipamentos de proteção contra agentes químicos e biológicos e de dispositivos de visão noturna;

- utilização de modernos tipos de propelentes e de equipamentos de orientação e navegação por satélite, proporcionando maior alcance e precisão para a artilharia de campanha, bem como, no caso dos equipamentos, segurança e rapidez nos deslocamentos das unidades e nas infiltrações de pequenas frações blindadas, particularmente dos carros de combate pesados, em face da atuação de helicópteros e aviões de ataques ao solo armados com mísseis e bombas anticarro;

- surgimento de novas técnicas de abertura de brechas em campos minados, através do emprego de bombas de amplo e forte poder de onda de choque e de cargas lineares lançadas por foguetes, complementadas por viaturas especializadas da engenharia de combate;

- simulação de alvos compensadores (aeronaves, carros de combate, peças de artilharia, plataformas de lançamento, instalações diversas etc.) conduzida pelo Iraque, assim como a utilização de minas inertes em passagens táticas da posição defensiva demonstraram ser de grande valia na defesa passiva;

A GUERRA NO GOLFO PÉRSICO — LIÇÕES E CONSEQUÊNCIAS PARA A FORÇA TERRESTRE

- definição do início dos combates somente após a logística dispor de todos os meios necessários ao suporte das operações. Manter a presteza e continuidade do fluxo de suprimentos e o apoio de saúde durante todas as fases da guerra;

- necessidade do domínio do espaço eletromagnético na condução de guerras modernas, empregando-se equipamentos adequados e pessoal altamente adestrado para a condução da guerra eletrônica com a eficácia desejada;

- operação psicológica, já integrada na estrutura militar e conduzida de modo eficiente por pessoal altamente especializado, atuando sobre a mídia (ação psicológica) e, operacionalmente, sobre o inimigo (guerra psicológica);

- coordenação e emprego adequado de frações de unidades devidamente organizadas e especializadas em operações especiais, proporcionando um eficiente suporte às operações convencionais de combate.

CONSEQUÊNCIAS PARA A FORÇA TERRESTRE

Dos principais aspectos e lições da Guerra do Golfo, podemos destacar, como consequências para a Força Terrestre:

- coordenação, pelo EMFA, dos trabalhos que visem ao emprego das forças singulares sob unidade de comando em operações combinadas, compatibilizando e, sempre que possível, padronizando doutrinas, arma-

mentos, material de comunicações, terminologias etc;

- intensificação do conhecimento sobre doutrina, táticas e do material de dotação das forças armadas de nações amigas, particularmente daquelas consideradas nas hipóteses de guerra (conflito);

- manutenção e adestramento, sob doutrinas e táticas específicas, de unidades previamente destinadas ao emprego em diferentes ambientes operacionais;

- reaparelhamento e modernização efetiva do exército, de forma a proporcionar-lhe o poder de combate indispensável à condução das operações terrestres;

- emprego do sistema C³I com prática permanente nas instruções e adestramento da tropa nos diversos escalões de comando;

- busca da auto-suficiência científica e tecnológica na produção de sistemas de orientação, de direção e controle de tiro; de todo material bélico, bem como a pesquisa e desenvolvimento de propelentes que assegurem a fabricação e o contínuo suprimento de munições de alta qualidade;

- criação de unidades de informações, de operações psicológicas e de guerra eletrônica com pessoal altamente especializado;

- seleção, para incorporação, de pessoal com melhor nível de escolaridade, em virtude da sofisticação do material e das características atuais e tendências futuras das operações militares;

- necessidade de adequada preparação das tropas para serem emprega-

das em operações noturnas e em ambientes de possível utilização de armas químicas e biológicas;

- manutenção da atual política de implantação da aviação do exército, evitando-se retrocessos, em face dos óbices que possam surgir;

- neutralização, a curto prazo, das atuais vulnerabilidades relacionadas com o apoio logístico, a engenharia de combate, as comunicações e a artilharia, particularmente no que concerne aos meios autopropulsados e antiaéreos;

- possibilidade de ampliação dos atuais efetivos das nossas tropas de forças especiais e ações de comandos, face à comprovada capacidade de emprego de equipes de comandos e forças especiais em missões de infiltração no território inimigo para a realização de tarefas específicas, de caráter estratégico ou tático.

No caso da nossa força terrestre, além da necessidade de o Brasil atingir uma estatura político-estratégica compatível à sua importância no contexto das nações, há a necessidade de, de uma maneira dinâmica e ordenada, introduzir-se o conceito de modernidade, buscando-se a eficácia, onde procurar-se-á, até mesmo, uma descentralização em todos os níveis, valorizando-se a iniciativa, de modo que sejam produzidos reflexos positivos também no campo operacional.

Observa-se ainda que, nos dias de hoje, a dependência tecnológica é fator impeditivo para a existência de um poder militar dissuasório, conforme ficou constatado na Guerra do Golfo, onde o Iraque, dependente de tecnolo-

gia alienígena, não tinha condições de repor itens de suprimentos e não possuía armas tão sofisticadas quanto as das tropas norte-americanas e suas aliadas.

Após a constatação da importância do desenvolvimento nacional, da necessidade da existência de um poder militar dissuasório e da independência tecnológica, concluiu-se sobre o fato de ser imprescindível que o Brasil possua uma indústria bélica em condições de proporcionar o reaparelhamento de nossas forças armadas, onde as indústrias naval e aérea merecem uma atenção especial, em face do nosso extenso litoral, das rotas marítimas de comércio exterior e, especialmente, pela evidência da importância da força aérea (estratégica e tática) nas guerras atuais. Tudo isso passará, antes de tudo, por uma imperiosa reestruturação do ensino do país, uma vez que a ciência é a base para o desenvolvimento.

CONCLUSÃO

A Guerra do Golfo Pérsico, conforme foi publicado pela imprensa, constitui-se em um marco de reflexão, assim chamada, “nova ordem mundial”, sob a égide dos Estados Unidos da América, verdadeiramente o grande, e único, vencedor daquela guerra, conforme consta no prólogo do livro *Después de la Tormenta — Las Claves de la Posguerra*.

Os ensinamentos da Guerra do Golfo são variados e numerosos, assim como as consequências que devem ser avaliadas em todos os campos do poder nacional, embora, no presente trabalho, nos tenhamos limitado, particularmente, àquelas que mais diretamente interessam à força terrestre brasileira, ou seja, as relacionadas às áreas militar, tecnológica e, mais superficialmente, à econômica.

Assim, da importância do ambiente operacional — pelas influências que exerce no combatente e no material, principalmente nos mais sensíveis à temperatura, poeira, umidade etc. — ao emprego das forças armadas, passando pela tecnologia e, também, pelos aspectos doutrinários, onde o apoio logístico se constitui em um exemplo de eficiência e profissionalismo, a Guerra do Golfo Pérsico permitiu que se extraíssem várias lições e se identificassem algumas consequências para nossa força terrestre.

Uma conclusão óbvia é que, no mundo atual, particularmente pelo que ficou demonstrado na Guerra do Golfo, um país não poderá se considerar em condições de ser respeitado em seus

interesses nas relações internacionais se não tiver atingido um determinado grau de desenvolvimento, desenvolvimento esse que possibilite a existência de um poder militar capaz de se opor, eficientemente, a uma agressão, ou dissuadir um outro país para que não leve a efeito uma agressão pelos altos custos que essa ação envolveria.

O incentivo e o apoio ao estudo, pelo governo e pela sociedade em geral, numa nova mentalidade nacional, possibilitará a formação dos recursos humanos e o surgimento de eficientes institutos de pesquisa. Essas providências, no contexto do desenvolvimento nacional, proporcionarão as condições necessária à manutenção de um poder militar compatível com as dimensões territorial e populacional do Brasil e à estatura política-estratégica do país, particularmente se não nos esquecermos de que uma guerra nos dias de hoje é, fundamentalmente, decorrente do conhecimento científico (um duelo tecnológico), uma demonstração de poderio militar — apoiado em uma sólida economia — e, sobretudo, a vontade de uma nação.





Cel Inf QEMA ARICELSO MAIA LIMA VERDE — é da Turma de 1962 da AMAN e possui os Cursos da EsAO, ECEME, CPEAEx (1991) e Administração de Empresa (civil). Exerceu as funções de Instrutor do CMRJ (1976/1978). Comandou o 30º BI Mtz. Atualmente, serve na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Ouro, Medalha do Pacificador e Ordem do Mérito Judiciário Militar.



Cel Inf QEMA RENALDO QUINTAS MAGIOLI — é da Turma de 1963 da AMAN e possui os Cursos de Guerra Química da EsIE, EsAO, ECEME e CPEAEx (1991). Exerceu as funções de Instrutor da AMAN nos períodos 1976/1978 e 1985/1986. Comandou o 38º BI. Atualmente, serve no Departamento Geral do Pessoal. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Prata, Medalha da Força Interamericana de Paz, Medalha do Mérito Tamandaré, Medalha do Pacificador e Ordem do Mérito Militar no Grau de Cavaleiro.

Cel Inf QEMA JOSÉ PEDRO DE SOUZA DIAS — é da Turma de 1964 da AMAN e possui os Cursos Básicos Pára-quedista, Mestre de Saltos, Precursor Pára-quedista, Comandos, EsAO, ECEME e CPEAEx (1991). Realizou Estágio no 7º Grupo de Forças Especiais em Fort Bragg (EUA — 1973). Exerceu as funções de Instrutor da AMAN (1986/1988). Comandou o 26º BI Pqdt. Atualmente, serve no Comando Militar do Sudeste. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Prata, Medalha do Mérito Santos Dumont, medalha da Inconfidência.



TC Com QEMA ARISTÓTELES TEIXEIRA DA COSTA — da Turma de 1968 da AMAN, possui os Cursos da EsAO, ECEME e CPEAEx (1991). Exerceu as funções de Instrutor da Escola de Comunicações nos períodos de 1972/1977 e 1987/1989. Comandou o 1º BCom Div. Atualmente encontra-se adido à ECEME. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Prata e Medalha do Pacificador.



UMA INTERPRETAÇÃO DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA (*)

Jaire Brito Prieto, Dario Francisco Loriato,
Luiz Edmundo Maia de Carvalho e Julio
Sergio Dolce da Silva

Resumo de relatório de trabalho em grupo realizado durante estágio do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 1991.

Sintetiza a história recente do desenvolvimento da indústria bélica brasileira, analisando sua situação atual e sua continuada importância em face do novo quadro da conjuntura internacional.

INTRODUÇÃO

O alvorecer da indústria de material bélico brasileiro, que buscou, na década de 70, ocupar inicialmente nichos de mercado para,

depois, competir com os poderosos fabricantes estrangeiros, encontrou, na primeira fase, a receptividade dos compradores para, em seguida, sofrer violenta oposição dos tradicionais donos do mercado. Apesar dessa dificuldade, os empresários brasileiros venderam seus produtos por diversos países, em

(*) Selecionado pelo PADECME

todos os continentes, atuando com agressividade num mercado em contínua expansão.

O sucesso alcançado motivou o desenvolvimento da indústria bélica brasileira que projetou novos equipamentos, cujo maior destaque foi, sem dúvida nenhuma, o carro de combate *Osório* da Engesa que, em competição internacional promovida pela Arábia Saudita, suplantou todos os demais concorrentes.

Este trabalho apresenta uma análise da atual conjuntura internacional, destacando-se a nova correlação de forças após a guerra do Golfo Pérsico. Em seguida, analisa a situação da indústria de material bélico nacional, para depois concluir sobre suas perspectivas, definir seus rumos e sugerir prioridades ao governo brasileiro para estimular esse importante setor da nossa indústria, componente do poder militar capaz de respaldar as decisões soberanas da nação brasileira.

INTERPRETAÇÃO DA CONJUNTURA INTERNACIONAL

A Nova Ordem Internacional

Os acontecimentos políticos das duas últimas décadas do século vêm acompanhando o vertiginoso ritmo de desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade. A queda do muro de Berlim, a reunificação da Alemanha, o desmantelamento do Pacto de Varsóvia e da própria URSS, o comunismo agonizante e a próxima implan-

tação da Comunidade Européia são os fatos mais marcantes dessa nova fase da política internacional.

Da mesma forma, no campo econômico, uma nova ordem se prenuncia através de países como o Japão e os "tigres asiáticos", os quais, sendo mais velozes no desenvolvimento de modernas tecnologias e mais ágeis na sua comercialização, se tornaram constante ameaça à economia dos Estados Unidos.

Parecia que o mundo entraria numa era de prosperidade e de meras disputas comerciais, com o perigo da guerra afastado para sempre, sobretudo quando o término da bipolaridade entre os EUA e a URSS acenava com a possibilidade de um período de paz mais duradouro. Porém, contrariando todas as perspectivas, o Iraque invadiu o Kuwait e, ameaçando os interesses vitais dos países desenvolvidos, provocou por parte deles a mais violenta reação.

A rápida organização de uma força internacional apoiada nas resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), a formação de coalizações de países para defender interesses comuns e a utilização de caros e sofisticados sistemas de armas empregados na guerra relâmpago que se seguiu, reacenderam antigos questionamentos e suscitaram teses diversas sobre os direitos e obrigações das nações mais desenvolvidas em manter, a seu modo, a paz no mundo. No final do conflito, os Estados Unidos firmaram-se como única superpotência e, com sua atitude, demonstraram a firme vontade

de defender seus interesses em qualquer parte do globo.

Nas discussões que se seguiram após a guerra do Golfo Pérsico, ganharam destaque as teses da soberania limitada, da internacionalização da Amazônia e do dever de ingerência dos países mais desenvolvidos. A tese da falta de necessidade de forças armadas nos países do "terceiro mundo" foi fortemente defendida pelo ex-secretário de defesa do EUA, Mac Namara, nem sempre com apoio de segmentos influentes. Avultaram também as pressões ecológicas por parte dos países desenvolvidos sobre os demais países, bem como a defesa do direito de independência das "nações" indígenas. Procurou-se, desse modo, imputar, aos países do "terceiro mundo", a responsabilidade pelo destino da humanidade, para o qual ainda não estariam preparados.

O Brasil foi um dos países mais atingidos por esta "nova ordem" internacional, em virtude de seu elevado potencial, caracterizado pelo solo rico e fértil, pela sua grande base territorial e populacional, pelo seu pujante parque industrial e por seus recursos humanos, de competência igualável aos dos países mais desenvolvidos.

A par dos aspectos já relatados, avulta de importância a formação de blocos internacionais. A criação da Comunidade Econômica Européia (CEE) se contrapôs a formação do bloco norte-americano (EUA-Canadá-México), enquanto Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai idealizaram o Mercosul, como pré-requisito para bargaa-

nar a inclusão como um todo em um bloco mais forte.

Enquanto na CEE a formação de blocos deve proporcionar uma ascensão econômica aos seus integrantes mais pobres, como Portugal, o receio dos países sul-americanos é que a sua inserção isolada em um bloco liderado por um país mais poderoso, venha a prejudicar-lhes o desenvolvimento. Por outro lado, o não alinhamento em um dos blocos poderá representar importantes barreiras comerciais e maiores dificuldades para a captação de recursos, com conseqüências piores que o seu alinhamento.

Principais Atores

Os interesses comuns dos EUA, Inglaterra, Alemanha, França e Japão superaram suas eventuais divergências. Os quatro primeiros fazem parte do Conselho de Segurança da ONU e o Japão é, sem dúvida nenhuma, a maior potência econômica da atualidade. Portanto, torna-se muito difícil contrariar as decisões conjuntas e mesmo, por vezes, unilaterais desses países.

A URSS¹ é o quinto membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas com direito a veto. O seu enfraquecimento poderá significar o alinhamento com os demais membros nas grandes decisões internacionais, com prejuízo para as demais nações, ou, numa hipótese embora remota, ter seu veto não acatado pelos EUA. Entre-

1. NOTA DA REDAÇÃO: À época da realização deste estudo, a URSS ainda existia. O parágrafo ficou prejudicado.

UMA INTERPRETAÇÃO DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA

tanto, espera-se que a URSS mantenha ainda uma poderosa força armada de dissuasão, porém, desmontando parcialmente sua indústria de material bélico, em especial aquela voltada para a fabricação de artefatos nucleares e da "guerra nas estrelas".

O Oriente Médio foi a região mais abalada por conflitos diversos no período após a Segunda Guerra Mundial. Em consequência, Israel, Egito, Síria, Líbia, Iraque, Irã e Arábia Saudita montaram forças armadas de elevado efetivo, dotadas de armamento, equipamento, material e sistema de armas dos mais modernos, fornecidos principalmente pelos EUA e URSS.

A China, em virtude do seu potencial, é também discriminada pelas grandes potências, à semelhança do Brasil, por isso mesmo não dispondo de aliados de peso. Sua história revela conflitos e guerra com a URSS, EUA, Inglaterra e Japão.

A Itália está desenvolvendo, em conjunto com o Brasil, o projeto do caça *AMX*. O sucesso desse empreendimento é importante para aumentar a credibilidade internacional do nosso País.

A INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA

O Acordo Militar Brasil—EUA

A associação militar entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte existe há muito tempo, desde quando, no início dos anos 20, por solicitação da marinha do Brasil,

estabeleceu-se uma missão naval americana em nosso país, acompanhada depois, nas décadas seguintes, por missões do exército e da força aérea, com a finalidade de colaborar com as forças armadas brasileiras.

Entretanto, foi somente após a eclosão da Segunda Guerra Mundial que se celebrou um acordo formal entre o Brasil e os EUA para que se adotassem as medidas necessárias à colaboração entre suas forças armadas, e que fossem criadas duas comissões, uma em Washington e outra no Rio de Janeiro, para o planejamento e a coordenação da defesa conjunta dos dois países.

Durante o período da guerra, a comissão militar se dedicou aos problemas de planejamento, instrução, equipamento e logística relativos à preparação da Força Expedicionária Brasileira, da formação do Primeiro Esquadrão Brasileiro de Caça e, também, do treinamento das unidades navais brasileiras.

Os objetivos básicos da assistência militar dos EUA, assinado em 15 de março de 1952 e ratificado, pelo Congresso Brasileiro, em 1953, eram de natureza política, econômica e militar, dentre os quais podem ser destacados os seguintes:

- estabelecer condições para que os povos do mundo livre pudessem se tornar fortes e melhor aparelhados para resistir a uma agressão comunista;
- induzir as nações mais desenvolvidas do mundo livre a destinar grande parte de seus recursos econômicos para o sustento de suas próprias forças armadas e compartilhar o ônus da assis-

UMA INTERPRETAÇÃO DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA

tência militar aos países menos desenvolvidos;

- desenvolver uma força militar no mundo livre que pudesse deter uma agressão direta e aberta dos países comunistas;

- assegurar a existência de suficientes forças militares e paramilitares nativas, para combater a subversão de inspiração comunista, sem intervenção militar direta dos Estados Unidos.

O Programa de assistência militar desenvolveu-se em períodos de planejamento de cinco anos, quando então eram discutidas as novas regras. Nessas renovações, o Congresso Americano se reservava o direito de aprovar o programa anual de aplicações, tendo em vista os interesses americanos face à conjuntura mundial e às ameaças de seus inimigos. Desse modo, o programa de assistência militar ao Brasil ficava subordinado ao planejamento geral do departamento de defesa dos Estados Unidos, para depois ainda ser submetido à aprovação pelo Congresso Americano.

Assim mesmo, ao longo dos anos de sua vigência, o Brasil recebeu carros de combate, viaturas militares, reboques, armamentos, munição, comunicações, aviões de transporte, de caça, bombardeiros e de treinamento, helicópteros, navios contratorpedeiros, submarinos e uma infinidade de material logístico, de instrução e de apoio. Todo esse material, inicialmente direcionado para a defesa externa, foi sendo substituído por outros, de modo a incluir equipamentos e apoio aos elementos voltados dentro da nova polí-

tica de defesa contra a subversão comunista.

O acordo militar Brasil-EUA foi denunciado pelo presidente Ernesto Geisel, em 11 de março de 1977. Finalmente, depois de vinte e cinco anos de sua existência, o acordo militar Brasil-EUA deixou de existir a partir de 11 de março de 1978, quando a denúncia do governo brasileiro foi ratificada pelo Congresso Nacional.

Quando o Brasil denunciou o acordo com os EUA, o programa militar de cooperação naquele ano era de US\$ 50 milhões, representando apenas 2,3% do orçamento militar brasileiro naquele ano. Para se ter uma idéia do que representou, em termos financeiros, a ajuda militar dos EUA ao Brasil, durante os vinte e cinco anos de sua vigência foram despendidos, nos termos do acordo, cerca de US\$ 1 bilhão, enquanto, só para se ter uma comparação, os EUA deram, apenas no ano de 1976, US\$ 1 bilhão de ajuda militar a Israel.

Foi justamente o fim do acordo militar Brasil-EUA que permitiu o desenvolvimento de uma indústria de material bélico genuinamente nacional, a qual passou a produzir, para as forças armadas brasileiras, todo o tipo de equipamento militar.

Situação Atual da Indústria de Material Bélico

O rompimento do acordo militar foi um grande incentivo ao nascimento da indústria privada de material bélico. Inicialmente, esse nascimento se deu

com a recuperação e a modernização de veículos blindados sobre rodas e, depois, de veículos blindados sobre lagartas, todos anteriormente recebidos dos EUA. Essa modificação ficou a cargo do então Parque Regional de Motomecanização da Segunda Região Militar em São Paulo. Dado o volume e a complexidade da tarefa foram, pela primeira vez depois da Segunda Grande Guerra, contactadas as indústrias daquele estado para cooperarem naquele serviço.

Com apoio técnico e financeiro do exército, algumas empresas desenvolveram projetos de muito bom desempenho e que foram adquiridos, em número razoável, pelas forças armadas brasileiras. Um pequeno número dessas indústrias, baseados no sucesso local de seus produtos, com audácia empresarial e grande sucesso inicial, lançaram-se ao mercado externo.

Hoje, a conjuntura internacional se modificou, não só devido ao retraimento do mercado externo mas, principalmente, porque o governo brasileiro entrou em sucessivas crises econômicas, diminuindo a cada ano a participação das forças armadas no orçamento da União. Em consequência, o setor industrial de defesa perdeu, ao mesmo tempo, os mercados externo e interno.

As duas empresas que participam da produção e exportação de material bélico, a Engesa e a Avibrás, com suas produções fortemente concentradas em exportações, foram as que mais sofreram durante a crise mencionada. A primeira está totalmente inviável, com sua falência requisitada e com o governo

tentando salvá-la através da Imbel. Evita-se com esse procedimento o prejuízo da perda de uma empresa com *know-how* tão importante para a defesa nacional. Já a Avibrás, que passou por sérios problemas, conseguiu manter-se durante a crise com sua linha de produtos civis.

A Embraer, como empresa estatal, passou por uma crise financeira, mas foi socorrida pelo governo, e hoje vive um clima de recuperação. Trata-se de uma empresa bastante viável devido a sua linha de aviões civis, que estão tendo grande aceitação no mercado internacional, além do avião de treinamento militar, *Tucano*, já exportado para vários países.

A Imbel, também uma empresa estatal com dificuldades, tem conseguido sobreviver através de pequenas encomendas e algumas exportações.

A Bernardini, a Motopeças, Hidroar, CBC e DFV, além de outras menores, lutam contra problemas de decréscimo ou interrupção de suas encomendas, sobrevivendo graças à pouca concentração de produtos militares em suas linhas de produção.

O Mercado Interno e Externo

Como visto anteriormente, as principais empresas brasileiras, voltadas para a produção de material bélico de defesa, enfrentam, na atualidade, dificuldades de toda ordem.

Para reverter essa situação é necessário um amplo envolvimento de todos os seguimentos da sociedade responsáveis pela formulação de uma

política nacional, a fim de se obter recursos e definir estratégias para prover as forças armadas de material de defesa. Enquanto tal não ocorrer, a indústria bélica brasileira continuará padecendo de uma série de indefinições que inviabilizam seu desenvolvimento.

Um dos fatores limitativos do mercado interno é a reduzida demanda causada pela cada vez mais reduzida parcela orçamentária destinada às forças armadas. Considerando que as despesas com investimentos, ou seja, as que incluem as encomendas de equipamentos de material de defesa não têm superado 10% das disponibilidades orçamentárias, é fácil deduzir, no contexto das despesas nacionais, como são diminutos os gastos nesse mercado.

As últimas grandes aquisições das forças armadas foram bem acanhadas. O exército recebeu, no final de 1989, uma bateria de *Astros II*, da Avibrás; este ano, a força aérea passou a contar com uma esquadrilha do caça *AMX*, da Embraer; e a marinha de guerra aguarda o final da construção de duas corvetas, no Arsenal de Guerra da Marinha.

Outro fator restritivo do mercado interno está ligado à tecnologia. Não é fato novo que países mais desenvolvidos dificultam e, até mesmo, impedem a importação de equipamentos sofisticados que propiciariam a fabricação de produtos mais baratos e mais competitivos.

No início dos anos 80, a indústria bélica brasileira obteve êxitos seguidos, chegando a ter um certo peso na balança comercial. Um dos elementos fundamentais desse êxito foi a notável

visão ao escolher os tipo de equipamentos a serem produzidos. As escolhas realizadas pelas diversas empresas tiveram características comuns que revelaram um grande conhecimento das tendências tecnológicas na produção de armamentos, de suas possibilidades e das brechas de mercado existentes.

Esse crescimento da indústria bélica brasileira não passou despercebido pelos tradicionais fabricantes de armas. Assim foi que um estudo realizado pelo Congresso dos EUA, em agosto de 1987, dizia haver uma crescente preocupação com os avanços verificados pela indústria bélica brasileira, principalmente na área de mísseis balísticos.

Aqui vale aduzir que o apoio político do governo às atividades comerciais de material bélico no exterior será sempre imprescindível. A participação do governo é importante, não só para neutralizar tentativas de impedir o crescimento da indústria bélica nacional, como também para adquirir, no mercado interno, o material de que necessita.

Atualmente, verifica-se uma tendência à formação de grandes conglomerados de empresas na área de material de defesa. Assim é o caso da British Aerospace, na Inglaterra, e da Daimler-Benz/MM, na Alemanha. Tais conglomerados, antes de serem fatores desestimulantes à participação brasileira no mercado externo, acenam com a possibilidade de participação da indústria bélica nacional nesse mesmo mercado, através de coproduções, associações, consórcios ou *joint ventures*.

CONCLUSÃO

Como um país continental, de extensa linha de fronteiras e grande litoral, de solo rico ainda inexplorado, contando com recursos humanos competentes, poderá adquirir a consciência necessária de que a auto-suficiência em material de defesa é imprescindível à manutenção da soberania nacional?

A tríade de Clausewitz — governo, forças armadas e povo — define a união de princípios e objetivos como fundamental ao sucesso na solução de seus conflitos. Às forças armadas cabe a busca da conscientização das sociedades política e civil quanto aos investimentos e dispêndio de recursos necessários ao aparelhamento das suas forças singulares.

Um amplo debate, em forum privilegiado, dentro das universidades, em simpósios, congressos e seminários, é indispensável para alterar a opinião pública atual.

A manutenção da soberania nacional repousa em vários pilares. Um deles, certamente, consiste na capacidade da indústria bélica em atender, no momento certo, às necessidades de aparelhamento das forças armadas.

A história recente, mostra o insucesso da Argentina, na Guerra das Malvinas, quando, extremamente dependente de artigos estrangeiros, não contou com os *Exocets* de que necessitava.

A conjuntura internacional é adversa a qualquer expansão da indústria bélica. Esta, para sobreviver, deverá ser redimensionada, tornar-se seletiva

quanto aos itens competitivos, e contar com o apoio governamental.

Este apoio é imprescindível e não significa repassar recursos à fundo perdido para que empresários inescrupulosos possam se locupletar. Trata-se, isto sim, de um plano de médio prazo, a fim de reaparelhar as forças armadas, buscando eliminar as influências que, ao longo do tempo, têm lesado a indústria. O simples aumento da participação orçamentária permitirá às forças armadas a elaboração desse planejamento.

Além disso, as forças armadas deverão elaborar um planejamento de médio prazo, de encomendas mínimas a serem efetuadas com a máxima regularidade, de maneira que as diversas indústrias do setor possam se programar e produzir em quantidades não muito diferentes a cada ano. Isso permitirá que essas indústrias ocupem suas fábricas com uma parte de produtos de material de defesa numa proporção a mais constante possível, em relação aos produtos civis.

A política nacional de exportação de material de emprego militar (PNEMEM) deverá estimular as empresas, como forma de garantir a produção em escala. A busca de nichos de mercado e a agressividade do empresariado nacional serão fundamentais também, para um sucesso maior dessas exportações.

A associação com outros países para o desenvolvimento de projetos e de *joint ventures* poderá apresentar resultados favoráveis. Entretanto, torna-

UMA INTERPRETAÇÃO DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA

se indispensável que o Brasil cumpra a sua parte, o que, infelizmente, não tem sempre ocorrido no passado.

A análise da conjuntura internacional indica ao Brasil a importância da existência de Forças Armadas com uma necessária capacidade dissuasiva, a fim de desestimular atentados contra

a soberania nacional. Para atingir esse objetivo, impõe-se uma auto suficiência mínima em produção de material bélico, que o governo não pode relegar a um segundo plano, sob hipótese de se tornar um país vulnerável em questões que requeiram imposição da vontade nacional.



Cel Inf QEMA LUIZ EDMUNDO MAIA DE CARVALHO — é da Turma de 1964 da AMAN e possui os Cursos da EsAO, ECEME e CPEAEx (1991). Exerceu as funções de Instrutor do CMPA (1972/1973) e da ECEME (1984/1988). Comandou o 6º BI. Atualmente, serve na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Ouro e Medalha do Pacificador.



Cel QEM/RI JULIO SÉRGIO DOLCE DA SILVA — é da Turma de 1965 da AMAN e possui os Cursos de Graduação e Pós-Graduação do IME, CPEAEx (1991) e de Doutorado na Universidade da Flórida (EUA). Exerceu as funções de Professor do IME pelo período de 8 anos. Atualmente desempenha as funções de Pró-Reitor da CEFET/RJ. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Prata e Medalha do Pacificador.



Cel Art QEMA JAIRE BRITO PRIETO — é da Turma de 1964 da AMAN e possui os Cursos da EsAO, Psicotécnico Militar do CEP, ECEME e CPEAEx (1991). Exerceu as funções de Instrutor do CPOR/RJ (1968/1972) e do CEP nos períodos de 1972/73 e 1977/79. Comandou o 22º GAC. Atualmente, serve no Estado-Maior do Exército. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Prata, Medalha do Pacificador e Mérito Amazônico.



Cel QEM CEDEM DARIO FRANCISCO LORIATO — é da Turma de 1964 da AMAN e possui os Cursos do IME, ECEME e CPEAEx (1991). Exerceu as funções de Instrutor da AMAN (1966/1970). Comandou o PqRMnt/2. Atualmente, serve na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Prata e Medalha do Pacificador.



ESG — NOVOS RUMOS

Ivan Fialho

Estagiário da Escola Superior de Guerra (Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas — CEMCFA) em 1991, o autor apresenta uma análise sucinta da missão e atuação da Escola, objetivando, segundo avaliação própria, adaptá-la aos novos tempos, revigorando seu prestígio sem perda de espaço político.

Após mais de quarenta anos de existência como um centro de estudos político-estratégicas de elevado prestígio nos âmbitos nacional e regional, torna-se oportuno meditar sobre o estágio em que se encontra a Escola Superior de Guerra (ESG) na sua trajetória histórica, analisando como vem cumprindo sua missão e as novas opções que se lhe abrem.

Partimos da premissa de que, ao longo da vida de uma organização, podem surgir significativas mudanças no seu ambiente, de modo a induzi-la a buscar novos rumos, novos objetivos ou novas estratégias — o que representa a principal responsabilidade da liderança — a fim de sobreviver, consolidar-se ou expandir-se.¹

A ESG pode ter atingido um ponto de inflexão na sua evolução, tornando necessária uma reavaliação de sua mis-

são e forma de atuação, de modo a adaptá-la aos novos tempos, revigorando seu prestígio, sem perda de espaço político.

Quando tratamos de ESG referimos-nos, também, à sua doutrina — doutrina de segurança nacional — DSN e ao método de planejamento da ação política nela inserido, por serem estreitamente associados, apesar de a expressão DSN, já clássica e de amplo emprego na literatura especializada, ter um significado bem mais restrito e específico no âmbito interno da ESG.

De uma maneira geral, em amplos segmentos de nosso meio intelectual, a ESG tem sido estigmatizada sob o estereótipo de representar a hegemonia do poder militar sobre o poder civil ou a tutela dos militares sobre a sociedade, sendo a DSN, por sua vez, considerada de caráter ideológico, au-

toritário e elitista, desenvolvida no contexto da luta contra o comunismo sob influência norte-americana.² Desconhecem ou não reconhecem esses críticos, o esforço de atualização da doutrina feito pela ESG, dando-lhe um caráter mais aberto e prático, de um lado e de outro, passando a assumir a defesa da justiça social — que antes era bandeira quase exclusiva das esquerdas — e a questionar até mesmo, o uso indevido do conceito de segurança nacional.³ Admitimos, no entanto, que não tem sido grande a preocupação da ESG em esclarecer e difundir sua doutrina junto àqueles centros mais representativos de nossa intelectualidade, onde se concentram os maiores críticos da instituição.⁴

Esse ponto merece maior atenção. Alguns membros da própria ESG podem ter-lhe atribuído, inadvertidamente, uma posição de supremacia intelectual ante as demais instituições congêneres, o que, por sua vez, refletiria a atitude de superioridade que assumiam alguns segmentos militares ante as elites civis, em relação, primeiro, ao diagnóstico dos problemas nacionais e as estratégias para resolvê-los, e segundo, à real legitimidade dessas elites como autênticos representantes do nosso povo e fiéis intérpretes de suas verdadeiras aspirações.⁵

Propomos que a ESG assuma, com transparência, suas posições, desmistificando e legitimando suas propostas junto a camadas mais amplas de nossa sociedade, obtendo assim maior aceitação e apoio de determinadas elites políticas e intelectuais hoje avessas à instituição. A proposta parece angeli-

cal mas não é, como procuraremos demonstrar.

A existência de um instituto de altos estudos de política e estratégia nacionais tem caráter universal, existindo inclusive nos países do primeiro mundo, como o National War College dos EUA, o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional da França, o Imperial Defense College da Grã-Bretanha etc. Isto porque todo Estado precisa dispor de um órgão voltado para a discussão e pesquisa de assuntos referentes à segurança nacional que, por sua vez, também não é assunto específico de país do terceiro mundo. Tem, pelo contrário, um caráter igualmente universal, no sentido *lato* de preservação de uma sociedade politicamente organizada contra ameaças internas ou externas, no contexto das outras nações soberanas.⁶

No Brasil, o conceito de segurança nacional adquiriu uma forte conotação negativa, como atesta o tratamento a ele dado na Constituição de 1988, quando foi praticamente abolido e substituído pelo de defesa nacional. No entanto, conforme assinala Oliveiros Ferreira, embora banida da Constituição de 1988 a expressão “segurança nacional”, os elementos integrantes do conceito, tal qual definidos pela ESG, estão presentes naquela Carta.⁷

Acreditamos que uma abordagem menos emotiva e mais racional do conceito de segurança nacional poderia dissociá-lo do de defesa, sendo a primeira um estado amplo e a segunda uma ação restrita, cabendo a segurança a toda sociedade, e a defesa apenas aos militares nas palavras de Antônio Car-

los Pereira que acrescenta: “Aceito este desdobramento conceitual, está aceita a doutrina da segurança nacional.”⁸

Os temas referentes à segurança nacional e a outros correlatos no campo da geopolítica e estratégia nacional não tem recebido a devida atenção por parte de influentes setores das elites intelectuais do Brasil e de outros países. A associação de tais temas a “militarismo”, no sentido pejorativo do termo, gera a ignorância ou o tratamento passional daquele campo de estudos.⁹ Como destaca Marcelo Montserrat, “por muitos anos a política de defesa foi uma área intelectual exclusiva dos militares; nisto muitas vezes se destacou o monopólio, mas deverá manifestar-se, também, o déficit da sociedade civil.”¹⁰

A falta de preparo e interesse dos civis no estudo de estratégia é citado, ainda, pelos autores Ubiratan Borges de Macedo¹¹ e Gen Ex (venezuelano) Carlos E. Calis Nogueira.¹² Esta situação tende a melhorar com a criação de centros de estudos estratégicos, particularmente nas universidades, a quem caberia a discussão teórica das experiências e consequências das políticas de defesa, segundo Domício Proença Júnior.¹³ Esse autor, no entanto, omitiu a necessidade da existência de um instituto estratégico público de alto nível, à semelhança dos que existem na maior parte dos países, conforme já destacamos.

Acreditamos que os temas de política e estratégia, desenvolvidos em caráter pioneiro pela ESG, tenderão a atrair cada vez mais outros centros de

estudos e pesquisas, à proporção que as elites civis forem superando sua política laudatória¹⁴ em relação aos militares, e se prepararem para assumir o papel de hegemonia política que lhes cabe numa sociedade democrática. Nessa sociedade, a segurança nacional perderá sua conotação negativa e se tornará um meio reconhecido e aceito pela maioria para a consecução dos objetivos nacionais.

Nesse processo de maior conscientização política do nosso povo e aperfeiçoamento democrático das nossas instituições políticas, a ESG tenderá a perder o seu papel de fonte autorizada da ideologia militar para os militares, conforme define Stepan,¹⁵ ou de instrumento da produção de consenso dentro das forças armadas, na visão de Edmundo Campos Coelho,¹⁶ para vir a se tornar um centro de estudos e pesquisas com uma integrada e significativa participação de estudiosos e estrategistas civis e militares, o que não ocorre hoje.

Cabe aqui lembrar que, à época de sua criação, a ESG veio preencher um vácuo nos estudos e pesquisas de política e estratégia, dada a insuficiência, ou despreparo, das elites intelectuais civis. O Estado precisava dedicar-se a estudos e planejamentos de política e estratégia nacionais, num quadro de guerra total. Daí, a necessidade de se criar um instituto de ensino e pesquisa de alto nível que formasse esses dirigentes e assessores.¹⁷ Por outro lado, estávamos no contexto da Guerra Fria sob a hegemonia dos Estados Unidos, o que também influenciou a criação da ESG e o desenvolvimento

de sua doutrina,¹⁸ o mesmo ocorrendo com nossos vizinhos na América do Sul.¹⁹

Julgo, no entanto, que as circunstâncias relativas à criação da ESG e à formulação inicial de sua doutrina só tem interesse hoje como pesquisa histórica, em face das profundas mudanças ocorridas nos contextos nacional e internacional, ao lado dos seus reflexos na própria doutrina.

A maior ênfase dada ao desenvolvimento, considerado mais prioritário do que a segurança, a partir de 1967, tendência que foi institucionalizada no próprio Regulamento da ESG, em 1973,²⁰ “a importante inovação no conceito da segurança nacional com o intuito de evitar a demasiada abrangência com que era geralmente encarada”, conforme Antônio de Arruda,²¹ o destaque para a justiça social qualificando o desenvolvimento; a mudança de enfoque do conflito leste x oeste para o conflito norte x sul, com o Brasil candidato ao ingresso no primeiro mundo, assumindo uma postura independente de defesa dos seus interesses nacionais no cenário daqueles países, particularmente contra os EUA, visto hoje como principal adversário nos campos econômico e científico-tecnológico, são alguns exemplos de novas orientações na doutrina e visão política da ESG, ainda desconhecidas por muitos críticos. Estes continuam se reportando a um estereótipo da ESG já ultrapassado.

Outro ponto bastante referido na bibliografia sobre a ESG é quanto à sua real importância como inspiradora de políticas governamentais ou de fonte

de planos de governo. Nesse caso, ou se superestima ou se subestima demais o papel da ESG. Na verdade podemos concordar com Alfred Stepan que “o período de maior importância política foi entre 1964 e 1967, quando muitos dos membros do grupo mais importante (da ESG) de 1952-1956 formularam e implementaram as diretrizes do primeiro governo militar”.²² Stepan complementa afirmando que “em entrevistas separadas, tanto o comandante da ESG como o general Golbery reconheceram que a ESG teve um papel político independente muito reduzido durante a abertura. Especificamente, nenhum estudo da ESG era enviado diretamente para os ministérios, embora fosse enviado para o EMFA, um órgão relativamente pequeno e pouco influente”.²³

No entanto, a não utilização direta dos seus planos e estudos pelos governos não se constitui em demérito para a ESG pois esta não é sua destinação. No final da década de 70, o próprio Mal. Cordeiro de Farias já afirmava: “Mas é preciso ter cuidado para não considerar a ESG como um centro de formulação da política do governo. Muita gente a caracterizou assim e alguns chegaram a dizer que a ESG domina politicamente o país. Não é verdade. A Escola não tem nada com isso. O que ela faz é eventualmente produzir, a pedido do governo, estudos teóricos a respeito de diferentes assuntos. Esses estudos são um mero ponto de partida para que as autoridades governamentais reflitam sobre a matéria. Fora isso, não existe qualquer outra ligação. Durante algum tempo,

reconheço, ESG e governo tiveram relações mais estreitas. Hoje, felizmente, esses vínculos já não existem".²⁴

Ora, se naquela época, sob governos militares, os vínculos ESG-governo quanto ao planejamento já não existiam, com mais forte razão hoje, após o período de transição e em pleno governo de um presidente civil escolhido mediante eleições diretas.

Na verdade, discute-se na ESG sobre a real finalidade dos trabalhos de planejamento setoriais desenvolvidos, anualmente, em grupos, pelos estagiários civis e militares, do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). São os chamados TG (Trabalhos de Grupo) elaborados com base no método de planejamento de ação política previsto na doutrina e que exigem bastante tempo e esforço dos estagiários, mas que perderam seu caráter de subsídios para os governos, tornando-se apenas exercícios didáticos e bibliografia para os trabalhos dos próximos estagiários ou membros do corpo permanente (professores da própria Escola).

Desse modo, não se precisaria, talvez, perder muito tempo em se discutir a importância da ESG para as políticas de governo, visando expressamente a diminuí-la, como o fez Myamoto Shiguemoli²⁵ pois, conforme já foi exposto, esta não é a missão da ESG.

Estamos procurando, ao longo deste breve ensaio, rebater algumas críticas contra a ESG e a sua doutrina, derivadas da falta de esclarecimento sobre a situação atual da instituição. Ambas evoluíram e alguns não o perceberam, fixando-se, ainda, em ima-

gens superadas. Procuramos também, relativizar outras críticas válidas, isto é, considerá-las sob uma perspectiva histórica do relacionamento da ESG, tanto com o seu ambiente direto, quanto com a sociedade brasileira como um todo.

A ESG, como instituição, não poderia deixar de reproduzir, dado o momento histórico da sua criação, fortes correntes do nosso pensamento político, como o autoritarismo e o positivismo.²⁶

Quanto ao papel das elites, bastante enfatizado na doutrina, podemos lembrar que, à mesma época em que a doutrina era formulada (1953), Santiago Dantas defendia suas idéias a respeito das relações entre as classes dirigentes e as classes dirigidas, ou entre as elites e as massas, criticando a inobjetividade, a incapacidade executiva, a insensibilidade aos interesses vitais do país e a incapacidade de comunicação de nossas elites com as massas.²⁷

A questão da ideologia é delicada e mais complexa. No entanto, na análise de um documento como a doutrina da ESG, não se poderia deixar de abordar este aspecto que tem sido alvo de críticas das esquerdas. As premissas filosóficas ou postulados axiológicos em que se baseia a doutrina devem ser colocados manifestamente, o que já representa um esforço no sentido, se não da neutralidade,²⁸ pelo menos da autenticidade e transparência, ao mesmo tempo que evita a posição, até certo ponto, ingênua e não científica, de pretender um discurso político e normativo totalmente neutro e não ideológico.

Levantaríamos, inclusive, que a própria doutrina poderia incluir, na sua argumentação, prévias réplicas contra críticas de origem marxista. Desse modo, ao mesmo tempo em que se contraporía abertamente àquelas críticas, enriquecendo a análise, reconheceria a significativa contribuição marxista no campo das ciências sociais, a qual não pode ser ignorada, sob pena de tornar frágil a argumentação.²⁹

Por outro lado, na medida em que a doutrina da ESG incorpore contribuições de outras correntes de pensamento, sem perder sua essência, alcançaria maior grau de legitimidade e de aceitação, atenuando, dessa forma, o aspecto ideológico.

O esforço no sentido de maior esclarecimento e difusão da doutrina, como passo para a conquista de maior grau de aceitação e legitimação, seria desenvolvido junto aos principais centros de pesquisas sociais e estudos estratégicos, que representam os formadores de opinião do meio universitário e intelectual. Esse público-alvo teria que ser procurado fora da ESG, porque constitui justamente aquele estrato que não mantém contato com a instituição, quer como estagiários quer como palestrantes.³⁰

Sob o mesmo raciocínio, poderíamos afirmar que o público que frequenta as ADESG deve ser constituído, na sua grande maioria, de civis com tendências políticas conservadoras, sendo auto-excluídos aqueles tidos como mais progressistas ou de esquerda.³¹ Estaríamos frente àquele conhecido fenômeno de comunicação social em que as platéias tendem a se

constituir de pessoas com prévia inclinação favorável às mensagens que esperam ouvir.

A maior abertura relativa aos públicos-alvos aqui referida, pressupõe uma mudança de tratamento quanto à natureza do inimigo interno, deixando de considerar como tal aquelas que, embora defendendo idéias políticas distintas, ou estratégias diferentes, querem atingir os mesmos objetivos nacionais permanentes. Essa ampliação do horizonte espiritual se situa na mesma linha do novo enfoque introduzido na doutrina, distinguindo oposição de contestação.³² Seria como se a ESG, seguindo sua tendência mais liberal e democrática, abdicasse de "ter em si o caminho reto e o exclusivismo da virtude cívica", nas palavras de Luiz Werneck Viana.³³

Abordando, mais uma vez, a ESG como uma instituição que parece ter atingido um ponto de inflexão no seu ciclo de vida, propomos uma volta às origens, isto é, que ela reassuma as funções de um verdadeiro instituto estratégico nacional, semelhante aos seus congêneres nos demais países do 1º e 3º mundo. Nessa configuração, atuaria como um pólo de irradiação dos estudos e pesquisas no campo da segurança nacional, estimulando debates junto a outros centros de pesquisa nas universidades. Idêntica preocupação foi manifestada pelo ministro da defesa de Portugal, no discurso do encerramento do Curso de Defesa Nacional 1990/91 do Instituto de Defesa Nacional. Segundo essa autoridade, "há que se promover o reforço da vontade de defesa pelo aprofundamento

do conhecimento dos interesses permanentes nacionais, pelo alargamento do consenso nacional em matéria de defesa, e ainda pelo relacionamento ativo da sociedade portuguesa no debate, classificação e aceitação desses mesmos vetores". O ministro se refere, ainda, ao apoio à criação de centros de estudos estratégicos nas universidades.³⁴

A ESG assumiria, explicitamente, o papel de "instrumento de um projeto estratégico", na expressão de Eliezer Rizzo de Oliveira,³⁵ semelhante às suas congêneres estrangeiras.

Discordamos, no entanto, do Prof. Eliezer, quando ele vincula a formulação doutrinária sobre a segurança nacional como dependente da preparação para a guerra, por ele entendida como um conflito armado total entre Estados Unidos e União Soviética.³⁶ Na época em que o autor escreveu o referido artigo (1987), e ainda hoje com a derrocada do comunismo, a preparação para a guerra se constitui numa preocupação inerente a todos os Estados que buscam a dissuasão ou, até mesmo, a ameaça militar no seu relacionamento. Isto porque, conforme Raymond Aron, "quem tem superioridade de armamento em tempo de paz convence os aliados, os rivais ou os adversários, sem precisar utilizar suas armas". Aron vê ainda a estratégia (comportamento relacionado com o conjunto das operações militares) e a diplomacia (a condução do intercâmbio com outras unidades políticas) como subordinadas à política, acrescentando que "em tempo de paz a política se utiliza de meios diplomáticos, sem ex-

cluir o recurso às armas, pelo menos a título de ameaça".³⁷

Após esta brevíssima mas necessária, porque incompreendida, digressão sobre a guerra, voltemos ao novo papel da ESG. Reportamo-nos à sua missão principal que deve ser o estudo da segurança nacional, campo em que "a ESG não pode omitir-se como o vem fazendo, sob pena de o Estado ter que criar outra instituição similar e fechá-la, por descumprimento de sua lei de criação", conforme Ubiratan Borges de Macedo.³⁸ Dedicando-se aos estudos político-estratégicos tendo como farol a segurança nacional, a ESG também se preocuparia com o desenvolvimento, não sob o enfoque atual de planejamento setorial, mas sim como condição necessária para fortalecer o poder nacional e, assim, a postura político-estratégica da nação. Atualmente, assuntos de política e planejamento econômicos têm recebido um tratamento inadequado, porque independente e dissociado da segurança e da estratégia, perdendo os estudos de economia seu caráter instrumental e dependente da grande variável que é a postura político-estratégica do país. O próprio enfoque dos trabalhos de grupo dos estagiários já referidos, culminando com a elaboração de planos setoriais de governo, atesta a presente situação.

O desenvolvimento deveria ser abordado e estudado como condição necessária para a segurança, sob uma visão estratégico-econômica internacional, dados os seus reflexos para a mobilização e logística nacional, em relação aos países rivais.³⁹

A ESG e a sua doutrina voltadas, precipuamente, para a segurança, no seu sentido *lato* universal, desempenharia o papel de um centro integrador e consolidador de tendências político-estratégicas, democrática e amplamente discutidas, de modo a servir de referencial para a nação na sua marcha ao longo da História. Julgamos que, num mundo de tão rápidas e profundas mudanças, cada sociedade precisa gerar e dispor de referenciais simbólicos, além de vetores e normas que legitimem a ordem institucional e evitem a ameaça do caos, ao mesmo tempo que reorientem a nação para a conquista dos objetivos nacionais, sem os quais ela se desintegra.⁴⁰ Desse modo, sob uma admitida visão organicista e funcionalista da sociedade, cada nação precisaria dispor de uma entidade que, de forma permanente e prospectiva, pesquisasse e estudasse, para a decisão dos dirigentes e sob o respaldo do povo, os grandes rumos do país na sua trajetória histórica. Este seria o grande papel da ESG no cenário nacional, cujo desempenho, no entanto, exige um reexame de sua postura atual, tornando-a mais aberta, transparente e humilde, numa interação mais dinâmica e receptiva com os demais centros e órgãos do pensamento político-estratégico brasileiro.

NOTAS

1. A redefinição dos objetivos da organização e a preocupação com a sua evolução global se constitui nas principais atribuições da liderança institucional, em contraste com as atribuições comuns da gerência administrativa. Ver *A Liderança na Administração — uma interpretação*

2. *tação sociológica*, de Philip Selznick, FGV, 1971.
2. Ver, particularmente, a análise crítica da ESG e de sua doutrina, de autoria de Eliezer Rizzo de Oliveira em *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*, Ed. Vozes 1976, retomada no texto *A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico* que o referido autor apresentou no Seminário 'A Segurança Nacional dos Países da América Latina no Marco das Relações Internacionais Contemporâneas'. (Querétaro, México, 6 a 9 maio 1987.) Publicado na Revista *Política e Estratégia*, Ed. Convívio, São Paulo Abr/Jun 1988.
3. A propósito desta mudança de enfoque, sublinha o Desembargador Arruda Câmara, Conselheiro da ESG, que "o texto doutrinário de 1981, repetido em essência nos anos seguintes", já afirmava: "É uma generalização inaceitável a colocação de incidentes menores da vida de uma nação sob a égide da Segurança Nacional. Tal procedimento, pretendendo expandir-lhe a ação na realidade apequena-lhe as finalidades e a coloca não mais como garantia da realização dos destinos nacionais, mas sim, como um símbolo próprio de regimes autocráticos." Ver artigo *Doutrina da ESG: Principais Alterações Ocorridas nas Últimas Quatro Décadas*. Desemb. Antonio de Arruda, Revista da *Escola Superior de Guerra*, Ano V, nº 12, 1989, pág. 16.
4. A respeito desta disposição para o debate, o Gen Euclides de Figueiredo, quando Comandante da ESG e, segundo suas próprias palavras, conta que "a ESG, de forma desassombrada, saiu das muralhas da Fortaleza de São João para, em campo raso, lutar por suas idéias, aceitando qualquer desafio, culminando com a Conferência que realizamos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, no dia 8 de outubro de 1983 sobre o tema *A Segurança Nacional e as Forças Armadas*. Ver artigo *Missão Cumprida*, Gen Ex R/1 Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, Revista da *Escola Superior de Guerra*, Vol. V, nº 12, 1989, pág. 178.
5. Queremos nos referir à citação de que os esguianos "formam hoje o cerne da elite nacional", conforme aula inaugural da ESG do ano letivo de 1976, *A Influência da ESG no Pensamento Político e Estratégico das Elites Bra-*

- sileiras, proferida pelo então Ch EMFA Gen Antonio Jorge Correia (AI-76), pág. 12.
6. No seu texto apresentado no seminário referido na Nota nº 12, o Gen Ex argentino José Teófilo Goyret aborda a origem do conceito Segurança Nacional, destacando a obra dos três fundadores da nação norte-americana, em 1788, intitulada *O Federalista*. Ver artigo do citado autor *Equívocos da Segurança Nacional*, Revista *Política e Estratégia* Abr/Jun 1988.
7. Ver *A Segurança Nacional à Luz da Constituição de 1988*, de Oliveira S. Ferreira, palestra proferida na ESG em julho de 1991, datilografada.
8. Ver o texto apresentado no seminário já referido, *Aspectos Totalizantes da Doutrina de Segurança Nacional*, de Antonio Carlos Pereira. Revista *Política e Estratégia*, Abr/Jun 1988.
9. Na verdade, existe em algumas instituições de ensino certo "patrulhamento ideológico" contra aqueles professores ou alunos que não assumem uma posição apriorística de oposição ou contestação, ao tratar de estudos políticos envolvendo o papel dos militares ou a Segurança Nacional.
10. Ver o texto apresentado, no seminário já referido, *Idéias da Atual Política da Defesa da Argentina* de Marcelo Montserrat. Revista *Política e Estratégia* Abr/Jun 1988.
11. Ver trabalho, apresentado no referido seminário: *A Escola Superior de Guerra, Sua Ideologia e Trânsito para a Democracia*, de Ubiratan Borges de Macedo, Revista *Política e Estratégia* Abr/Jun 1988.
12. Ver artigo *A Segurança no Continente Americano — A Visão da Venezuela*, do Gen Ex venezuelano Carlos E. Celis Nogueira, Revista *Política e Estratégia* Abr/Jun 1989.
13. Ver ensaio *Matar se Preciso For: Morrer Nunca*, de Domício Proença Júnior, publicado no suplemento Ciência do *Jornal do Brasil*, edição de 17 Jul 91.
14. A expressão é de Edmundo Campos Coelho, significando perda de poder, ou autonomia por parte da elite civil em benefício do Exército, evidenciando assim uma ascendência do Exército e a forma pela qual os civis a reconhecem e se ajustam a ela. Aqui foi empregada no sentido de correlacionar a conquista de maior poder e autonomia da elite civil a uma maior dedicação e responsabilidade na formulação da Política e Estratégia Nacionais, não mais consideradas assuntos de interesse exclusivo dos militares. Ver *Em Busca da Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, Edmundo Campos Coelho. Ed. Forense Universitária, 1976, págs. 130-132.
15. Ver *Os Militares: Da Abertura à Nova República*, Alfred Stepan. Ed. Paz e Terra, 1986, pág. 165.
16. Ver referência Nota nº 14, pág. 165.
17. Cumpre salientar que o National College dos EUA, que inspirou a criação da ESG, foi também criado logo após a 2ª Guerra Mundial. Ver artigo *Razões que Levaram o Governo a Pensar na Organização da Escola Superior de Guerra*, de Osvaldo Cordeiro de Farias. Conferência pronunciada na Escola de Estado-Maior do Exército em 1949, e publicada na Revista da *Escola Superior de Guerra*, Ano VII, nº 20, 1991.
18. "A ESG é filha de americanos, mas naturalizou-se brasileira", citação extraída de entrevista do Mal. Cordeiro de Farias. Ver *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo e Walder de Goês*. Ed. Nova Fronteira, 1981, pág. 412.
19. O Gen Bda Ex venezuelano Carlos E. Celis Nogueira, no texto já citado na Nota nº 12, afirma que "O Conceito de Segurança Nacional se inspirou no Ato de Segurança dos EUA, de 1947, emendado em 1949, o qual deu origem à conformação e promoção da DSN em várias nações do continente. Respondia às situações de Guerra Fria, ao confronto ideológico e à Doutrina Truman".
20. Conforme Desemb. Antonio de Arruda. Referência Nota nº 3.
21. Idem, pág. 58.
22. Ver referência Nota nº 15, pág. 57.
23. Idem, pág. 58.
24. Ver referência Nota nº 18, pág. 423.
25. Ver artigo *ESG — Mito e Realidade*. Myamoto Shiguemoli. Revista *Política e Estratégia*, Vol. V, nº 1, Jan/Mar 1987.
26. O Prof. Ubiratan Borges de Macedo reporta as origens da doutrina da ESG ao pensamento político de Alberto Torres, Oliveira Viana e do Gen Góes Monteiro. Julga no entanto irrelevante a influência do positivismo. Ver referência Nota nº 11. Eliezer R. de Oliveira também afirma que "a DSN tem claras ligações com o chamado "pensamento autori-

tário" de Alberto Torres, Oliveira Viana, etc. Ver referência Nota nº 2, Ed. Vozes, 1976, pág. 35.

- A propósito, cabe aqui destacar o caráter de instrumentalidade do poder na doutrina da ESG: "Muito mais que a preocupação com o poder *sobre*, o que a Doutrina tem em vista é o poder *para*", segundo Luiz Carlos de Albuquerque Santos. Ver artigo *Novos Fundamentos do Poder Nacional*. Revista da *Escola Superior de Guerra*, Ano VII, nº 19, 1991, pág. 118.
27. Ver texto *Debate de Dois Grandes Brasileiros* de Pedro Dutra. Suplemento Idéias do *Jornal do Brasil*, edição de 3 Nov 91, pág. 415.
 28. Procuramos aplicar considerações sobre o discurso científico de Eliseo Verón, transcrito por Eurico de Lima Figueiredo em *Os Militares e a Democracia*. Ed. Grad, 1980, pág. 43.
 29. Queremos nos referir, especialmente, às questões das relações entre as classes numa sociedade; ao papel do Estado, ao humanismo, à ideologia como instrumento de hegemonia de uma classe, aos efeitos das estruturas sobre o caráter do homem, enfim aqueles pontos mais importantes da análise marxista e já inseridos nas Ciências Sociais e que não podem ser ignorados, quer se concorde ou não com eles.
 30. Durante o ano letivo de 1991, o único representante desses círculos que compareceu à ESG como palestrante, foi o Prof. e Jornalista Oliveiros S. Ferreira. Ver Nota nº 7.
 31. O autor participou do Ciclo de Estudos da ADESG de Curitiba em 1989, ocasião em que pôde constatar este fato.
 32. Ver Desemb. Antonio de Arruda, referência Nota nº 3 e Oliveiros S. Ferreira, referência Nota nº 7, pág. 9.
 33. Luiz Werneck Viana se refere à corporação militar, e não à ESG especificamente, no trecho de onde foi extraída esta passagem. No

entanto, julgamos poder aplicá-la à ESG. Ver ensaio *Problemas da Crise de Identidade*. Caderno Idéias do *Jornal do Brasil* de 10 Nov 1991.

34. Ver *Nação e Defesa*. Revista do *Instituto de Defesa Nacional de Portugal*, Abr/Jun 1991, pág. 58.
35. Ver artigo *A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico* de Eliezer Rizzo de Oliveira. Revista *Política e Estratégia* Abr/Jun 1988, pág. 241.
36. Idem, pág. 58.
37. Ver *Paz e Guerra Entre as Nações* de Raymond Aron. Ed. Universidade de Brasília, 1986, págs. 72 e 73.
38. Ver texto citado, Nota nº 11, pág. 221.
39. É o enfoque referente à interação entre economia e estratégia de Paul Kennedy. Ver *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Ed. Campus, 1989.
40. Estamos aqui aplicando conceitos utilizados por Berger e Luckman num outro contexto antropológico, relativo à maneira de caráter nômico ou ordenado, pela qual os universos simbólicos operam para legitimar a biografia individual e a ordem constitucional. Entendemos que das colocações dos autores relativas à ordem institucional, constantes do trecho abaixo pode-se, por analogia, inferir a necessidade de reafirmação permanente dos grandes objetivos nacionais para ordenar a história de uma nação:
 "A legitimação da ordem institucional enfrenta também a contínua necessidade de manter encurralado o caos. Toda realidade social é precária. Todas as sociedades são construções em face do caos. A constante possibilidade do terror anômico torna-se atual sempre que as legitimações que obscurecem esta precariedade são ameaçadas ou entram em colapso." Ver *A Construção Social da Realidade* de Peter L. Berger e Thomas Luckman, Ed. Vozes, 1974, pág. 141.



IVAN FIALHO é Coronel do Exército, do Quadro de Material Bélico. Além dos cursos da AMAN (Turma de 1963), EsAO (Turma de 1977) e ECEME (Turma de 1981), possui o curso da ESG (CEMCFA/1991). É graduado em Administração Pública pela Escola de Administração da Universidade Federal de Pernambuco, em Métodos e Administração de Empresas (área de Teoria e Comportamento Organizacional) pela Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas (SP).



APLICAÇÕES MILITARES DA TECNOLOGIA DA VOZ(*)

Sidney Cerqueira Bispo dos Santos

Mostrar a importância da pesquisa de voz, e algumas de suas aplicações na área militar, é o objetivo a que se propõe este artigo.

INTRODUÇÃO

Nunca um conflito armado foi tão abundantemente noticiado quanto a guerra ocorrida recentemente no Golfo Pérsico. Entretanto as informações que chegaram ao grande público foram fortemente censuradas. Devido às características próprias do antagonismo, que envolvia nações com comunicações altamente sofisticadas de um lado e exatamente o oposto do outro, vários aspectos não receberam a devida atenção por parte da imprensa especializada. Um desses aspectos, fundamental em um estado de beligerância, é justamente a segurança das comunicações. A rapidez

com que se trocam informações, a imunidade ao ruído existente no teatro de operações e à interferência eletromagnética intencional, o sigilo das mensagens e a escuta inimiga são considerações que estão sempre presentes. As pesquisas nessas áreas são enormes e ininterruptas, pois delas depende, fundamentalmente, o sucesso de qualquer operação militar.

Nos países do primeiro mundo, os investimentos nas áreas referentes à segurança são bastantes elevados. Dentre essas áreas uma se destaca, pelas elevadas cifras envolvidas (bilhões de dólares): o processamento digital dos sinais de voz. A importância militar dessas pesquisas aumenta, quando se verifica que os sistemas desenvolvidos baseados na parametrização da voz

(*) Selecionado pelo PADECME

consideram, além das particularidades lingüísticas, fatores comportamentais, regionalismos e fatores fisiológicos.

Isto quer dizer que um sistema desenvolvido baseado em parâmetros da língua inglesa, quando utilizado, por exemplo, por um brasileiro, não funcionará satisfatoriamente, mesmo que este fale fluentemente o inglês, pois as diferenças fisiológicas irão influir.

Existe uma relação biunívoca entre o aparelho fonador e a língua. Uma criança ao balbuciar as primeiras sílabas, tentando imitar um adulto, condiciona seu aparelho fonador, ainda em formação, a se estruturar de tal forma que os fonemas daquele idioma ao serem pronunciados resultem num menor esforço para os órgãos envolvidos na fala. Dessa maneira, torna-se difícil para um adulto, cujo aparelho fonador está totalmente desenvolvido, falar uma outra língua que possua fonemas diferentes, pois, além da necessidade de aprender a posicionar os articuladores (língua, queixo, bochechas etc.) para a formação de novos sons, haverá o desgaste físico — os músculos serão forçados a produzir fonemas para os quais não foram estruturados.

O povo brasileiro possui idiosincrasias bastante características. O português falado no Brasil possui nuances que o diferenciam, quando comparado ao português falado em Portugal ou outros países que falam a língua portuguesa. E, mesmo esta, possui fonemas que são únicos. Portanto, é dentro desse contexto que deve ser encarada a pesquisa de voz no Brasil.

Independente dos avanços tecnoló-

gicos alcançados pelo primeiro mundo, a pesquisa dos sinais de voz deve ser incentivada nos grandes centros de estudo, porque se trata de desenvolver sistemas baseados em nossa língua e, principalmente, em órgãos militares, devido à sua grande utilidade em sistemas de segurança.

APLICAÇÕES MILITARES DA TECNOLOGIA DA VOZ

As aplicações militares dos sinais de voz podem ser distribuídas em cinco grandes áreas: reconhecimento da fala; reconhecimento do locutor; síntese de voz; quantização vetorial; e processamento de voz distorcida.

Em todas essas aplicações, o sinal deverá sofrer alguma forma de processamento. Tipicamente, se extraem determinados parâmetros que permitem a caracterização do sinal de entrada utilizando uma quantidade menor de dados. Esses parâmetros dependerão da configuração do sistema e do tipo da aplicação.

Reconhecimento da Fala

No *reconhecimento da fala*, o que se deseja é determinar, a partir do sinal de voz digitalizado, o que foi dito pelo locutor.

O principal objetivo militar do *reconhecimento da fala* é permitir que um piloto, ou um operador de equipamentos ou máquinas, realize tarefas sem distrações manuais ou visuais.

consideram, além das particularidades lingüísticas, fatores comportamentais, regionalismos e fatores fisiológicos.

Isto quer dizer que um sistema desenvolvido baseado em parâmetros da língua inglesa, quando utilizado, por exemplo, por um brasileiro, não funcionará satisfatoriamente, mesmo que este fale fluentemente o inglês, pois as diferenças fisiológicas irão influir.

Existe uma relação biunívoca entre o aparelho fonador e a língua. Uma criança ao balbuciar as primeiras sílabas, tentando imitar um adulto, condiciona seu aparelho fonador, ainda em formação, a se estruturar de tal forma que os fonemas daquele idioma ao serem pronunciados resultem num menor esforço para os órgãos envolvidos na fala. Dessa maneira, torna-se difícil para um adulto, cujo aparelho fonador está totalmente desenvolvido, falar uma outra língua que possua fonemas diferentes, pois, além da necessidade de aprender a posicionar os articuladores (língua, queixo, bochechas etc.) para a formação de novos sons, haverá o desgaste físico — os músculos serão forçados a produzir fonemas para os quais não foram estruturados.

O povo brasileiro possui idiossincrasias bastante características. O português falado no Brasil possui nuances que o diferenciam, quando comparado ao português falado em Portugal ou outros países que falam a língua portuguesa. E, mesmo esta, possui fonemas que são únicos. Portanto, é dentro desse contexto que deve ser encarada a pesquisa de voz no Brasil.

Independente dos avanços tecnoló-

gicos alcançados pelo primeiro mundo, a pesquisa dos sinais de voz deve ser incentivada nos grandes centros de estudo, porque se trata de desenvolver sistemas baseados em nossa língua e, principalmente, em órgãos militares, devido à sua grande utilidade em sistemas de segurança.

APLICAÇÕES MILITARES DA TECNOLOGIA DA VOZ

As aplicações militares dos sinais de voz podem ser distribuídas em cinco grandes áreas: reconhecimento da fala; reconhecimento do locutor; síntese de voz; quantização vetorial; e processamento de voz distorcida.

Em todas essas aplicações, o sinal deverá sofrer alguma forma de processamento. Tipicamente, se extraem determinados parâmetros que permitem a caracterização do sinal de entrada utilizando uma quantidade menor de dados. Esses parâmetros dependerão da configuração do sistema e do tipo da aplicação.

Reconhecimento da Fala

No *reconhecimento da fala*, o que se deseja é determinar, a partir do sinal de voz digitalizado, o que foi dito pelo locutor.

O principal objetivo militar do *reconhecimento da fala* é permitir que um piloto, ou um operador de equipamentos ou máquinas, realize tarefas sem distrações manuais ou visuais.

Dentre as principais aplicações podemos citar:

- ativação e controle de sistemas de armas;
- operação de sistemas controlados remotamente tais como robôs ou submersíveis;
- controle de várias funções em tanques, aviões, submarinos, navios etc.

Existem ainda uma grande vantagem em se utilizar um sistema de *reconhecimento da fala* como entrada de dados em um computador. Como o teclado é o principal instrumento utilizado atualmente, cada terminal exige, além do teclado e vídeo, microprocessadores para controle do tráfego de informações, enquanto que, em um sistema que utilize a tecnologia da voz, cada telefone se transformaria em um terminal com todas as facilidades e vantagens decorrentes, além da rapidez que se conseguiria, pelo fato de que os operadores não necessitariam de treinamento especializado.

Reconhecimento do Locutor

Enquanto no *reconhecimento da fala* o que interessa é o que está sendo dito, no *reconhecimento do locutor* o que interessa é quem está dizendo algo.

Pode-se distinguir dois tipos de tarefas que utilizam técnicas diferentes sob o título de *reconhecimento do locutor*: *verificação de locutor* e *identificação de locutor*.

Um aspecto interessante na distinção entre essas duas tarefas é que, enquanto na *verificação de locutor*, o locutor é cooperativo, ou seja, ele quer

ser reconhecido, na *identificação* pode não ser, ou seja, o locutor normalmente tentará disfarçar a voz.

Sistemas de *verificação de locutor* podem ser aplicados principalmente em sistemas de segurança de qualquer setor militar restringindo o acesso a áreas controladas. Um sistema desse tipo pode suplementar, ou mesmo eliminar, o posto de guarda nas entradas de áreas restritas. Também pode ser utilizado como segurança inicial em um sistema de controle de armas acionado por voz.

Sistemas de *identificação de locutor* podem ser aplicados mais apropriadamente na área da inteligência militar, onde seja importante determinar a identificação de uma pessoa, a partir somente de sua voz, independente do que esteja sendo falado.

Síntese de Voz

A *síntese de voz*, além da sua óbvia utilização em sistemas de resposta, possui uma importância militar muito grande, pois pode permitir um maior grau de liberdade na utilização de equipamentos e veículos.

Normalmente, pilotos e operadores de sistemas de armas ou equipamentos necessitam ter, quando em combate, toda sua atenção voltada para o inimigo. Dessa forma, os inúmeros dispositivos, mostradores e painéis, que informam o funcionamento ou, mesmo, uma correção na direção ou na operação do equipamento, se tornam, no mínimo, uma preocupação a mais. Assim, um sistema de alerta utilizando voz sintetizada, dispensaria o piloto ou

operador de algumas inspeções visuais, aumentando bastante sua eficiência.

Quantização Vetorial

A situação hoje em dia é tal, que o único sistema realmente seguro (indecifrável) é o baseado no uso de códigos pseudo-aleatórios. Dentro desse contexto, a *quantização vetorial* é de fundamental importância na segurança das comunicações, pois, além da codificação natural do processo (o que torna impossível a sua decodificação por quem não conhece os parâmetros), permite a redução do tempo de transmissão (pode-se transmitir por salvas), aumenta a velocidade de transmissão e reduz a banda ocupada pelo sinal (fundamental para utilização de satélites).

Esse processo ainda proporciona grande imunidade ao ruído interferente, intencional ou não, pois permite a introdução de redundâncias inteligentes.

Processamento de Voz Distorcida

Um teatro de operações é extremamente hostil aos sistemas de comunicações por voz, na forma de ruído e distorções.

As fontes de ruído podem ser várias. Por exemplo, deixando de lado o ruído ocasionado por interferência intencional, temos os ruídos naturais do meio nos sistemas instalados em aviões, helicópteros, tanques etc. Para

complicar ainda mais, quando um indivíduo permanece exposto a um nível alto de ruído durante um certo tempo, ele tende a aumentar, tanto o volume, quanto a frequência fundamental da sua voz, modificando o sinal.

As *distorções na voz* podem ser introduzidas em diversos níveis. Por exemplo, o primeiro componente no processamento do sinal de voz é o microfone. Nele as distorções podem ter diversas causas, tais como resposta de frequência inadequada, descasamento na configuração capacete/microfone ou, simplesmente, mau funcionamento. Outras formas de *distorções* podem ocorrer se o locutor estiver utilizando máscaras (de piloto, contra gases, de mergulhador etc.). A máscara pode aumentar a ressonância do trato vocal, dificultar a respiração, ou mesmo restringir o movimento normal dos articuladores.

Distorções na voz também podem ser causadas por meios hipobáricos (alta altitude e baixa pressão) e hiperbáricos (grande profundidade e alta pressão).

Além dos problemas causados pelo ruído e distorções, existe ainda um outro fator que pode contribuir para a degradação do sinal de voz: a situação física e psicológica do locutor. Se este está em situação de *stress* (sob força G, temperaturas extremas, ferido ou fatigado) a voz pode ser afetada. O *stress* emocional ou psicológico pode ainda ser causado por situações de emergência, percepção de perigo, sobrecarga mental ou medo.

Assim, é importante que os efeitos desses problemas na voz sejam consi-

derados no projeto de sistemas para aplicações militares.

A PESQUISA DA TECNOLOGIA DA VOZ NO INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA

A Seção de Engenharia Elétrica do IME possui, na área de concentração *processamento de sinais*, três linhas de pesquisas (LP): processamento da voz; processamento de imagens; e processamento de sinais aplicado às comunicações e sistemas de acompanhamento.

A LP *processamento da voz* foi atuada no IME pela primeira vez em 1977. Desde então, volta-se principalmente às atividades de *reconhecimento de locutores*, *reconhecimento da fala*, *quantização vetorial* e *síntese da voz*. Frutos dessas pesquisas, já foram geradas 11 teses, 9 projetos de fim de curso e 5 trabalhos de iniciação à pesquisa.

Atualmente, mantendo a tradição em pesquisa de ponta, estuda a utilização de modelos de redes neurais artificiais (redes que simulam o

funcionamento do cérebro humano) nos sistemas citados anteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SANTOS, Sidney Cerqueira Bispo dos, *Fonemas Nasalados na Verificação Automática de Locutores*, 9º SBT, USP, São Paulo - SP, setembro de 1991.
- MOORE, C.A., MOORE, R.D., *Pilot-Aircraft Interface — The Voice Channel*, Proceedings Of International Speech Tech '87, maio 1987. (Abstract).
- SMITH, K., BOWEN, W.J.C., *The Development Of Speech Recognition For Military Aviation*, Proceedings of International Speech Tech '87, maio 1987. (Abstract).
- WILSON, J., *Military Speech Recognisers*, Proceedings Of International Speech Tech '87, maio 1987. (Abstract).
- HAAKE, J., BENSON, P., KOBLE, H., *Automatic Speech Understanding For Naval Battle Management*, Proceedings Of International Speech Tech '87, maio 1987. (Abstract).
- MAYER, M.S.M FUNG, T.Y., *Communications In The High Noise Enviroments Of Tracked Combat Vehicles*, Proceedings Of International Speech Tech '87, maio 1987. (Abstract).
- JAMES W. Hicks, Jr., *Military Applications For Voice Technology*, Electronic Show and Convention, Los Angeles — CA, 1984.



SIDNEY CERQUEIRA BISPO DOS SANTOS é major do Quadro de Engenheiros Militares do Exército. Concluiu a AMAN (Comunicações) em 1977. Diplomado em Engenharia de Comunicações pelo IME em 1985, obteve o grau de Mestre em Ciências — Engenharia Elétrica em 1989 pelo mesmo Instituto. Atualmente é Chefe do Laboratório de Processamento de Sinais e professor/pesquisador da Seção de Eletricidade e Eletrônica do IME, trabalhando na área de comunicação homem-máquina por voz.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE FORÇAS ARMADAS: TÉCNICAS DE ABORDAGEM (*)

Virgílio Ribeiro Muxfeldt

Trabalho de cunho didático-doutrinário. Apresenta as técnicas de abordagem mais comuns utilizadas no planejamento estratégico das Forças Armadas.

"Quem pode saber por que ponto a nossa fronteira tornará a ser invadida?... para defendê-la, o ministro da guerra há de pedir um exército como o de Xerxes ou contentar-se com 15 mil homens, harmonizando o estado das finanças nacionais com as necessidades da defesa?"

(Trechos do discurso sobre a fixação dos efetivos das forças de terra, pronunciado pelo Gen Osório perante o Senado, em 07 de fevereiro de 1879)

(*) Selecionado pelo PADECEME

FINALIDADE

O planejamento estratégico de forças armadas tem como finalidade última preparar a expressão militar de uma nação, de modo a capacitá-la a alcançar e manter seus objetivos nacionais, pela dissuasão ou pela coação, quanto tais ações forem necessárias.

Este trabalho destina-se a apresentar, sucintamente, algumas técnicas de abordagem, que podem ser adotadas pelos encarregados de elaborar planos desse nível, ou a nível mais baixo, de força singular (exército, marinha e força aérea), e a fornecer subsídios para os interessados compreenderem como foi realizado determinado planejamento e verificarem se os recursos disponíveis, sempre escassos, estão sendo bem gastos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE FORÇAS ARMADAS

Definição

O planejamento estratégico de forças armadas de uma nação pode ser definido como o processo de levantamento das necessidades militares dessa nação em determinado período de tempo, baseadas nas ameaças à sua segurança e na determinação de qual o valor, natureza e combinação de forças navais, terrestres e aeroespaciais que satisfazem essas necessidades, dentro dos recursos financeiros disponíveis.

Considerações preliminares

Uma das primeiras decisões a serem tomadas, quando da elaboração de um planejamento estratégico de forças armadas, consiste em considerar quais as técnicas de abordagem a serem seguidas, pois técnicas diferentes levam a prioridades e, conseqüentemente, a resultados diferentes.

A técnica de abordagem mais conhecida, que começa pelo mais alto nível de preocupações com a segurança nacional, para descer até chegar às opções que afetam às forças armadas, chamadas de "de cima para baixo" (*top down*) é, também, a mais utilizada. Mas existem outras igualmente eficazes, e que conduzem a soluções igualmente racionais, dependendo das circunstâncias e da conjuntura consideradas, como veremos a seguir.

TÉCNICAS DE ABORDAGEM

De cima para baixo (*Top Down*)

Essa abordagem é presidida por objetivos globais. O primeiro passo consiste em determinar o que se deseja obter; o segundo, na definição da estratégia a ser seguida, e o terceiro, na determinação das forças militares necessárias para implementar a estratégia escolhida.

A abordagem *top down* começa nos níveis mais altos e desce para os níveis inferiores e, em cada nível, são traçados padrões mínimos e linhas de controle que balizam os riscos a serem corridos e definem as opções em ter-

mos de valor, natureza e composição de forças militares.

No mais alto nível, são definidos os objetivos nacionais permanentes, tais como soberania, segurança e desenvolvimento, integração nacional, e a estratégia para alcançá-los e/ou mantê-los. A níveis mais baixos são fixados objetivos e estratégias específicas, deduzidos dos objetivos e estratégias superiores, para cujo atendimento devem concorrer.

Assim, uma nação que tenha a integração nacional como objetivo nacional permanente, terá uma estrutura militar significativamente diferente de outra que tenha como prioridade, por exemplo, promover uma ordem internacional que lhe seja favorável.

Em nível mais baixo, a adoção de objetivos limitados e conseqüentemente de uma estratégia defensiva, leva a uma composição de forças militares diferentes da que seria necessária para a conquista de objetivos mais ambiciosos.

A abordagem de cima para baixo apresenta as seguintes vantagens:

- obriga os planejamentos a não perderem de vista os objetivos globais da nação;
- conduz a que as forças armadas sejam pensadas a partir de objetivos globais ou "macro";
- considera corretamente o fator tempo, ao equilibrar os planejamentos de alto nível, que são obrigatoriamente a longo prazo, com os planejamentos dos níveis mais baixos, onde a ênfase é no médio e no curto prazos;
- facilita a fixação de padrões para controle e a quantificação de metas a serem atingidas, permitindo, assim,

chegar-se a uma razoável estimativa de custos;

- permite, quando da detecção de que um determinado objetivo não será atingido, a reformulação do planejamento ou a adoção de soluções alternativas.

Algumas ciladas estão implícitas, entretanto, na abordagem de cima para baixo, como:

- excessiva valorização do planejamento a longo prazo em detrimento do planejamento a curto prazo;
- tendência em minimizar ou ignorar obstáculos previsíveis;
- tendência a considerar os objetivos e estratégias dos níveis superiores como imutáveis ou inquestionáveis.

De baixo para cima (*Bottom up*)

Essa abordagem baseia-se na estrutura militar existente, fruto de sucessivos planejamentos, e enfatiza o mundo real, levando os planejadores a estudar a melhor maneira de enfrentar o inimigo constante das hipóteses de guerra ou de conflito, com os meios disponíveis a curto, médio e longo prazos.

As principais vantagens dessa abordagem são evitar a predisposição natural de confiar-se excessivamente no poderio futuro e, quando da elaboração dos planos de campanha e de operações, detectar falhas na estrutura militar existente, permitindo assim dar início a medidas destinadas a saná-las.

Uma ênfase exagerada na abordagem de baixo para cima tende a negligenciar o planejamento a longo prazo

e a inibir a visão da cena maior, levando a desastrosos desvios de rumo, como ocorre quando se dá prioridade a determinado teatro de operações ou área estratégica, em detrimento de um planejamento global.

Cenários

Nessa técnica, o planejador inicia seu trabalho reunindo um significativo número de informações sobre a nação e os prováveis teatros previstos nas hipóteses de guerra ou de conflito, visualizando cenas que podem ocorrer a médio e longo prazos, no caso de essas hipóteses se concretizarem. A estrutura militar a ser planejada é aquela que permitirá conquistar objetivos fixados para cada cenário em estudo.

A abordagem de cenários tem as seguintes vantagens:

- trabalha com dados precisos e mensuráveis;
- permite atribuir prioridades com precisão, pois alguns cenários revelam-se claramente mais importantes que outros;
- permite refinar o planejamento à medida que a situação evolui.

Entretanto há limitações neste tipo de abordagem. O mundo real raramente se comporta conforme planejado e os cenários, por outro lado, como que adquirem vida própria, pois há uma natural tendência dos planejadores em não aceitar críticas a seu trabalho. A mais importante restrição prende-se, entretanto, ao fato de que a técnica de cenários é mais adequada à adoção de estratégias reativas e um

bom planejamento estratégico tem que ser flexível o suficiente para aproveitar as oportunidades em que é mais vantajoso tomar a iniciativa.

Hipóteses de guerra ou de conflito

Baseia-se na avaliação da capacidade militar de uma nação e de seus prováveis oponentes. Dados confiáveis sobre o balanço de forças existente serve como ponto de partida.

Essa abordagem tem a vantagem de permitir orientar a nação a como enfrentar, em determinado momento, pressões exercidas por seu(s) oponente(s), pois o balanço de forças costuma ter peso decisivo no desfecho de uma crise entre nações.

Outra vantagem reside no fato de que um detalhado conhecimento da capacidade militar de um provável inimigo permite que se possa prevenir surpresas de toda a ordem, realizar ajustes na doutrina ou aproveitar oportunidades que surjam.

Há também um certo número de armadilhas nesse tipo de abordagem. Uma é a tendência de se reduzir o balanço de forças a uma mera comparação entre o número de armas — ou sistema de armas — em confronto, esquecendo que essas armas, para serem utilizadas, necessitam estar inseridas em batalhões, brigadas e divisões. Por exemplo, considerar-se apenas o número de carros de combate em confronto tem muito menos significado do que considerar-se o número de brigadas blindadas que podem ser empre-

gadas pelos contendores. Outra armadilha é negligenciar-se fatores importantes, mas de difícil quantificação, como experiência de combate, liderança, moral, doutrina, terreno, combate em mais de uma frente e a capacidade de passagem rápida de uma estrutura de paz para uma estrutura de guerra.

Missões

Esta abordagem é presidida pelas missões a serem cumpridas pelas forças singulares ou por segmentos dessas forças. O planejamento começa pela listagem dessas missões, tais como preservar o espaço aéreo e as águas jurisdicionais da nação, que a seguir são desdobradas em missões específicas, como campanha antisubmarina e a defesa aeroespacial do território nacional. Dessa maneira, essa abordagem proporciona uma visão de qual deve ser a expressão militar da nação, através da análise das atividades previstas para serem realizadas em caso de guerra ou conflito.

Dois aspectos positivos convém destacar nesta abordagem. O primeiro é definir o papel que cada força singular irá desempenhar em caso de guerra ou conflito. O segundo é dar uma indicação segura das prioridades a serem seguidas na destinação dos sempre reduzidos recursos financeiros disponíveis.

Uma desvantagem desta abordagem é a possibilidade, sempre presente, da ocorrência de dissociação entre a composição e a natureza dos meios milita-

res planejados com os objetivos a conquistar e estratégias a seguir, isto é, os meios tenderem a transformar-se em um fim em si mesmos. Outra desvantagem é dar-se demasiada importância a determinadas missões destinadas a fazer frente a ameaças concretas, em detrimento de missões igualmente importantes, porém veladas.

Fortalecimento uniforme

A abordagem focando o fortalecimento uniforme da expressão militar é conduzida pela incerteza. Mesmo a curto prazo, o mundo "real" é considerado demasiado volátil para permitir confiar-se numa estrutura de forças condicionadas a determinado cenário, hipótese de guerra ou missão.

Sua principal vantagem é exatamente precaver-se contra a incerteza do futuro, pois a História está cheia de exemplos de forças estruturadas sob medida e que foram derrotadas em decorrência de acontecimentos não previstos. Desenvolvimento equilibrado e flexibilidade são conceitos-chave, obtidos através de uma constante modernização das forças armadas e melhorias nos sistemas de apoio logístico e mobilização, reduzindo-se assim os riscos decorrentes de eventuais surpresas ou de previsão errônea do tempo de eclosão e de duração das hostilidades. Os recursos disponíveis são gastos prevendo uma estrutura de forças que permita enfrentar, desde crises localizadas, até a guerra geral.

A maior desvantagem da aborda-

gem do fortalecimento uniforme é que conduz à pior hipótese e, conseqüentemente, ao menor fator de custo-benefício que se possa considerar, aumentando assim os gastos com a defesa. Uma outra desvantagem é a tendência a ser reativa em vez de ser ativa.

Tecnológica

Esse tipo de abordagem busca obter o domínio de tecnologias com potencial de multiplicação. Exemplos clássicos são o projeto *Manhattan* durante a 2ª Guerra Mundial, que levou à construção da arma nuclear e, mais recentemente, o projeto Iniciativa de Defesa Estratégica, popularmente conhecida como "Guerra nas Estrelas", ambos desenvolvidos pelos Estados Unidos da América.

A grande vantagem da abordagem tecnológica é a ênfase que é dada à iniciativa, abrindo uma ampla gama de possibilidades. As desvantagens consistem na fixação de poucos e difíceis objetivos e na conseqüente canalização da maior parte dos recursos destinados à defesa para projetos específicos, em detrimento de uma estrutura de forças convencional.

Presença nacional

Essa abordagem é específica para países que têm a integração nacional entre seus objetivos e tem-se revelado eficiente ao longo do tempo, pois transforma as forças armadas em efetivo

fator de integração. Essa abordagem concorre também para reforçar a imagem das forças armadas junto à opinião pública e contribui para um maior conhecimento mútuo entre civis e militares. Apresenta entretanto as desvantagens de contrariar o princípio da massa, de dificultar o adestramento de efetivos ponderáveis e de desviar recursos para ações complementares, em detrimento das atividades-fim.

Orçamentária

A abordagem orçamentária é prevenida pelo orçamento da nação.

Restrições financeiras globais são estabelecidas, baseando-se em critérios tais como uma percentagem do produto interno bruto ou do orçamento nacional. Uma vez quantificados esses limites, outras abordagens são utilizadas, de modo a obter-se o maior rendimento possível dos recursos disponíveis.

A principal vantagem dessa abordagem é que os recursos para a defesa são alocados num contexto que considera o estado global da economia e a sensibilidade da opinião pública. Outra vantagem é a ênfase que, obrigatoriamente, será dada à eficiência e à eficácia com que os recursos serão despendidos, visando a manter o orçamento dentro do teto de gastos pré-fixado.

O principal ponto fraco da abordagem orçamentária é que pode mostrar-se irrealista quanto às ameaças que rondam a nação, particularmente a longo prazo. Outra desvantagem é a possibilidade de colocar o planejamento estra-

tégico frente a ciclos alternados, de restrição orçamentária e de relativa abundância de recursos, ambos difíceis de administrar. Não menos preocupante é a exacerbação que traz à já tradicional disputa de verbas entre as forças singulares, cada uma desejando uma fatia maior do bolo orçamentário para si, em detrimento de soluções ótimas para os problemas de defesa da nação.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, foram apresentadas as técnicas de abordagem mais comuns utilizadas no planejamento estratégico de forças armadas. Cada uma foi apresentada isoladamente, de modo a destacar seus méritos e limitações. Convém ressaltar que, durante um pla-

nejamento real, algumas, ou mesmo todas as abordagens devem ser consideradas, para chegar-se às melhores soluções. A decisão pela adoção de uma abordagem preponderante, se houver, dependerá de uma judiciosa avaliação das conjunturas nacional e internacional.

BIBLIOGRAFIA

- FOUNDATIONS OF FORCE PLANNING — CONCEPTS AND ISSUES, editada pela The Force Planning Faculty Naval War College.
- OSÓRIO, Joaquim Luís e Fernando Luís — *História do General Osório*, editada pela Fundação Parque Histórico Marechal do Exército Manoel Luís Osório, Porto Alegre, RS.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — 1989. Doutrina. Rio de Janeiro, RJ.



Cel Cav QEMA VIRGÍLIO RIBEIRO MUXFELDT — Coursou a AMAN, a EsEFEx, a EsAO e a ECEME. Principais funções: Instrutor do CPOR de Curitiba, da AMAN e da ECEME. Serviu no Estado-Maior do CMP e no Estado-Maior do Exército. Comandou o 7º R C Mec — Santana do Livramento. Atualmente serve no Comando de Operações Terrestres.



A ESTRATÉGIA INDIRETA, A GUERRA IRREGULAR E A DEFESA DA AMAZÔNIA (*)

Carlos Alberto Pinto Silva

O artigo constitui uma advertência, no momento em que os problemas de segurança estão relegados a segundo plano.
Cabe ao leitor julgar a sua pertinência.

INTRODUÇÃO

Nenhum Estado deve acreditar que seu destino — toda sua existência — fique na dependência de uma batalha, mesmo que seja a mais decisiva. Não convém sucumbir com tanta pressa. O naufrago, por instinto, agarra-se a qualquer tábua, e os povos devem tentar todos os meios para sobreviver, quando arrastados para a beira do abismo.

Por menor e mais fraco que possa

ser um Estado, em comparação com seu adversário, se ele vier a renunciar a um derradeiro esforço de defesa, podemos dizer que já não existe viv' alma nele. Por conseguinte, qualquer governo que só pense, depois da perda de uma grande batalha, em permitir rapidamente ao povo desfrutar das vantagens da paz, mostra que não merecia a vitória, e que a sua atitude o tornou totalmente incapaz de alcançá-la.

A guerra irregular é normalmente concebida como conflito armado no qual as partes não constituem grandes unidades, mas pequenos e muito pe-

(*) Selecionado pelo PADECEME

quenos grupos de ação, e cujo desfecho não é decidido em poucas e grandes batalhas. Ao contrário, a decisão é buscada e, afinal, concretizada, através de um número muito grande de pequenas operações.

Não há guerra se a violência que uma nação comete não se choca com a vontade da nação agredida (povo) de respondê-la com uma violência de mesma natureza.

“A arte da guerra é de importância vital para o Estado. É um problema de vida ou morte, um caminho para vitória ou ruína” (Sun Tzu).

A cobiça sobre as incalculáveis riquezas da Amazônia não é exclusivamente dos dias atuais.

O objetivo de integrá-la definitivamente ao contexto nacional tem sido buscado ao longo das gerações, sem ser, contudo, alcançado integralmente. Dissociada do restante do território nacional, a Amazônia tem sofrido fortes ameaças, que atentam contra a soberania nacional.

Apresentamos a seguir algumas idéias sobre a estratégia indireta e guerra irregular, tendo como referência a defesa da Amazônia.

ESTRATÉGIA A SER ADOTADA PELO BRASIL

Estratégia Indireta

A opção pela estratégia indireta ocorre em função da inexistência de uma superioridade esmagadora dos meios militares e/ou da falta de liberdade de ação e/ou da convicção de que

a solução para o conflito pode e deve ser obtida sem o emprego da violência, ou com o emprego dela, mas sem preponderância da expressão militar do poder nacional.

O método indireto usa qualquer uma das expressões do poder nacional que não a militar, para persuadir ou coagir o adversário a aceitar uma solução do conflito. A expressão militar contribui de forma complementar, já que o poder nacional é indivisível. Basicamente empregada: a persuasão (meios diplomáticos e jurídicos) e a coerção (meios políticos, econômicos ou psicossociais).

Portanto, a estratégia indireta é “a arte de saber explorar, ao máximo, a estreita margem de liberdade de ação que escapa da dissuasão pelas armas, e conseguir sucessos decisivos, apesar da limitação por vezes extrema dos meios militares que podem ser empregados”.

A estratégia indireta comporta: manobra exterior e manobra interior.

Manobra Exterior

É conduzida sobre o tabuleiro de xadrez mundial, em que o essencial da luta não se joga no terreno dos combates, mas fora dele.

Os processos de dissuasão empregados vão do mais sutil ao mais brutal. Colocar-se-á em jogo o respeito das formas legais de direito interno e internacional e procurar-se-á fazer o adversário duvidar da justeza de sua causa. Criar-se-á a oposição de uma parte de sua opinião pública e tentar-

se-á levantar favoravelmente parte da opinião pública internacional.

Manobra Interior

Deve-se considerar as forças materiais, as forças morais e a duração.

Quando forças materiais são pequenas, devemos compensá-las através de forças morais bastante grandes e uma manobra necessariamente longa, visando a atingir o objetivo, menos por uma vitória militar do que pela manutenção de um conflito prolongado, concebido e organizado para tornar-se cada vez mais pesado para o adversário, utilizando a estratégia da lassidão ou usura.

Ela "desenvolve-se através de um conflito prolongado, de caráter total, tendo, na maioria das vezes, fraca intensidade, normalmente à base de guerrilha, e busca obter a decisão pelo desgaste moral e cansaço material. Nessa forma de atuar é fundamental 'saber durar'".

Nessa estratégia temos que considerar:

- o plano material das forças militares: estando-se em grande inferioridade de meios, só se pode esperar sobreviver recusando o combate, e empregando uma tática de inquietação para manter a existência do conflito. Isso conduz à guerra irregular como forma de condução de uma guerra convencional, possibilitando reduzir consideravelmente o desequilíbrio das forças materiais;

- o plano moral da ação psicológica: é necessário que as forças mo-

rais dos combatentes e da população sejam desenvolvidas e mantidas a um nível elevado. Simetricamente, é necessário levar o adversário a ceder pelo cansaço.

A Guerra Irregular e a Defesa da Amazônia

"Se o próprio povo não estiver preparado para, se necessário, tomar parte na defesa do seu país, não poderá a longo prazo ser protegido" (Clausewitz).

Identifica-se a ocorrência de guerra irregular, como forma de condução de guerra convencional, particularmente onde tropas regulares não conseguem operar, ou onde forças regulares de uma nação são fracas demais para fazer frente a um adversário que se aproxima.

A guerra irregular pode, também, preparar e auxiliar a guerra convencional. Nesse caso, a guerra irregular pode funcionar tanto para desgastar um oponente antes da irrupção de hostilidades convencionais, como para negar ao adversário posições vantajosas.

Se decidirmos transformar forças do exército regular em guerrilheiros, estaremos cometendo um erro, porque, se analisarmos a guerra como um todo, não poderá haver dúvida de que as forças regulares são as únicas capazes de produzir uma decisão estratégica e, também, de oferecer ao adversário resistência em toda a profundidade do território com reação eficaz a qualquer das formas de suas operações. As ati-

vidades da guerra irregular somente ajudam a chegar a uma decisão final.

Algumas idéias relativas ao emprego do exército no combate irregular, são as que se seguem:

- “Se se quer evitar perseguir um fantasma, deve-se pois imaginar que uma guerra irregular esteja sempre combinada com guerra conduzida por um exército permanente, ambas concebidas segundo um plano conjunto único” (Clausewitz);

- O combatente irregular tem que ter um compromisso com a idéia;

- “Esse tipo de guerra, em quaisquer de suas formas, deve ser sempre realizado por voluntários e não por conscritos: obrigar-se alguém a ser guerrilheiro ou terrorista é ter quase a certeza de falhas na hora decisiva” (R. Clutterbuck, Guerrilheiros e Terroristas, Bibliex, 1979);

- Segundo Carlos Marighela, “é importante todo guerrilheiro urbano estar sempre consciente de que ele só pode viver se estiver desejoso de matar”. Observa que “uma idéia forte a ponto de provocar esse efeito numa pessoa, capaz de mudar-lhe a atitude ante morrer e matar, constitui uma vantagem moral”;

- O combatente irregular começa a luta numa situação em que o soldado regular se entrega, sem ser considerado covarde ou traidor;

- Imputa-se a Mao Tse Tung a seleção de um jovem que se apresentou desejando ser combatente irregular: “Volta à tua casa e recolhe, numa só sacola, aquilo que for de utilidade para viver no campo, em seguida mata tua mulher, teus filhos e incendeia a tua

casa. Então volta aqui e saberei que queres ser combatente irregular.”

Como exemplo, citamos a concepção da defesa abrangente da Lugoslávia.

“A resistência organizada e contínua contra o agressor é conseguida pela combinação e fusão das condições de guerra frontal e partisan.”

A definição de missões entre unidades do exército regular e das unidades irregulares, bem como o desdobramento conjunto destas e daquelas, são asseguradas por um plano de operações unificado. Deve haver cooperação a nível estratégico, campanha e batalha.

Na organização das unidades de guerra irregular, devemos observar que “o mais importante não será a densidade ou rarefação populacional, já que é mais provável que escasseiem outras coisas do que homens. Se os habitantes são abastados ou pobres também não é um aspecto muito significativo; ...mas tem-se de admitir que uma população empobrecida, afeita a privações e trabalhos rudes, em geral revela mais vigor e disposição para a guerra. Uma das peculiaridades regionais que muito favorece as ações da luta empenhadas pelo povo é a dispersão das habitações na área rural” (Clausewitz).

A organização das unidades de guerra irregular pode se dar a partir:

- da população local dos municípios do interior, garimpeiros e indígenas;

- de unidades do exército temporariamente separadas para este propósito (valor unidade);

- de unidades do exército perma-

nenhamente separadas para este propósito (destacamentos pequenos) ou

- da combinação de unidades do exército e combatentes irregulares recrutados na população.

CONCLUSÃO

Para a defesa da Amazônia não devemos perguntar quanto custa à Nação a resistência que toda a comunidade é capaz de oferecer, mas indagar qual é o efeito que essa resistência pode gerar. Quais são suas circunstâncias e de que forma pode ser utilizada?

Em face de um poder militar incontestavelmente mais forte, teremos que adotar:

- estratégia indireta, numa guerra convencional apoiada de forma suplementar por uma guerra irregular;

- a nível operacional, a estratégia da lassidão.

Algumas lembranças importantes:

- uma “administração de crises” preparada a partir de uma perspectiva de longo prazo pode, finalmente, ser empregada para demonstrar ao mundo a possibilidade de se contrapor a um ataque por forças convencionais, com os meios de guerra irregular e, desse modo, contribuir para a dissuasão de uma agressão potencial e para a manutenção da paz;

- é essencial ter um conceito adequado entre os objetivos da força regular e do combatente irregular, para que não exageremos a função da guerra irregular, e possamos fomentá-la de acordo com a realidade, considerando

a importância do exército regular para guerra total, com sua capacidade de produzir uma decisão final e a função das atividades do combatente irregular que ajuda a produzir essa decisão favorável;

- “a teoria que ignora a “tríade notável” — povo, exército e governo — entra em conflito com a realidade a tal ponto que, só por essa razão, seria totalmente inútil” (Clausewitz);

- a História Militar, a teoria militar clássica e o conhecimento das doutrinas dos prováveis inimigos renovam o estudo dos fundamentos da arte e ciência militares;

- princípios da vitória: “Não lutaremos a não ser que estejamos certos da vitória. Nunca lutaremos sem um plano, sem uma preparação e sem termos a certeza do resultado” (Mao Tse Tung). Dessa forma, se desejarmos defender e manter a Amazônia, há necessidade de mobilizar a população e de um planejamento e preparação antecedendo o conflito.

Como conclusão final apresentamos os seguintes pensamentos:

“Os piores adversários, na guerra e em sua preparação, são a rotina e o tradicionalismo retardados” (Mal. Castelo Branco).

“Enquanto o fogo for uma ameaça à vida das pessoas, a prevenção contra incêndios será necessária, mesmo que o corpo de bombeiros fique mais tempo de prontidão que apagando incêndio” (R. Cluterbuck).

NOTA

Idéias extraídas das seguintes obras:

- *A Guerra Irregular Moderna*, Friedrich August Von Der Haudle;
- *Elementos de Estratégia*, Cel Abel Cabral Couto — Ex Português;
- *Problemas Estratégicos*, Mao-

Tse-Tung;

- *Clausewitz — Trechos de sua obra*, Rogers Ashley Lascord;
- *Operações de Guerrilha por Mao-Tse-Tung*, Tradução de Cel Samuel B. Griffith — USA;
- *ME 124-1 — Estratégia* — ECEME.



Cel Inf QEMA CARLOS ALBERTO PINTO SILVA — é da Turma de 1964 da AMAN e possui os Cursos de Material Bélico, Operações na Selva, EsAO, ECEME e CPEAEx (1990). Exerceu as funções de Instrutor do CIGS (1973/1974), EsAO (1978/1980), ECEME (1985/1987). Comandou o 2º Batalhão de Infantaria de Selva. Atualmente serve na ECEME/DCPEAEx. É membro do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Prata, Medalha do Pacificador, Medalha do Mérito Tiradentes, Mérito Amazônico e Ordem do Mérito Militar no Grau de Oficial.



“RÁDIO AURIVERDE” UMA DEBOCHADA AFRONTA

José Moretzsohn

*“...pois é a partir da grandeza e da beleza da criatura
que, por analogia, se conhece o seu autor” (Sab 13, 5)*

Primeira parte de um artigo, cuja publicação em seu todo excederia os limites de espaço regular da revista. Ele propõe-se a resgatar a verdade histórica relativa a diversos aspectos da atuação da FEB na Itália, deturpados no documentário cinematográfico “Rádio Auriverde”, lançado comercialmente nos cinemas nacionais em julho de 1991.

Sempre que crises profundas abalam uma sociedade, criam-se condições para o retorno ao passado, ensejando comparações quase sempre contaminadas de passionalismo e impropriedades.

Nessas ocasiões, duas correntes frontalmente opostas se revelam: a dos saudosistas, que teimam em oferecer soluções do passado às questões do presente, e a dos iconoclastas, que preten-

dem analisar os fatos de ontem sob a lupa do hoje.

Ambos incorrem em erro de perspectiva histórica e pecam, também, por grosseiro anacronismo.

Movidos, via de regra, pela mais torpe inveja, os últimos mostram-se os mais perigosos. Desprovidos de luz própria e ambiciosos, valem-se de sua opacidade para sombrear quem brilhe. E, no afã de destruir ou obscurecer,

elegem, de preferência, vultos do passado, como alvos de sua rasoura.

Carentes de predicados bastantes para projetar-se às culminâncias, sonham a elas guindar-se, acotovelando os que, mercê de reconhecidos méritos, ali se tenham posicionado.

Nessa vã tentativa de abrir espaço para si mesmos, esquecem-se de que a galeria dos grandes nomes da História se vai constituindo, ao longo dos tempos, pelo alçamento dos que sobrenadagem, em relação a todos os que passaram, após a decantação processada nas sociedades humanas.

Quem não deva emergir à tona, de onde salte aos patamares da fama, há de jazer, *ad aeternum*, no lodo viscoso e pútrido dos cafofos.

O Brasil — não é novidade — vive tempos difíceis, propiciando campo fértil a muitos "releitores de História". Desde que Affonso Celso passou a ser, entre nós, alvo de chacota, ao ufanismo que apregoava contrapôs-se o "envergonhismo" dos que, lamentando-se da própria nacionalidade, fazem-se pregoeiros da inferioridade de nossa gente.

Assim, quando se falou no envio de tropa brasileira para lutar ao lado das forças aliadas, na 2.^a Guerra Mundial, houve incontáveis manifestações em contrário, fundadas na suposta incapacidade do homem brasileiro para empresa de tal envergadura.

A marca de todas elas sempre foi o deboche: "*É mais fácil uma cobra mamar do que a FEB embarcar.*" "*A FEB não partirá, porque seu comandante é de Morais, o comandante da infantaria é da Costa, e o da Artilharia é Cordeiro, que não é de briga.*"¹

"Nossa tropa vai transformar-se em bucha para canhão dos americanos."

"Imagine-se nosso João sífilítico e desdentado a enfrentar o boche Fritz, explodindo saúde pelas bochechas..."

Não é, pois, de estranhar que o cineasta Sylvio Back produza documentário cinematográfico sobre a Força Expedicionária Brasileira, em que procura desmoralizar a atuação de nossos pracinhas na campanha da Itália, de forma grosseira, intemperada e ofensiva.

São dele estas palavras: "*Mas este momento de baixa estima do Brasil é o ideal para a lavagem de roupa suja.*"²

O filme, que leva o nome de "Rádio Auriverde", em alusão à "Hora Auriverde" utilizada pelos alemães, para transmitir mensagens típicas de guerra psicológica à tropa brasileira, foi exibido em Brasília, no dia 6 de julho de 1991, dentro do 24.^o Festival do Cinema Brasileiro.

Procurei memorizar o maior número possível de passagens e cenas do documentário. Eram, porém, tão numerosos os pontos a comentar, que saí frustrado do cinema.

Tive sorte, contudo. O cineasta veio, providencialmente, cobrir as lacunas de minha memória, publicando dois artigos, em jornais de Brasília, nos quais reafirma os termos empregados no filme.³

Selecionei os aspectos que me soaram mais contundentes e ponho-me a rebatê-los. Não sem antes colocar em dúvida a exatidão das pesquisas que ele afirma ter empreendido. Em um desses artigos, lê-se: "*Nada do que*

mostrei em meu filme é mentira. Rastreei 300 livros, pesquisei nas casas da FEB e escolhi 27 livros que considere bons, com informações verdadeiras..."

Vejamos.

• Os navios mercantes brasileiros teriam sido afundados pelos americanos, para forçar a entrada do Brasil na guerra.

A certa altura do filme, é dito que, se o Brasil não aceitasse determinada exigência, *"os americanos afundariam toda nossa marinha mercante"*.

Mesmo perfunctória, qualquer pesquisa que merecesse este nome teria levado a documentos divulgados após a guerra, e dados a lume até mesmo pela imprensa diária,⁴ em que se comprova a ação dos submarinos alemães e italianos contra nossa navegação. No entanto, o cineasta ainda bate nessa tecla, de há muito silenciada pela evidência e fidedignidade dos documentos.

Há relatórios dos comandantes dos submarinos em que, friamente, está registrado cada um dos torpedeamentos. Eis a transcrição de um deles, um apenas, como exemplo:

"... MBZ 24 de agosto de 1942 — 01.50 horas... a respeito do ponto B: todos viajavam isoladamente... Nenhuma reação. Não foram constatados armamentos... Todos os ataques fora das águas territoriais..."

a) 6.000 BRT — Navio misto⁵ — 16/08 — 00.12 horas. Em 11,41 Sul, 37,02 Oeste. Profundidade 38 metros... Iluminado. Com torpedo.

b) 5.000 BRT — Navio misto.

16/08 — 02.03 horas. Em 11,41 Sul, 37,22.5 Oeste. Profundidade 1.500 metros. 27 graus. 14 milhas náuticas. Iluminado. Com torpedo.

c) 3.500 BRT. Cargueiro. 16/08 — 09.13 horas. Em 11,53 Sul, 37,22.5 Oeste. Profundidade 39 metros. 35 graus. 6,5 milhas náuticas. Somente lanternas de navegação. Com torpedo.

d) 2.200 BRT. Cargueiro "Itapaba" ou semelhante. 17/08. 15.49 horas. Em 13,24 Sul, 38,26 Oeste. Profundidade 1.100 metros. 10 graus. 8 milhas náuticas. Com torpedo (a)

e) 800 BRT. Cargueiro a motor, que recolhia naufragos. Não molestado.

f) 3.000 BRT. Cargueiro que passou posteriormente pelo local do afundamento e parou. 17/08. 18.03 horas. Com torpedo.

g) 4.900 BRT. Navio misto. 17/08. 22.37 horas. Em 13,31 Sul, 38,36 Oeste. 10 graus. 8 milhas náuticas. Sem detonação, após 35 segundos. Impacto ouvido.

h) 150 BRT. Cargueiro a vela, "Jacira". 19/08. Com lanterna de navegação. Em 14,05 Sul, 38,50 Oeste. Profundidade 900 metros. Com carga de detonação.

i) 6.000 BRT. Cargueiro. 23/08. 09.50 horas. Em 13,4 Sul, 38,25 Oeste. Profundidade 72 metros. 235 graus. 14 milhas náuticas. Sem iluminação. Parado com artilharia. Torpedo.⁶

...Contato mantido somente com tripulação do veleiro. Capitão mestiço. Apenas comunicação por sinais.

...18/08. 18.23 horas. Em 14 graus Sul, 18,5 Oeste. No momento de re-

paração de bloqueio no revestimento da escotilha da boca do torpedo, surpreendido por "Consolidatel" com insignia dos Estados Unidos. Quatro bombas falharam devido tiros da artilharia de bordo. Câmara de sub-

mersão 6, estibordo, avariada. Inundada..."

Para que se esclareça em definitivo esta questão, segue-se a relação completa dos navios brasileiros torpedeados durante a 2ª Guerra.⁷

Navio	Data - hora de Berlim	Localização	Submarino	Comandante do submarino
1942				
Buarque	15/02 - 04.43	36.35N - 75.200	U-432	Schultze
Olinda	18/02 - 81.07	37.30N - 75 0	U-432	Schultze
Cabedelo	25/02 -	16 N - 47 0	Da Vinci	Longanesi/Catani
Arabutan	07/03 - 21.10	35.15N - 73.550	U-155	Piening
Cairu	09/03 - 02.25	39.10N - 72.020	U-94	Ites
Parnaíba	01/05 - 20.46	10.12N - 57.160	U-162	Wattenberg
Comte. Lira	18/05 - 22.30	2.59N - 34.100	Barbarigo	Grossi
Gonçalves Dias	24/05 -	16.09N - 70.000	U-502	Rosenstiel
Alegrete	01/06 - 23.51	13.40N - 61.300	U-156	Hartenstein
Paracuri	05/06 -	17.30N - 68.340	U-159	Witte
Não identif.	05/06 -		U-159	Witte
Pedrinhas	28/06 - 23.17	23.7N - 62.060	U-203	Muetzelburg
Tamandaré	26/07 - 08.15	11.34N - 60.300	U-66	Markworth
Piane	28/07 - 20.30	12.30S - 54.490	U-155	Piening
Barbacena	28/07 - 00.40	13.10N - 56 0	U-66	Markworth
Baependi	16/08 - 00.12	11.50S - 37 0	U-507	Schacht
Araraquara	16/08 - 02.03	12.00S - 37.190	U-507	Schacht
Anib. Benévolo	16/08 - 09.13	11.41S - 37.210	U-507	Schacht
Itagiba	17/08 - 15.49	13.20S - 38.400	U-507	Schacht
Arará	17/08 - 18.03	13.20S - 38.490	U-507	Schacht
Não identif.	17/08 - 22.37	13.31S - 38.360	U-507	Schacht
Jacira	19/08 -	14.30S - 38.400	U-507	Schacht
Osório	28/09 - 01.10	00.13N - 47.470	U-514	Auffermann
Lajes	28/09 - 02.15	00.13N - 47.470	U-514	Auffermann
Antonico	28/09 -	06.17N - 52.350	U-516	Wiebe
P. Alegre	03/11 - 16.42	35.27S - 28.020	U-504	Poske
Apoloide	22/11 - 22.17	13.11N - 54.390	U-163	Englemann

Navio	Data - hora de Berlim	Localização	Submarino	Comandante do submarino
1943				
Brasiloide	18/02 -	12.38S - 37.57O	U-518	Wissmann
Afonso Pena	02/03 - 23.01	16.14S - 36.03O	Barbarigo	Rigoli
Tutóia	01/07 -	24.40S - 47.05O	U-513	Guggenberger
Pelotasloide	04/07 -	00.24S - 47.36O	U-590	Krueer
Bagé	01/08 -	11.29S - 36.58O	U-185	Matus
Itapagé	26/09 -	10.20S - 35.45O	U-161	Achilles
C. Branco	26/09 -	Costa brasil.	U-161	Achilles
Campos	23/10 -	24.07S - 43.50O	U-170	Pfeffer
1944				
Vital Oliveira	20/07 - 04.54	22.29S - 45.09O	U-861	Oesten

• **O soldado brasileiro era subnutrido e desdentado.**

A seleção médica para a organização da FEB deixou, realmente, a desejar. A força poderia, dado o seu pequeno efetivo, compor-se de homens em melhores condições físicas e sanitárias.

Mas não é de exagerar. O cineasta se contradiz ao afirmar que, no seu desembarque em Nápoles, os pracinhas foram confundidos, pela população italiana, com prisioneiros alemães. Pode-se concluir, pois, que eles não eram tão esqueléticos quanto assevera o cineasta. Ou os alemães, àquela altura, após as malfadadas aventuras no norte da África, haviam-se tismado a tal ponto, ao sol do deserto, que se pareciam com os pobres mestiços brasileiros, carentes, subalimentados e fisicamente depauperados...

• **A FEB teria recebido uniformes americanos, com furos de bala e armamento da 1ª Guerra Mundial.**

A folhas tantas, o documentário salienta que a força brasileira fora alvejada (sofrendo muitas baixas), por homens da 10ª Divisão de Montanha, americana, que a confundiu com tropa alemã, devido à cor de seus uniformes, verde-oliva.

O fato ocorreu, deveras, no ataque conjugado das duas divisões a Belvedere-Castello. Mas registrou-se apenas uma baixa. E isto agora não importa, pois, afinal, recebemos uniformes americanos ou lutamos com os nossos próprios, verde-oliva?

O armamento individual que equipava a maior parte das divisões americanas, em 1944, era o fuzil *Springfield*, usado desde a 1ª Guerra. O *Garand*, semi-automático, não era

produzido ainda em quantidades suficientes. Aliás, é bom recordar que os alemães utilizavam o fuzil *Mauser*, o mesmo da 1ª Guerra, com as modificações que o tornaram semi-automático.

Nos entreveros em campanha, até com certa frequência, homens são alvejados por seus próprios camaradas. Os relatos da guerra passada estão cheios de exemplos. Mas, jejuno em tais assuntos, o cineasta encontrou no fato motivos para destilar deboche. E, no afã de zombar, nem se dá conta de que o erro foi dos americanos. Ele o debita na conta da FEB.

O general Patton, um dos mais famosos comandantes na 2ª Guerra, mandava assinalar, no chão, com letras garrafais "QG do III Ex USA", sob a alegação de que, assim, evitaria a repetição de ataques pela aviação aliada. E, quando lhe diziam que atrairia a aviação alemã, respondia: "Aos ataques desta posso contrapor-me sem medo de matar irmãos. Ademais, a aviação alemã está tão desmantelada, que já não constitui grande ameaça."

• Teria sido grande o número de desertores, na tropa brasileira.

No artigo publicado pelo *Correio Braziliense*, o cineasta tenta abrandar alguns trechos de seu documentário.

Sobre a questão dos desertores, escreve:

"Da mesma forma que as transmissões não chegavam a provocar maiores estragos ideológicos junto à tropa (dos 34 desertores brasileiros, não calculo quantos foram vítimas da "Rádio Auriverde") — mas despertavam reflexões e reações de ordem mo-

ral e afetiva, o documentário Rádio Auriverde apropria-se do mote, na vã ilusão de, pelo tragicômico, pela iconoclastia e pelo deboche, conseguir desmobilizar as monolíticas imagens e narrações que majoritariamente sobreviveram aos acontecimentos."

A deserção configura-se quando o militar se ausenta, sem autorização e por tempo superior ao prazo de graça (oito dias), de sua unidade, ou quando, estando legalmente ausente, deixa de apresentar-se depois de cessado o motivo do afastamento.

Nessas condições, houve apenas duas deserções em toda a FEB; as 32 restantes se referiram a homens que retornaram com atraso, após dispensas — as "tochas" — que lhes tinham sido concedidas.

Por conseguinte, pelo menos no estimular deserções, a "Hora Auriverde" não teve muito êxito...

• As notícias sobre a FEB eram severamente censuradas, de maneira que o povo somente tomou conhecimento das aprovadas.

No já mencionado artigo de 14 de julho, o cineasta reforça os dizeres do filme com o seguinte: "...a filmografia da FEB traz impressa a mácula da ablação censória. O próprio comandante da FEB, general Mascarenhas de Moraes promovia a censura das reportagens dos correspondentes brasileiros — todos, sem exceção, com o tempo, acabaram patrocinando uma auto-censura que, estranhamente, varrou os anos subsequentes ao conflito, incólume (desconhece-se um texto contestatório sequer dos jornalistas que

testemunharam o vexame da FEB no front italiano)."

Quanto de estranhável, isto sim, nessas palavras!

Teria o general Mascarenhas tempo para censurar, pessoalmente, as notícias sobre sua tropa? Teria como evitar que, sem o seu conhecimento, outras informações chegassem ao front interno? Também os correspondentes estrangeiros (e os havia, como se verá) submeteram-se, sem reações?

Por que, quase cinquenta anos após a guerra, eles continuam a elogiar o desempenho dos pracinhas?

Por que não se conhece um só "texto contestatório" de sua lavra? Aqueles que testemunharam o "vexame da FEB" emudeceram de vergonha?

Não. Mudos eles não se tornaram. Será, então, que houve vexame a narrar?

Que compromisso terão firmado todos eles? Que mordada lhes foi aplicada, tão pegajosa e aderente, que dela, até hoje, não conseguiram livrar-se?

Por isso, entre pôr em dúvida a seriedade de um Rubem Braga ou de um Joel Silveira e crer no cineasta, fico com aqueles. Entre o testemunho ocultar de quem não assistiu a nenhum vexame e o preconceituoso deboche de quem imagina "desmistificar", não há duvidar.

É pena que Rubem Braga já não iva para contestar as baboseiras do "Rádio Auriverde".

Joel Silveira, contudo, a respeito do documentário, depois de revelar sua repulsa às zombarias do cineasta, reata que escutou, algumas vezes, as

transmissões da estação alemã, "*uma porcaria, um humor alemão tão pouco sutil, que não surtia outro efeito a não ser gerar muitas gargalhadas*".⁸ Ele chega a dizer que o cineasta não soube interpretar certas imagens um tanto "exóticas", recolhidas no "National Archives": "*a crítica ao temperamento dos brasileiros vinha mais por causa do jeito latino dos soldados, que mesmo lutando bravamente e com eficácia, encontravam formas de fazer alguma farra, sempre que podiam*".⁹

E prossegue: "*Não sou militarista. Pelo contrário, acho qualquer guerra uma estupidez, mas não consigo compreender porque se ataca desta maneira uma página de dignidade e valentia da História do Brasil. Creio que a campanha da FEB foi o maior momento do Exército Brasileiro em todos os tempos e o que aconteceu depois não apaga isso*".¹⁰

Ainda do mesmo correspondente recolho, em "A FEB foi, viu e venceu": "*Fizemos ali mesmo uma espécie de balanço, de inventário do que a FEB fizera ou deixara de fazer naqueles últimos meses e chegamos todos a uma só conclusão: a de que nossos pracinhas haviam aprendido a guerrear na própria frente de operações; que haviam aprendido de pressa, muitas vezes com a ajuda do indiscutível senso de improvisação e criatividade tão comum aos brasileiros; que haviam se portado com bravura, competência e obstinação; e que, finalmente, soldados e oficiais, comandados e comandantes, tinham cumprido, integralmente, todas as missões que lhes haviam sido confiadas... Sim,*

os pracinhas brasileiros, naquele 8 de maio de 1945, podiam sentir-se orgulhosos. Havia passado por toda espécie de sofrimentos; haviam enfrentado dois inimigos igualmente impiedosos, os alemães e o frio, e haviam derrotado os dois. Camaioire, Barga, Monte Castello, Castelnuovo, Montese, Zocca, Collecchio e Fornovo já eram indicações seguras, indiscutíveis, de que os pracinhas brasileiros tinham levado a melhor, para desespero e tristeza dos derrotistas e simpatizantes do nazi-fascismo, muitos deles enquistados na cúpula dirigente da ditadura estalinovista, que desde a partida do 1.º escalão da FEB, ou até mesmo antes, quando a Força Expedicionária Brasileira ainda estava sendo agrupada, profetizavam para os nossos soldados derrota e humilhação."

De que se tratava, para as forças aliadas na Itália, senão de empurrar a Wehrmacht ao longo da península, na direção geral aproximada de sul para o norte?

Tome-se uma boa carta da Itália. É fácil conferir se Camaioire, Monte Prato, Fornacci, Galliciano, Barga, Monte San Quirico, Monte Castello, Castelnuovo, Montese, Zocca, Formigene, Collecchio e Fornovo estão localizadas em pontos que indiquem recuos ou contra-marchas; se não balizam um contínuo movimento para a frente.

A FEB só marchou para trás, no caso, para o sul, quando pressentiu a oportunidade de cercar toda uma divisão inimiga.

E aí sua vitória foi maiúscula! Não é usual uma divisão impor ren-

dição a efetivo equivalente. Na guerra, a vitória sorri a quem tenha maior poder de combate.¹¹

No entrevero 1ª DIE x 148ª DI, não havia superioridade de meios, em uma das partes...

A vitória em Collecchio-Fornovo foi maiúscula!

Queiram ou não aceitá-lo os que creram nos vaticínios de Cassandra ou dos prosélitos de Momo.

Rubem Braga, outro cronista da FEB, no extenso artigo que publicou, em 1970, na revista *Realidade*, refaz, 25 anos depois, os caminhos da FEB. E narra: "...entramos a bordo do navio-transporte no mesmo dia em que o capitão Ayrosa entrou em Camaioire, a 18 de setembro de 1944; até então o governo entendera que só convinha permitir as viagens dos rapazes do DIP, nada de correspondentes de jornais; as ditaduras desconfiam da imprensa, e têm lá suas razões."

E o cronista continua: "Visitamos o antigo quartel-general recuado na Piazza San Lorenzo, onde tantas vezes dormimos — os correspondentes Raul Brandão, do *Correio da Manhã*, Egídio Squeff, de *O Globo*, Joel Silveira, dos *Associados*, Tassílio Mitke, da Agência Nacional, Harry Bagley e Frank Norall, da Coordenação de Assuntos Interamericanos, e eu, do *Diário Carioca*."

"...O ataque seguinte foi no dia 25, quando vim aqui a Bombiana, ao PC do Batalhão, com dois correspondentes americanos e o inglês Happy Buckley, que pela primeira vez visitava nosso front. Esse repórter da Reuter fizera toda a Guerra da Espanha, so-

bre a qual escreveu um grosso livro cuja edição inteirinha desapareceu em um incêndio durante o bombardeio de Londres, antes de ser distribuída. Depois fora mandado para a guerra do deserto, onde ficou gravemente ferido pela explosão de uma granada. Passara muitos, muitos meses em um hospital e era a primeira vez que voltava ao front. A primeira e a última. Quando as granadas começaram a explodir perto de nosso jipe, Buckley ficou pálido e trêmulo: enjoara da guerra, não aguentava mais, acabou indo fazer reportagem política em Roma. O estrondo das granadas lhe esvaçalhava a alma, como já lhe havia esvaçalhado o corpo: ele todo se contraía. Quando um guerrilheiro italiano nos gritou "buona sera!", saudando a tarde, ele ainda teve espírito para dizer: "Sera non buona!".

Mais adiante, referindo-se a um dos ataques a Monte Castello, Rubem Braga relata: "Três dias depois, à tarde, os correspondentes de guerra foram chamados ao quartel-general avançado em Porretta. Foi uma reunião a portas fechadas, com certa solenidade. O major Souza Junior, depois de dizer que confiava em nossa absoluta discrição, introduziu-nos na sala do estado-maior. Não me lembro... quem nos falou no ataque que seria desencadeado na manhã seguinte...".

"...levantei-me cedo e fui para um posto de observação próximo... Nossa artilharia começou a bater as posições inimigas... Pelas 8 da manhã, os infantantes começaram a avançar... E iam chegando os informes: pelotão da 7ª

chegara à cota 760, a 8ª Cia arremetia para 887... Depois, um tal pelotão estava detido por uma barragem de morteiros, o inimigo atirava de metralhadoras da cota tal; os carros de combate americanos empacados; o capitão Mandin ferido na cabeça..."

"Por volta de meio-dia, a cara feia da derrota era bem nítida: voltei as costas àquele maldito Castello pontado de fumaça de obuses, misterioso e inacessível, e peguei uma carona numa viatura qualquer para a retaguarda. No dia seguinte me disseram que tivemos 185 baixas. Escrevi uma longa, minuciosa reportagem sobre esse ataque, minuto por minuto. A censura cortou-a."

Com tais transcrições, fica evidente que, na FEB, como de resto em toda e qualquer força envolvida em operações militares, certas informações são censuradas; porque os jornalistas não imaginam que ao dever de informar sobrepuja o direito de manter sigilo, de não dar ao adversário, de bandeja, os pontos fracos que tenhamos revelado.

Na 2ª Guerra, todos os exércitos empenhados no conflito fizeram censura. Ficou até famosa uma fotografia que mostrava três soldados americanos mortos, numa praia de Burma, no Pacífico. Ela mereceu um editorial da Life, que se iniciava com estas palavras: "Where these boys fell, a part of freedom fell: we must resurrect it in their name".

Além da circunstância de ter sido a primeira divulgada nos Estados Unidos, em que apareciam americanos mortos, a foto não revelava o rosto de

nenhum deles, exibindo os corpos meio cobertos pelas areias e lambidos pelas onças.

O editorial tem a data de 20 de setembro de 1943, quase dois anos, portanto, após a entrada do país na guerra. Quase dois anos para se permitir que o moral da população fosse afetado por uma simples (porque em uma guerra deve ser normal que homens morram...), ainda que sugestiva fotografia. Foi profundo o impacto na opinião pública.

Muito natural, portanto, que na FEB houvesse alguma censura. Quer atribuí-la ao seu próprio comandante, dar-lhe contornos de extrema severidade ou ainda insinuar que os censurados de ontem se mantenham calados (ou pior, continuem mentindo), só na visão premeditadamente demolidora de um cineasta em busca de renome.

• "...paternalismo dos norte-americanos que, era público, transportavam, vestiam, alimentavam, albergavam, instruíam, armavam, hospitalizavam, pagavam e comandavam a FEB".¹³

Fica tão difícil rebater as afirmações do cineasta, como ficaria para um cirurgião explicar a simplório lavrador como se processa uma traqueotomia... Ele pode entender de cinema, mas em assuntos castrenses é notório seu despreparo.

Tirante as contradições e inverdades que o trecho acima encerra bastaria que o autor, se iniciado, escrevesse simplesmente "comandavam", porque quem comanda, veste, alimenta, arma,

hospitaliza, instrui etc. Faz tudo isto e muito mais. Ou não comanda.

Em outra passagem, ele afirma: *"...locutores e textos iam fulminantes à alma do soldado brasileiro, na prática curtido por uma inevitável subalteridade logística, estratégica e mesmo moral"*.

Excluído o aspecto do moral, é evidente e indiscutível que a Divisão Brasileira teria de submeter-se ao apoio logístico americano.

O corpo-de-exército¹⁴ nunca foi elo em cadeias de apoio administrativo. É um comando essencialmente operacional, isto é, voltado exclusivamente para o combate. O escalão superior, no caso o Exército, se o quer atuante e vencedor, que trate de apoiá-lo, não deixando que lhe falte coisa alguma. Assim, as divisões do IV.º Corpo de Exército eram diretamente apoiadas pelo V.º Exército.

O general Mark Clark, que comandou esse exército na 1.ª fase da campanha, conta que, certa vez, contrariando terminantes ordens do general George Marshall, que iria visitar sua tropa, preparou-lhe uma grande guarda de honra, composta com elementos que estavam sob seu comando. Postou, para a homenagem, brancos americanos, os negros da 92.ª DI, ingleses, brasileiros, escoceses, indianos, canadenses, galeses, irlandeses, poloneses, neozelandeses, italianos e sulafricanos. Todos, com exceção dos primeiros (por questão de racismo, suponho) e dos brasileiros (por uma atávica submissão, na visão elucidativa do cineasta), devem ter participado do ato a mastigar revolta em face da "subalter-

nidade logística, estratégica e moral" a que vinham sendo submetidos.

O objetivo de Mark Clark era, porém, permitir ao visitante avaliar a amplitude dos problemas de suprimentos, de diversificação de línguas, de diferença de religiões, enfim, "*problema global, complexo e confuso de tornar possível a uma dúzia de nacionalidades viver e combater como uma só equipe*".¹⁵

Os indianos só comiam carne de cabra, os escoceses queriam seu chá, os irlandeses, trevos, no dia de São Patrício...

Inglese, poloneses, indianos, gauleses ali estavam, sem que a "subalternidade logística" arranhasse sua dignidade.

É de estarrecer que alguém imagine cada divisão com seu próprio sistema de apoio, recebendo armamento, munição, material de toda a espécie, alimentos e suprimentos de outras classes, nos padrões adotados em seus países. Que caos não se instalaria!...

Como estou convencido de que o cineasta não cogitou de tais pormenores, pequenos demais, talvez, diante da sua clarividência, modestamente tento enriquecer a pesquisa que ele realizou, lembrando que a divisão brasileira consumiu, em média, 426 toneladas diárias de suprimentos de todas as classes, o que exigia um comboio de 107 viaturas de 2,5 toneladas, a cada dia.

Do alto de sua clarividência, ele carimba a FEB com a pecha de "subalternidade estratégica", como se divisão fosse escalão capaz de conduzir ações estratégicas!

Há outras impropriedades ainda, nos textos transcritos. Por exemplo: se os americanos vestiam os pracinhas, como chegaram a atirar sobre eles, confundindo-os com os alemães, devido à cor de seus uniformes?

Há inverdades também, porque os americanos não pagavam a tropa brasileira. O Serviço de Fundos da Divisão compreendia uma Pagadoria Fixa, em Livorno, que recebia da agência do Banco do Brasil, em Nápoles, os créditos destinados às diferentes unidades. O pagamento era feito em libras de ocupação, ao câmbio de 5 por 1 cruzeiro ou 100 por dólar.

Os vencimentos eram pagos da seguinte maneira: uma cota fixa, em libras, correspondente a um vencimento, na Itália; uma consignação às famílias, equivalente a outro vencimento, em cruzeiros, no Brasil; parte do 3º vencimento destinada às consignações dos militares, constituindo o saldo restante um fundo de previdência, depositado na Caixa Econômica Federal, em nome dos interessados.¹⁶

As tabelas que definiam os vencimentos por postos e graduações figuram em vários livros sobre a participação da FEB na campanha italiana.

Os brasileiros eram dos mais bem pagos, entre os aliados. Mas, não pelo Tesouro Americano.

• A tropa brasileira era indisciplinada.

Em 1952/53, fui, por algum tempo, ajudante-secretário de um dos regimentos que integraram a FEB (o 11º RI) e tive ocasião de manusear boletins cor-

respondentes aos meses de campanha. Não me recordo de ter lido punições disciplinares em grande número. Nenhuma indicação encontrei de baixo nível disciplinar da tropa.

O Serviço de Justiça Militar da Divisão realizou 278 julgamentos, com 137 condenações e 141 absolvições. Para um efetivo total de 25.000 homens no teatro-de-operações (1ª DIE e depósito de Pessoal), esse dado representa 0,54%, ou seja, uma percentagem tão insignificante, que nem precisa ser considerada. O estado disciplinar da tropa sempre foi muito bom.

Rubem Braga termina o seu já citado artigo com o seguinte: *"Não mandamos à Itália 25.334 anjos em 1944. A nossa tropa, como toda tropa de ocupação em país estrangeiro, e mesmo em seu próprio país, praticou abusos e crimes. Mas eles foram raros, e foram punidos sempre que descobertos, e não é a eles que está associado na memória e no sentimento do povo italiano da Toscana e da Emília, o nome de "brasiliano"*.

E prossegue: *"A FEB era bem um resumo do povo do Brasil, não só porque tinha soldados de todos os seus Estados e de todas as classes sociais e níveis de cultura, como porque levava todos os seus defeitos e improvisações, todas as suas incoerências e mitos, todas as falhas e virtudes desse povo. Pois estou convencido de que, dentro da modéstia de nossas forças, o pracinha brasileiro deu o seu recado, cumpriu sua missão. E a sua melhor vitória me parece a ressonância de afetos e de saudades que ainda guarda,*

entre as paredes de pedras dessas casas isoladas da montanha, no coração da gente simples e boa da Itália, esta palavra: "brasiliano".

Quando o 1º Escalão da divisão brasileira transpôs o estreito de Gibraltar, o comandante Paul S. Maguire, do navio-transporte "General Mann", que o conduzia, dirigiu aos soldados uma bonita saudação em que, entre outras coisas, disse: *"Nosso navio já transportou milhares de tropas e ainda muitas mais terá que transportar, mas nenhuma delas deixará, por certo, melhor impressão que a vossa."*

Se o comandante Maguire não podia deixar de saudar seus passageiros, por ser simplesmente grosseiro se se omitisse, ou até por se tratar de uma tradição naval, fica justificada sua mensagem. Mas, se tudo não passou de um mero e formal cumprimento, poderia ter sido menos enfático em seus elogios.

Aliás, na travessia do estreito de Gibraltar aconteceu algo que julgo conveniente relatar.

15 de julho de 1944, 13 horas. Nos salões do navio, ouve-se o noticiário radiofônico da BBC de Londres. De repente, o locutor inadvertidamente, informa: *"Aproxima-se de Nápoles, navegando em pleno Mediterrâneo, o comboio conduzindo o primeiro contingente de tropas brasileiras para participar da luta do TO Europeu."*

À perplexidade seguiu-se uma sensação de natural inconformismo: como uma estação aliada, com o porte da BBC, após cinco anos de vivência em guerra, quebrava, de forma tão ingê-

nua, o sigilo que cercava o deslocamento de nossa força?

Se a notícia alarmou os nossos oficiais, nossos "incompetentes" oficiais, muito mais alarmaria o comandante do navio. Se fora ouvida a bordo, os alemães, com toda a certeza, a haviam captado, prelibando, naturalmente, a espetacular vitória política que resultaria do afundamento do transporte. E trataram de aproveitar a "deixa" inglesa.

Logo a seguir o "General Mann" recebeu a seguinte mensagem do comando-geral do teatro-de-operações do Mediterrâneo (MTOUSA):

"Um forte esquadrão de bombardeiros inimigos, oriundo do N da Itália, devidamente protegido, voa na direção do comboio, que poderá ser atingido dentro de uma hora, caso não seja interceptado. Todos os meios de interceptação, das bases do N da África, Sicília, Nápoles e Sardenha foram acionados e deverão dar cobertura suficiente ao comboio. Convém estar preparado para a luta antiaérea."

Imediatamente, sabedores de que a FAB estava a alguns milhares de quilômetros dali, os responsáveis pelo comboio trataram de tomar outras providências.

Ao comando da tropa foi informado o seguinte:

"Dar conhecimento com a devida cautela, sem apreensão ou pessimismo, para evitar pânico."

"A tropa brasileira não tem qualquer compromisso de combate com a eventualidade de um ataque aéreo. Manter-se-á rigorosamente enquadada, até que seja dado o All Clear!"

"Todas as informações e instruções serão transmitidas pelo microfone geral."

"Todo o comboio, neste momento, entra em 'Postos de Combate'. O 'General Mann' será completamente fechado, só permanecendo nos convéses as guarnições antiaéreas."

"Nenhum homem poderá circular no convés sem o capacete de aço."

"Foi uma hora de angustiosa expectativa. As esquadrilhas de caça, amigas, sobrevoaram o comboio antecipando-se à agressão inimiga. A luta de interceptação não chegou até nós. Mas, sem dúvida, nossa reação fora bem sucedida. Pouco depois, o Comandante do MTOUSA comunicava que a esquadrilha inimiga de bombardeiros havia sido interceptada. Retrocedera... E o Almirante americano que comandava a Força-Tarefa determinou que se fizesse um 'Fogo de Artifício', disparando todas as armas em homenagem à Força Expedicionária Brasileira, que 'recebera o seu batismo de alarme dentro de uma situação real, sem se perturbar.'"¹⁷

Os erros, nas guerras, são muito mais frequentes do que se imagina. Aí está um exemplo. Como entender que os ingleses, já àquela altura, curtididos por cinco anos de guerra, ainda cometessem tamanha leviandade?

• **Incompetência da oficialidade e despreparo da tropa.**

O filme, em várias oportunidades, e o cineasta, em seus artigos, levantam a acusação de incompetência de nossos oficiais. Eis alguns trechos: *"Não interessava levar ao mundo... um visual e uma desenvoltura da FEB, di-*

gamos, nitidamente "paisana" — a contrafação da própria "roupa de baixo" espiritual do nosso contingente mal formado física e tecnicamente, dos soldados à falta de competência da oficialidade." "Basta o mito, pois, através de sua permanente reinstitucionalização, preserva-se o todo, portanto, a incompetente oficialidade e o despreparo da tropa que provocaram a morte de 467 soldados e a doença mental em três mil, bem como os fautores da conspiração política que levou o Brasil ao sacrifício." Em um outro ponto, o pracinha é comparado a um "simulacro de combatente".

Não seja eu parcial ao ponto de omitir dificuldades que nossa tropa viveu. Houve falhas, claro que houve. Falhas naturais, tratando-se de homens sem experiência de combate. Falhas esperadas, nem maiores nem mais graves do que as cometidas pelos veteranos americanos, ingleses ou alemães. Nenhuma falha da FEB foi comprometedora.

Nosso país estava militarmente desapaarelhado, quando se viu envolvido no conflito. Seu exército era mal equipado e se orientava, ainda, pela doutrina francesa, a mesma que fora, poucos anos antes, fragorosamente batida pelas panzers germânicas.

E agora, sua tropa iria colocar-se ao lado de homens que vinham de árduas e prolongadas campanhas, para enfrentar o mais aguerrido e experimentado exército do mundo, à época.

O 1º Escalão chegou à Itália em 16 de julho, e só a 13 de setembro foi empenhado em combate. Teve, portanto, dois meses para adaptar-se,

ambientar-se e exercitar-se. Aliás, é necessário dizê-lo, seu emprego foi mesmo antecipado, depois que demonstrou estar apto, em um exercício presenciado pelo próprio general Mark Clark, que não regateou elogios ao que vira, terminando suas palavras assim: "Diante do que me foi dado ver, a mim e aos colaboradores da arbitragem, não há mais o que esperar para lançar a FEB em combate. É uma tropa adestrada, à qual só faltam as reações do inimigo."¹⁸

Mark Clark e seus oficiais vinham do norte da África e estavam na luta desde o desembarque na Sicília. Sabiam o que estavam fazendo.

Com a tropa daquele 1º Escalão constituiu-se o "Destacamento FEB", que se houve de forma tão brilhante, que o general Mark Clark, recebendo o general Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra, em visita ao front, disse: "Sua tropa, general Dutra, quando veio do Brasil, foi para uma área de estacionamento onde iria aclimatar-se e receber armamento de guerra. Passou então à fase de treinamento especial, duro e terrível, para a luta. Um belo dia, resolvi empregá-la logo no front. Constitui, para isso, um destacamento especial, cujo comando foi confiado ao general Zenóbio da Costa. Andei acertado. Eis aqui o que sua tropa fez, nestes dez dias (e apontou no mapa a progressão do destacamento brasileiro, indicando as cidades por ele tomadas). Diante de tão promissora experiência, resolvi dar-lhe nova missão, reforçando o Destacamento Zenóbio com um regimento de artilharia inglês e um bata-

lhão de tanques americanos. Já cumpriu com êxito e, até mesmo com inesperada rapidez, essa missão. Isto firmou o conceito da tropa brasileira não só entre nós, mas também entre os alemães; soubemo-lo por inúmeros prisioneiros. É por isso, Sr. Ministro, que estamos ansiosos por mais tropas brasileiras. Mandem-nas e o mais breve possível."¹⁹

Se se pode falar de falha no planejamento de emprego da DIE, aí está uma das razões principais. O espírito ofensivo que o Destacamento FEB adquiriu durante seu treinamento e que revelou nas operações conduzidas no vale do rio Serchio, foi tão grato ao comando americano, à época às voltas com significativa redução de efetivos (boa parte da força fora aspirada para o desembarque no sul da França), que o restante da divisão brasileira, à medida que ia chegando, ia sendo prematuramente empenhado em combate. Prematura e temerariamente. Os 1º e 11º Regimentos de Infantaria não chegaram sequer a concluir sua preparação. Receberam armamento e equipamento às vésperas de entrar em linha...

Erro? Claro! Não há como negá-lo, mas que não seja atribuído ao comando brasileiro. Debitem-no ao americano.

Mark Clark, com a autoridade de comandante do XV Grupo de Exércitos, quando, em suas memórias, teve de referir-se separadamente a cada uma das grandes unidades que estiveram sob suas ordens, foi impiedoso com a 92ª Divisão de Infantaria Americana, que era constituída exclusivamente de

negros. Eis o que escreve: "A 92ª Divisão recebeu uma preparação e um treinamento completos para a ação, assim como todas as nossas divisões. Foi levada à frente, gradativamente, num setor relativamente tranqüilo e sob a competente direção do general-divisão Ned Almond. Não obstante essas vantagens, não passou na prova quando teve que atacar, nem quando os alemães investiram no vale do Serchio. Os comandantes de regimento não puderam controlar suficientemente, na emergência, as suas tropas, principalmente pela ausência da disciplina rígida requerida na batalha e porque os oficiais subalternos, freqüentemente, esqueciam responsabilidades de rotina e careciam de condições essenciais para o comando."²⁰

Mas, quando se referiu à FEB, assinalou: "Num de nossos ataques, a 10ª Divisão de Montanha e a 1ª Divisão Brasileira fizeram alguns rombos impressionantes nas defesas alemãs, nos meados de fevereiro. A 10ª, escalando miraculosamente os maciços rochosos, capturou Monte Belvedere... enquanto os brasileiros tomavam Monte Castello e as duas grandes unidades se lançaram para nordeste... Os brasileiros, bordejando a orla sul do vale do Pó, deram uma arrancada de 130 milhas até Alessandria... Nesse meio tempo, a arremetida brasileira sobre Alessandria cortara a principal via de retirada dos alemães do litoral ligúrico... Em Fornovo, os brasileiros toparam com a 148ª Divisão Alemã, que lhes havia aplicado alguns golpes duros e capturaram seu general e 6.000 homens."²¹

E a questão do número de mortos?

Alguns esclarecimentos preliminares: a Marinha Mercante Brasileira teve 972 mortos, mais do que o dobro da FEB em 240 dias de combate. Junto às nossas costas, à vista de nossas praias, morreram mais brasileiros do que nas faldas dos Apeninos... Certamente eram incompetentes os comandantes dos navios afundados...

A Marinha de Guerra perdeu 476 homens, mais também do que a FEB.

Um dos navios de passageiros torpedeados em nossas águas territoriais, o *Baependi*, levou consigo, para as profundezas do mar, 124 militares do 1º Grupo de Artilharia de Dorso, unidade que estava sendo transferida para o nordeste, onde iria reforçar a defesa daquele saliente. Navegava a 15 milhas da costa, em 15 de agosto de 1942. O Brasil nem sequer estava em guerra (a declaração foi a 31 daquele mês) e perdia mais homens do que em todos os ataques a Monte Castello, conduzidos, segundo o cineasta, por oficiais incompetentes. No litoral brasileiro, um competente comandante de submarino alemão, causou mais baixas às nossas forças do que seus aguerridos compatriotas, durante mais de dois meses, defendendo Monte Castello!

A FEB amargou 466 mortos. Este número é elevado?

Considerando que a tropa esteve em operações durante 239 dias, o número diário de mortos foi inferior a dois (1,94). É válido, também, levar em conta que do total de dias em combate, 172 deles foram vividos em ações

ofensivas, sabidamente mais onerosas em vidas.

Julgo, porém, necessário esclarecer o cineasta a respeito desse ponto.

Os exércitos dispõem, já de algum tempo, de um conjunto de dados colhidos em diferentes campanhas, e de fórmulas empíricas resultantes de observações e experiências em combate, que permitem estimar, com apreciável precisão, as necessidades de combustível, de munição, de suprimentos de todas as classes, a velocidade de um ataque contra uma posição sumariamente organizada, fortemente organizada ou simplesmente organizada, o prazo para atingir cada um desses estágios de organização, enfim, os comandantes podem saber, antecipadamente, até mesmo o número de baixas que sua tropa sofrerá, em função do tipo de operação em que irá engajar-se. Ainda que isso pareça excesso de racionalismo, não difere muito dos prognósticos emitidos hoje, prevendo tantos milhares de novos casos de AIDS, em um determinado país. Não difere sequer do que já ocorria em guerras mais antigas, evidentemente sem a precisão dos números de hoje. Lembra-se o general De Négrier, da Legião Estrangeira: "Sois soldados para morrer, e eu vos envio para a morte!" ao decidir-se por uma missão de extremo risco.

Curioso: sabe-se que, no próximo ano, 4.000.000 de crianças brasileiras morrerão antes de verem a luz, simplesmente abortadas, sem que se conheça um só cineasta que se dê ao trabalho de protestar...

Pois bem. A coletânea de dados das operações militares tornou-se um *vade-*

mécum, muito usado até mesmo em tempo de paz, nas escolas de estado-maior.

Para calcular o número de baixas previstas para uma força, durante sua permanência em um teatro-de-operações, o *vade-mécum* estabelece a seguinte fórmula:

Efetivo da força x número de meses em combate

100

Aplicando esta fórmula à nossa divisão, com seus aproximadamente 15.000 homens, durante oito meses em combate, o número de mortos teria sido de 720.

Nos dois primeiros meses, contudo, apenas um terço da divisão esteve em luta. Assim, para facilitar, vou considerar apenas os seis meses, durante os quais a divisão atuou completa. Aplicando a mesma fórmula, o número de mortos reduzir-se-ia a 540, ou seja, cerca de 100 além do que realmente teve.

Essa diferença para menos é difícil de explicar. Seguramente, deve debitar-se à incompetência de nossos oficiais.

O número de mortos da divisão brasileira foi ligeiramente inferior ao das divisões americanas na mesma frente; assim, posso concluir que os oficiais americanos eram ainda mais incompetentes do que os nossos. Avento ainda a possibilidade de serem os alemães, que enfrentaram a FEB, mais incompetentes do que os que enfrentaram as forças americanas.

O número de baixas aos hospitais de campanha, por doenças, por 1.000 homens, por mês, foi de 62,7 na FEB e de 93,0 na média das divisões americanas. Daí, pode extrair-se outra conclusão: o estado eugênico e sanitário de tropa americana era bem inferior ao da nossa.

O cineasta afirma que houve 3.000 vítimas de doenças mentais na FEB. Ponho em dúvida a veracidade do número. Os relatórios do Serviço de Saúde revelam que, no período de novembro de 1944 a abril de 1945, o número de casos neuro-psiquiátricos nas divisões americanas foi 2,3 vezes maior do que na brasileira (855, na média das americanas, para 373, na FEB). Jamais ocorreu no Brasil o que tem sido freqüente nos Estados Unidos: ex-combatentes, completamente alucinados, a promover verdadeiras chacinas em restaurantes ou noutros locais de grande movimentação.

Reporto-me, novamente, aos anos em que servi no 11º RI: o comandante de minha companhia e todos os graduados eram febianos; na unidade, dezenas o eram; na guarnição, centenas. Não conheci um só que revelasse perturbação mental.

Por falar em questões de saúde, alguns outros dados podem ter significação, para comparar o estado sanitário da FEB com o das cinco divisões americanas que viveram sob condições epidemiológicas semelhantes, entre novembro de 1944 e abril de 1945:

	FEB	Média das Div. Amer.
Diarreias/ ^z disenterias...	143	155
Febre tifoide...	4	5
Apar. respiratório..	853	581

• A FEB esteve sempre em setores tranqüilos da frente, porque os americanos não acreditavam em seu poder combativo.

Quem melhor poderá dizê-lo, senão alguém que tenha experimentado o combate em outros setores, que tenha participado da luta em outros teatros?

Por tanto, com a palavra o general americano Vernon Anthony Walters, oficial-de-ligação junto à FEB e que antes, tomara parte no desembarque no norte da África, lutara no Marrocos e na Tunísia e estivera presente em toda campanha da Itália, inclusive no sangrento desembarque de Anzio e na conquista de Roma:

“...os alemães iniciaram o fogo pelas nove horas da noite. As granadas caíam em torno de nosso posto de comando e continuaram durante horas. Dormi muito pouco naquela noite. Foi uma dura provação que tantas vezes deveria repetir-se” “...Confesso que gostava muito daquelas viagens, porque elas me davam oportunidade de fugir dos bombardeios noturnos em Porretta...” “...Fiquei feliz com a oportunidade de ir a Florença e passar uma noite calma, a salvo dos bombardeios”. “...Nesse período, era tão intenso o bombardeio das estradas da área da Divisão, que fomos obrigados

a utilizar geradores de fumaça nos principais entroncamentos, tentando evitar que os alemães observassem o tráfego”... “A incômoda posição do quartel-general da divisão brasileira foi responsável por um dos mais embaraçosos momentos de minha carreira de intérprete. O general Crittenberg, comandante do corpo de exército, veio visitar o General Mascarenhas, por ter ouvido dizer que o quartel-general da divisão se encontrava sob pesado fogo de artilharia, dificultando muito seu funcionamento. A intenção do general Crittenberg era deixar claro a Mascarenhas que não havia objeções quanto à transferência para outro local, fora do alcance de um bombardeio tão intenso. Como eu era a única pessoa, entre os presentes, que falava os dois idiomas, confesso que, talvez por ter dormido muito pouco durante toda a semana, a tradução das palavras do general Crittenberg para o português foi revestida de um entusiasmo, em favor do recuo para uma área mais abrigada, que não constava do original. Quando concluí minha tendenciosa tradução, o general Mascarenhas replicou pausadamente: “— general Crittenberg, o senhor é um oficial norte-americano e tem na Itália vários quartéis-generais sob seu comando. O senhor pode transferi-los para a frente, para os lados, para trás e ninguém notará. Este, porém, é o único quartel-general brasileiro na frente italiana; quando eu decidir movê-lo, será para a frente, nunca para a retaguarda!” Senti-me devidamente punido por esta resposta e muito envergonhado comigo mesmo, por ter

apresentado uma versão em português muito mais favorável à mudança do que o general Crittenberg expressara em inglês. Minha única desculpa era a pressão do ininterrupto bombardeio e a falta de repouso" ... "Uma noite, durante o bombardeio, eu estava lendo um jornal no vestibulo do hotel onde se localizava nosso quartel-general. Um grupo de uns seis jovens tenentes brasileiros tinha chegado do depósito de repletamentos, localizado na retaguarda, e sentou-se perto de mim. Os oficiais estavam visivelmente nervosos e um deles, vendo que eu era um norte-americano, julgou que não entendesse português e comentou: "— Olhem esse norte-americano de uma figa, sentado aí calmamente, enquanto nossa gente sofre um pesado fogo inimigo". Baixei o jornal e disse em português: "— Se você pensa que estou muito calmo lendo o jornal, está redondamente enganado. Estou tão preocupado com as granadas quanto você, realmente mais, pois me encontro aqui há muito mais tempo e receio já estar abusando da lei das probabilidades." Os oficiais brasileiros se divertiram muito com a resposta" ... "Anotei em meu diário que, a 23 de dezembro, após o jantar, fui para o quarto mais ou menos às 10:30. O bombardeio não cessou a noite inteira e eu estava realmente apavorado. Havia ocorrido muita coisa em minha vida, desde os desembarques em Safi, quando eu me recusava a admitir que sentia medo realmente. Os brasileiros celebraram discretamente o Natal... mas os alemães não tiveram a menor consideração pela data, o que não me pa-

receu nada amistoso da parte deles. Fomos bombardeados a semana inteira, desde o Natal ao Ano-Novo, sem folgar um só dia..." "Finalmente, a 14 de abril de 1945, começou a grande ofensiva da primavera do V Exército, com os brasileiros em linha para desempenharem seu papel, começando com o ataque à cidade de Montese, onde se desenrolou o mais duro de todos os combates que a divisão travou na Itália." ... "Naquele dia, dois terços de toda a artilharia alemã, que bombardeava a frente do IV Corpo, se concentraram sobre Montese e seus arredores." 22

Ao fim da guerra, Vernon Walters registrou, em duas páginas e meia de seu diário, todas as aventuras que vivera até aquela data, segundo suas próprias palavras, "pelo valor que possam ter, trinta e dois anos depois". Eis um trecho: "Um punhado de recordações me vêm à memória: o início da guerra, o desastre de Pearl Harbour, ... a Itália, Clark, a avançada de Gagliano para o norte, o odor dos cadáveres nas vilas italianas, o inferno de Anzio, a entrada triunfal em Roma, a perseguição, Pisa, Livorno, os franco-atiradores, os vôos sobre as linhas alemãs em teco-teco, a chegada dos brasileiros, os duros e longos invernos, os dias e as noites sob fogo em Porretta; Monte Castello, Castelnuovo, os terríveis bombardeios alemães em Montese, na noite em que a conquistamos..."

Aí está a opinião de quem viu de perto a guerra em várias partes da África e da Europa. Pelo que expressa, não parece ter sido tão tranqüilo o se-

tor da FEB. Vernon Walters escapou milagrosamente de morrer queimado, quando, durante um bombardeio da artilharia alemã, um camburão de gasolina explodiu, envolvendo-o em chamas. Escapou por enrolar-se imediatamente em um cobertor; levado para o hospital, teve de esperar sua vez, enquanto eram atendidos homens mais feridos. E, quando finalmente atendido, foi logo transportado para uma trincheira, porque o hospital passou a ser bombardeado... No dia seguinte foi removido para o hospital americano em Livorno, no litoral, onde permaneceu em tratamento até o fim da guerra.

Quem assistiu ao documentário “Rádio Auriverde” viu inúmeras passagens de tremendos bombardeios e violentíssimas concentrações de artilharia. Muito embora algumas cenas não pareçam colhidas na frente da FEB, o simples fato de terem sido incluídas no filme comprova incoerência e desmente a suposta tranqüilidade do setor brasileiro.

NOTAS

1. Elber de Mello Henriques — *A FEB doze anos depois*.
2. Alexandre Ribondi — *O Brasil na guerra, na versão polêmica de Back in Correio Braziliense* — 6 Jul 91.

3. Sylvio Back — Op. cit. e *Uma rádio bem desbocada chega ao front italiano* — In *Correio Braziliense* — 14 Jul 91.
4. *O Jornal do Brasil* os divulgou em 8, 9 e 10 de junho de 1971.
5. Trata-se do cargueiro *Itagiba*.
6. Este navio não era brasileiro. Trata-se do cargueiro sueco *Hawareu*.
7. A lista foi elaborada pela “Bibliothek für Zeitgeschichte”, de Stuttgart, Alemanha, tendo como base a de nº B.R. 1337, do Almirantado Britânico, *British and foreign merchant vessels lost or damaged by enemy action during Second World War*, e arquivos da marinha alemã.
8. Marcelo Ambrósio — *Jornalista que cobriu a FEB critica o filme* — *Jornal de Brasília* — 6 de julho de 1991.
9. Marcelo Ambrósio — idem, ib.
10. Marcelo Ambrósio — idem, ib.
11. Somatório dos meios disponíveis, do valor moral da tropa e da qualidade dos comandantes.
12. Que já não se edita.
13. Sylvio Back — *Uma rádio bem desbocada chega ao front italiano*.
14. A FEB integrou o IV Corpo de Exército Americano.
15. Mark Clark — *Risco Calculado — A história da guerra no Mediterrâneo*.
16. Manoel Thomaz Castello Branco — *O Brasil na II Grande Guerra*.
17. Floriano de Lima Brayner — *A verdade sobre a FEB*.
18. Elber de Mello Henriques — *A FEB doze anos depois*.
19. Mark Clark — op. cit.
20. Mark Clark — idem, ib.
21. Mark Clark — op. cit.
22. Vernon A. Walters — *Missões silenciosas*.



Gen Bda R/I JOSÉ MORETZSOHN, pertencente à Turma de 1950 da AMAN, serviu nos antigos 11º e 12º RI, na 2ª/6ª B C, no Comando do IV Exército (hoje CMNE), no Gabinete do Ministro do Exército, no Gabinete Militar da Presidência da República, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, no Estado-Maior do Exército. Foi auxiliar de Instrutor e Instrutor da AMAN, Instrutor da ECEME e comandou o Curso Básico da AMAN, o Batalhão da Guarda Presidencial e a 7ª Brigada de Infantaria Motorizada. Tem vários trabalhos publicados sobre o problema brasileiro de transporte e sobre geopolítica.



A AVIAÇÃO MILITAR E O LEVANTE DE SANTA MARIA

Coralio B.P. Cabeda

Assunto de interesse, sobretudo, dos pesquisadores de História.

Ao assumir o comando do Grupo de Esquadrilhas de Aviação (GEA), com sede em Santa Maria (RS), em fins de 1925, o major Constantino Martins encontrou uma unidade “que se destacava mais como uma tropa de infantaria bem aparelhada, do que como um corpo de especialistas”.¹

Tal fato, a seu ver injustificável, levou-o a ponderar ao comandante da 3ª Região Militar, general Eurico de Andrade Neves, da inconveniência da situação.

Aceitas as ponderações, foram recolhidas ao Material Bélico 400 armas e a munição correspondente. Para outras unidades, transferiram-se 100 praças, “escolhidas entre as que menos se recomendavam pela conduta”.²

Ignoramos se esses procedimentos

foram ditados por outras razões, mas eles teriam consequências nos futuros acontecimentos.

Quanto ao material, era bastante precária a situação do GEA, dotado de equipamento de fabricação francesa, já obsoleto, excedente da 1ª Guerra Mundial.

Como vimos em artigo anterior, *A Aviação Militar no Rio Grande do Sul em 1926*³, esse estado de coisas viria a público com a entrevista concedida pelo comandante da 1ª Esquadrilha de Bombardeio, capitão Raul Vieira de Mello, à imprensa de Porto Alegre.

Entrementes, em março de 1926, o Cmt do GEA era surpreendido pela denúncia ao Cmdo 3ª RM, do envolvimento de oficiais da unidade com movimento revolucionário em preparo. O denunciante fora um de seus sargen-

tos, que viajara sem licença a Porto Alegre com essa finalidade.

Na agitada quadra política vivida pelo país, tramava-se outra invasão do Rio Grande do Sul por militares e civis exilados, em coordenação com levantes a serem deflagrados em várias guarnições.

Nos planos revolucionários estava prevista a cooperação da aviação militar, isto é, do GEA, repartido entre Santa Maria e Alegrete.

Enquanto se procedia ao inquérito para verificação da denúncia, foi o major Constantino Martins chamado à Região. O general Andrade Neves recebera um telegrama do Ministro da Guerra, alertando-o sobre o comprometimento do GEA com a planejada sedição, de acordo com informações recebidas do Uruguai. Drásticas eram as ordens do Ministro: que a Região “mandasse destruir os aparelhos, ocupar o Campo por um destacamento de confiança e submeter a inquérito os oficiais, remetendo presos para o Rio os que estivessem comprometidos”.⁴

Interrogado pelo Cmt Região, respondeu-lhe o major Martins considerar infundada a denúncia, não só pelo resultado do inquérito realizado, como por achar-se o GEA desarmado, impossibilitado de atuar como tropa de infantaria. Quanto aos aparelhos, bastaria retirar-lhes algumas peças essenciais para inutilizá-los provisoriamente, sem prejuízo maior à nação.

Submetidas ao Ministro essas sugestões, foram elas aprovadas.

Como medida adicional, determinou o major Martins que os vôos de

instrução não ultrapassassem os 30km em torno dos campos de Santa Maria e Alegrete. Com isso, procurava-se “firmar mais a confiança que o Grupo devia inspirar”.⁵

Tal seria a razão determinante da limitação dos vôos de instrução, alvo da inconformidade do capitão Vieira de Mello na mencionada entrevista.

Na realidade, o Grupo pouco poderia fazer em termos operacionais.

Dos 30 aparelhos de sua dotação, apenas uns 4, pertencentes à 1ª Esquadilha de Bombardeio, sediada em Alegrete, estavam em condições de voar.

Na noite de 13 para 14 de novembro de 1926, eclodia nas guarnições de São Gabriel e Bagé uma tentativa de sublevação chefiada por sargentos.

Era o desencadear prematuro do movimento revolucionário, organizado na Argentina e no Uruguai, que obedecia ao comando do general Isidoro Dias Lopes.

Por determinação do Cmt 5ª Brigada de Infantaria e Guarnição de Santa Maria, coronel Enéias Pompílio Pires, era o GEA posto de sobreaviso.

O pedido de um reconhecimento aéreo não pôde ser atendido, pois o Grupo somente contava com os aparelhos de Alegrete, um dos quais estava em Porto Alegre com o capitão Vieira de Mello.

Decidiu-se, então, enviar àquela cidade o 2º tenente Idílio Aleixo, acompanhado de mecânicos, a fim de trazer um dos aparelhos.

No dia 15, pela manhã, embarcava no “trem da fronteira” o tenente Aleixo a dar cumprimento à sua mis-

são... Decididamente, era muito precária a situação da aviação militar àquela época.

Mas, as agruras do Grupo estavam apenas começando.

Na madrugada do dia 16, revoltavam-se o 5º Regimento de Artilharia Montado (5º RAM) e o 7º Regimento de Infantaria (7º RI), sob o comando dos 1ºs tenentes Alcides Gonçalves Etchegoyen, Nelson Gonçalves Etchegoyen, Heitor Lobato Valle e Iguatemy Graciliano Moreira. Era uma tentativa, quase desesperada, de manter aceso o facho revolucionário, comprometido pelo levante prematuro dos sargentos de São Gabriel e Bagé.

Depois de aprisionarem os comandantes da 5ª Bda Inf, coronel Enéias Pompílio Pires, e 7º RI, major Eliezer Abbott, os rebeldes procuraram ocupar os pontos estratégicos de Santa Maria, maior centro ferroviário do estado e, por isso mesmo, de vital importância para o sucesso do movimento.

Ao GEA, foi mandada uma intimação, assinada pelos tenentes Etchegoyen e Lobato Valle, exigindo que se definisse, sob pena de bombardeio do aquartelamento.

As instalações do Grupo, localizadas a uns 5km da área urbana, ficavam completamente enfiadas pela artilharia rebelde e, além disso, temia-se que suas praças aderissem ao movimento. Reunida a oficialidade, procedeu-se ao exame da situação; o Grupo estava praticamente desarmado, pois contava com apenas 18 fuzis *Mausers* modelo 95, 2 fuzis-metralhadoras de avião,

sem munição, e 20 bombas de 80kg, inúteis, já que não se dispunha de aviões para lançá-las...⁶

Sem condições de reagir, optou-se por uma retirada, procurando ligação com as forças legais e com o comando da Região.

A esta altura dos acontecimentos, os rebeldes enfrentavam a resistência de um temível adversário que lhes barrara o passo: o aguerrido e veterano 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (1º RC BM). Essa unidade, ainda que desfalcada de um de seus esquadrões, mandado em perseguição aos revoltosos de São Gabriel, enfrentaria com sucesso a sedição.

Procurando evitar as patrulhas revolucionárias, o que poderia ser desastroso e, mesmo, estimular deserções entre seus soldados, a tropa do GEA marchou desbordando a cidade, cortando campos e aramados. Para o sucesso da marcha, o major Martins obteve a ajuda de um vizinho, que se prontificou a servir-lhe de guia, o coronel Ramiro de Oliveira.

Figura singular a desse guia da retirada. Ramiro de Oliveira, proprietário de uma granja lindeira às instalações do Grupo, era um veterano da Revolução de 1893 e pessoa muito ligada ao situacionismo político rio-grandense. Naquela sangrenta guerra civil, coubera-lhe a missão de levar a Júlio de Castilhos, presidente do Estado, a cabeça do chefe revolucionário Gumercindo Saraiva, mandado decapitar, depois de morto, pelo general Firmino de Paula.⁷

Depois de marchar 5 léguas, foi o

Grupo pernóitar nas proximidades do Passo do Pau-a-Pique. Reencetada a marcha na manhã seguinte, alcançou-se a Estação Colônia (hoje Camobi) a meio da tarde. De lá, telegrafou-se ao Cmt 3ª RM, participando-lhe os acontecimentos e solicitando ordens.

O mesmo foi feito em relação ao Cmt Gu Santa Maria.

No dia 19, finalmente, retornava o Grupo ao seu aquartelamento.

Quanto ao tenente Idílio Aleixo, fora preso em Alegrete e recolhido ao quartel do 6º Regimento de Cavalaria Independente (6º RCI), conforme telegrama do Cmt 2ª DC, coronel Varella, ao Cmt 3ª RM. Com certeza, na confusão dos acontecimentos, sua missão parecera altamente suspeita...⁸

Um dissabor final ainda estaria reservado ao major Constantino Martins: o ofício remetido ao Cmt Gu Santa Maria por um de seus sargentos, acusando-o de ter, “diante da intimação dos rebeldes, dispersado todo o Grupo e se dirigido com os oficiais e algumas praças para a estação mais próxima, a fim de embarcar para Porto Alegre, ficando, conseqüentemente, no mais completo abandono muitas praças e o quartel”.⁹

Os revoltosos, não tendo conseguido dominar a cidade, graças à atuação do 1º RC BM, abandonaram-na ao amanhecer do dia 17, seguindo no rumo de Caçapava. Com sorte vária, a sedição duraria até ao final do ano, quando cruzaram a fronteira, internando-se no Uruguai.

No que respeita à aviação militar, não teve qualquer outra participação nos acontecimentos.

O levante de Santa Maria revelou a sua real situação. Praticamente desaparelhada, pouco poderia fazer em caso de guerra.

Sua briosa oficialidade, com toda a certeza, sofria com isso e a inconformidade está muito bem expressa na citada entrevista do capitão Vieira de Mello.

O desaparelhamento das forças armadas teve muito a ver com a insatisfação reinante nas casernas durante a década de 20 e foi uma das causas de tantas sublevações tenentistas.

Os oficiais do GEA continuaram a prestar bons serviços ao Exército e, mais tarde, à Força Aérea Brasileira, onde alguns alcançaram o generalato.

Como homenagem a esses precursores de nossa aviação militar, declinamos os seus nomes dos que então serviram em Santa Maria:

major Constantino Martins (Cmt), capitão Samuel Ribeiro Gomes Pereira (Cmt Cia Parque 3ª RM), capitão Gerônimo Duncan de Lima Rodrigues (observador), 1º tenente Sady Cahen Fischer (médico), 1ºs tenentes Salustiano Franklin da Silva, Antônio Fernandes Barbosa, Archimedes Cordeiro e 2º tenente Idílio Aleixo (pilotos), 2ºs tenentes comissionados João Luiz Sobrinho e Renato Bittencourt da Costa.

NOTAS

1. Relatório do major Constantino Martins, Cmt GEA, ao Gen Bda Francisco de Borja Pará da Silveira, encarregado do IPM, 28.11.1926.
2. Relatório do major Constantino Martins, cit.
3. Cabeda, Coralio B.P., *A Aviação Militar no*

Rio Grande do Sul em 1926, in A Defesa Nacional, nº 745, Set/Out-89, págs. 152 a 157.

4. Relatório do major Constantino Martins, cit.
5. Relatório do major Constantino Martins, cit.
6. Depoimento do capitão Gervásio Duncan de Lima Rodrigues, IPM, 1º vol., págs. 152 e 152 v.

7. Reverbel, Carlos. *Maragatos e Pica-Paus, Guerra Civil e Degola no Rio Grande*, L&PM Editores, 1985, Porto Alegre, págs. 70 a 74.
8. Telegrama do Cel Varella, Cmt 2ª DC, ao Cmt 3ª RM, Uruguaiana, 16.11.26.
9. Relatório do major Constantino Martins, cit.



CORALIO BRAGANÇA PARDO CABEDA — natural de São Gabriel (RS), economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1967); técnico do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); ex-bolsista da OTCA (Japão); sócio efetivo do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e do Círculo de Pesquisa Literária (CIPEL), de Porto Alegre, do qual foi Presidente em 1987/88. Prestou serviço militar no 3º BECmb (Cachoeira do Sul, RS). Medalha Marechal Hermes concedida através da Portaria 2.306, de 11.11.1962, do Ministro da Guerra.



A PROBLEMÁTICA DA INFLAÇÃO E O DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL DE PREÇOS RELATIVOS

José Aurélio Valporto de Sá

Neste ensaio, o autor atribui, ao que ele denomina "Desequilíbrio Estrutural de Preços Relativos" (DEPR), o grande suporte da inflação no País.

A matéria apresenta uma síntese histórica-analítica da luta contra a inflação, a partir da década de 60, e sugere medidas destinadas a liquidar com o DEPR.

INTRODUÇÃO

Os economistas possuem o laboratório prático mais caro do mundo para o estudo dos agregados macroeconômicos em que qualquer erro pode causar enormes danos à sociedade. Não obstante, o Brasil se tornou o maior desses laboratórios no final do milênio.

A sequência de "choques" e "pacotes", os quais vivenciamos *in loco*, propiciou um fértil material para pes-

quisas, que tornou os economistas brasileiros privilegiados, pelo menos sob esse aspecto. Utilizando esse material, podemos concluir que a economia brasileira passou a ter a inflação alojada em sua estrutura e a dependência da expansão monetária para continuar funcionando. Nesse caso, as medidas contractionistas poderão nos levar a uma recessão que certamente passará para os anais da história.

À causa geradora da inflação no país chamamos de "desequilíbrio es-

A PROBLEMÁTICA DA INFLAÇÃO E O DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL DE PREÇOS RELATIVOS

trutural de preços relativos", que será explicado após breve histórico comentado pelo autor.

ANTECEDENTES

Há muito vimos convivendo com a problemática da inflação.

Na década sessenta, o governo militar a combateu com um controle de preços e salários que surtiu efeito positivo. No entanto, o primeiro choque de oferta do petróleo fa-la-ia ressuscitar, situação agravada com o segundo choque, que elevou o incremento nos índices a 100%, em 79-80. O aumento no volume das importações, conjugado com a escassez de créditos externos, levou o País a ter dificuldades para fechar o balanço de pagamentos. Diante desse quadro, o governo implementou medidas fiscais austeras, com cortes em todos os investimentos públicos e reduzindo o prazo para recolhimento da pessoa jurídica. Essas medidas foram adotadas em 1980 junto a uma política monetária restritiva, com uma atuação bastante agressiva da autoridade monetária no mercado aberto.

Com tudo isso, era natural que a recessão viesse mas, a despeito do colapso nos investimentos e no nível de emprego, a inflação reduziu-se de apenas 110%, em 1980, para 100%, no ano seguinte.

É interessante notar que, apesar da dramática redução do nível de atividade do setor secundário, essa pequena melhoria se deveu aos preços agrícolas. Em 1982, a atividade industrial conti-

nuou despencando mas a inflação não. Ao contrário, apresentou uma pequena alta e, desta feita, o campo não colabou.

Neste mesmo ano, estourou a crise da dívida externa. Foi feito um acordo com o FMI para o reescalonamento da dívida e um programa de ajuste, nada mais clássico. Buscava ele uma redução na demanda interna que iria restabelecer o equilíbrio interno e externo.

O fundo quis eliminar o déficit nominal do governo num prazo de dois anos, mas as metas tiveram que ser revisadas, após a maxidesvalorização cambial de 30%, em fevereiro de 1983. Entretanto, ainda assim elas se mostraram impossíveis de serem atingidas, com uma inflação de 210% neste mesmo ano.

É fácil de se entender a impossibilidade, porque o déficit, no conceito nominal, embute toda a correção monetária sobre o valor da dívida pública indexada. Assim, fica claro que, se em um determinado exercício fiscal a inflação for de, por exemplo, 300%, a erradicação do déficit nominal exigiria um superávit fiscal operacional que sustentasse a redução da dívida para 25% do seu valor real no início do exercício, dívida que fora acumulada ao longo da história.

Apesar de todo o ajuste e da virulência das medidas adotadas, a economia brasileira já começava a se mostrar insensível às políticas de restrição da demanda. Não que o nível de absorção interna não tenha caído. Ele caiu, substancialmente, e revertermos, de forma espetacular, o quadro

da nossa balança comercial. Mas os preços não se mostraram suscetíveis.

É claro que a persistência da inflação contava com a ajuda da indexação, dita inflação inercial.

Mas, conquanto a correção monetária tenha este aspecto negativo, com sua tendência a perpetuar as espetativas inflacionárias, ela é essencial para a manutenção dos preços relativos razoavelmente alinhados, sob um regime de inflação rigorosa, e funcional como técnica de gestão de conflitos distributivos, induzidos por qualquer tipo de choque inflacionário.

Vale lembrar, entretanto, que nos casos de choques adversos de oferta, os preços relativos devem assumir uma nova configuração, que se refletirá no índice de preços. Nesse caso, devemos observar que, quanto mais curtos os intervalos de indexação, menor será a mobilidade que os preços possuem entre si, pois mais rapidamente um preço reage às variações de outros. Portanto a sensibilidade inflacionária a esses choques é aumentada, uma vez que todos os agentes tenderão a manter o poder aquisitivo frente a um mercado menos ofertado. Daí um dos motivos de o governo ter arbitrado, muitas vezes, diferentes índices de reajuste, preempitoriamente em detrimento da massa salarial.

Em 1985, o País voltava a ter um presidente civil e, apesar da indefinição da política econômica nos primeiros meses de governo, a economia voltava a crescer. A situação externa também se encontrava tranqüila e o déficit fiscal operacional se apresentava praticamente nulo. Contudo a inflação

passaria dos 17% ao mês, em janeiro de 86, o que levaria ao plano Cruzado, em fevereiro do mesmo ano.

A SUCESSÃO DE INTERVENÇÕES

O plano "Cruzado", que utilizou o chamado "choque heterodoxo", trocou a moeda, e era baseado no congelamento de preços, câmbio, salário, bem como no fim da indexação. Os heterodoxos tinham a crença de que a causa do processo inflacionário era o caráter inercial que a indexação lhe conferia.

Parece-me correto que a indexação perpetue as expectativas inflacionárias. Entretanto, erroneamente, tomaram-na como única causa da inflação, quando não passava de um coadjuvante secundário. Essa crença advinha do fato de que, sem a influência de um choque de oferta e com o déficit operacional a níveis irrisórios, não enxergavam outra causa que não fosse a inércia provocada pela indexação. E se os períodos de indexação eram curtos o suficiente para tornar a economia bem sensível aos choques adversos de oferta, eram longos o bastante para comandar uma "memória inflacionária".

Assim, as medidas adotadas acabariam com essa "memória" e com o déficit nominal, pois, sem o incremento da correção, este se tornaria virtualmente igual ao operacional, que tendia à nulidade. Restaria, então, um período de administração e realinhamento dos preços pegos no "contrapé"

A PROBLEMÁTICA DA INFLAÇÃO E O DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL DE PREÇOS RELATIVOS

pelo congelamento, após o que proceder-se-ia a liberação dos preços, uma vez que não mais haveria inércia para que a inflação voltasse.

De fato, sob uma inflação rigorosa, os preços relativos se tornam muito voláteis e, ainda que regidos pela indexação, o equilíbrio é bastante débil. Uma fotografia da economia em um determinado instante mostraria preços relativos em desequilíbrio. Os heterodoxos sabiam disso.

No entanto, a administração dos preços se mostrou muito mais complicada do que o previsto, desde os primeiros instantes do plano. O número de preços fora do lugar e as distorções pareciam muito maiores do que o esperado. Na completa impossibilidade de se verificar os custos de cada produtor, o governo centrou suas atenções nos terminais do varejo, que eram vigiados com a ajuda do exército de fiscais em que população se transformou. A idéia era forçar uma acomodação de cima para baixo na cadeia produtiva.

Simultaneamente, foram autorizados alguns aumentos de preços em segmentos em que o governo comprovou desajustes. O problema era imaginar o quanto e quantos outros agentes teriam seus custos afetados por essas autorizações. Portanto, ao ajustar um preço, vários outros poderiam desajustar-se numa cadeia imprevisível.

Não é difícil imaginar a confusão que tomou conta do sistema de preços relativos.

Não demorou para que o déficit público se mostrasse ascendente, o que, associado a uma política monetária

frouxa e a um aumento da massa salarial, provocou uma pressão de demanda. O desabastecimento veio, em parte, por causa do excesso de demanda, mas principalmente pela sonegação dos produtores, que não vinham obtendo rentabilidade.

Com o aumento da absorção interna e um câmbio já se mostrando defasado, o nível das exportações caiu drasticamente. Ao mesmo tempo as importações aumentaram e foram facilitadas, a fim de suprir o mercado interno e dissuadir os sonegadores, que não se mostraram sensíveis ao expediente. Assim, as reservas cambiais foram dilapidadas, o que levou o governo a anunciar a moratória unilateral da dívida externa, um ano após a efetivação do plano.

Em maio de 87, a inflação ultrapassou os 23% e, em junho era decretado novo congelamento. Seria o plano "Bresser".

O novo ministro procurou dotar o seu plano daquilo que os analistas econômicos acharam que faltara no anterior e que, em linhas gerais, era: uma política monetária mais restritiva, redução da massa salarial e o equilíbrio fiscal. Ele empreendeu, com sucesso, o primeiro e o segundo itens, mas fracassou no último. No final do ano, a inflação atingia o patamar de 366% e a maioria dos analistas jogava, agora, toda a culpa no déficit orçamentário.

No ano de 1988, a elevação nos índices bateu 934%, a maior da história do País até então. No início do ano seguinte, o Ministério da Fazenda, agora sob os auspícios de Maílson da Nóbrega, lançou o plano "Verão". Foi

mais um congelamento com nova troca de moeda. A política monetária foi bastante agressiva, mas o déficit público persistiu. No mesmo ano, novo recorde histórico foi alcançado: a inflação foi de 1.765%.

O período que antecedeu o plano "Collor" nos mostrou uma situação monetária *sui generis*. A moeda se encontrava com as suas três funções básicas (meio de troca, reserva de valor e meio de conta) divididas. O meio de conta era o indexador oficial diário, o BTNf. A função de reserva de valor era desempenhada pelas aplicações por um dia no mercado aberto. Ao Cruzado Novo restava a função de meio de troca. Essa divisão, aliada à falta de um ativo substituto em disponibilidade, evitou o fenômeno da hiperinflação, que ocorre quando os agentes rejeitam a moeda. Contudo, às vésperas da sucessão presidencial, pudemos notar certo descrédito em relação ao BTN e à reserva de valor proporcionada pelo *over*. Isso provocou sensível aumento na velocidade de circulação da moeda, indicando que a situação começava a ganhar contornos de hiperinflação.

A capacidade do governo de exercer a política monetária estava bastante debilitada. O compulsório médio bancário andava por volta de 70%, mas isto não tinha maior importância, uma vez que o volume dos depósitos à vista era irrisório (as contas remuneradas eram *over*), o que tornava o multiplicador bancário sem muita relevância. Na verdade, o agregado monetário corrente no país era a composição deste pequeno volume de depósitos à vista,

mais a moeda manual em poder do público e a soma dos títulos públicos e privados que estivessem lastreando todas as aplicações, menos as do setor bancário da economia, com ampla preponderância dos públicos. Como o volume de moeda manual em poder do público também era reduzido, podemos dizer que a quase totalidade do volume de transações na economia eram efetuados, em última análise, mediante a transferência de títulos do comprador para o vendedor. Portanto, era garantida a expansão desse agregado monetário, pelo menos no mesmo nível dos juros praticados. Mas os juros não podiam ser reduzidos, sob pena de perda de credibilidade da reserva de valor e as suas desastrosas consequências.

Diante dessa situação e com a inflação na casa dos 80% ao mês, foi anunciado, no dia da posse, o plano "Collor".

Desta feita, o choque aplicado foi muito mais ortodoxo que heterodoxo. Promoveu-se novo congelamento associado a violenta contração dos meios de pagamento, através da venda compulsória de um título nominativo, não endossável e de longo prazo. Mostrando falta de habilidade mercadológica, o governo deu a estes títulos o pouco sugestivo nome de "Cruzados Bloqueados". Os recursos que escaparam receberam, novamente, a denominação de Cruzeiro. Esta medida reduziu o volume dos meios de pagamento para cerca 40% do anterior. Foram, também, anunciadas medidas visando ao ajuste fiscal, muitas das

quais de efeitos colaterais questionáveis, que não vamos discutir aqui.

Percebendo a iminência de um desastre, provocado pela contração, o governo autorizou uma série de desbloqueios de recursos, a fim de aumentar a liquidez da economia.

Apesar de as conversões de cruzados em cruzeiros ter saído um pouco de controle, durante o ano de 1990, em nenhum momento houve pressão de demanda.

Contudo a inflação não tardou a ressurgir. Desta vez, a culpa foi posta na quebra da safra agrícola e na crise do Golfo Pérsico, que elevou o preço do petróleo. Esta era a explicação dada pelo governo, já que sucessivos superávits fiscais eram anunciados e a política monetária, agora recuperada, praticava juros inibidores.

De fato, a economia brasileira, mais uma vez, mostrou-se extremamente sensível a choques adversos de oferta, mas estes não foram tão grandes assim, pelo contrário, bastante brandos para serem chamados de choque. Entretanto, a reação inflacionária foi mais do que proporcional, e a ministra Zélia passou a prever, constantemente, uma queda da inflação.

Mas o que ocorria era o contrário.

No início de 91, com o preço do petróleo em baixa, superávit fiscal, juros reais positivos, compressão da massa salarial, demanda em queda e preços em alta, era anunciado o plano "Collor II". Foi mais um congelamento, desta feita acompanhado por mudanças nas regras do *over* e da proibição do uso da indexação, com o fim dos indexadores oficiais.

Aproveitando o momentâneo repressamento dos preços, o Ministério da Economia foi passado para o embaixador Marcílio Marques Moreira.

Logo a inflação recrudesceu e o déficit fiscal voltou, sendo reeleito como culpado pela ascendência inflacionária.

Infelizmente, parece haver uma crença, quase axiomática, de que o déficit público é o culpado pela inflação. Segundo esta linha de raciocínio, o aumento dos preços nada mais é do que o reflexo da expansão do agregado monetário provocado pelo déficit. Quando o déficit estava "zerado" e o aumento dos preços persistia, os defensores dessa teoria argumentavam que existe um intervalo temporal entre a eliminação do déficit e o fim da inflação. Desta forma, medidas contracionistas teriam que ser mantidas durante um período recessivo, até que a inflação começasse a ceder, conjuntamente a uma retomada do crescimento da economia.

O problema é que não fazem uma previsão técnica do tamanho do intervalo temporal, e não o fazem porque não há recursos para isto. Na verdade é apenas um ato de fé, baseado em observações empíricas de ajustes anteriores, mas parecem não notar que as circunstâncias atuais da economia brasileira em muito divergem das situações em que tal tipo de política foi bem sucedida. Outros preferem ainda afirmar que a inflação persiste porque na realidade nunca houve um programa de ajuste, a despeito de todas as evidências e pondo em dúvida os números divulgados.

VISÃO ANALÍTICA

A exposição que faremos daqui para diante não possui a pretensão de sepultar os preceitos monetaristas, mas sim demonstrar que sua aplicabilidade não é universal, no que tange ao combate a inflações, sendo, portanto, passível de restrições.

Procuraremos demonstrar que é possível que uma economia gere, em si mesma, uma espiral inflacionária de custos, que se forma quando os custos monetários de produção se tornam superiores à capacidade de o aparelho produtivo gerar resultados. A manutenção dessa espiral independe da expansão monetária, mas a moeda, mais ativa do que jamais imaginaram os clássicos, exerce enorme influência sobre o nível do produto real.

Como pudemos observar, há muito a economia brasileira se mostra insensível às políticas de restrição da demanda como forma de combate à inflação. As técnicas de combate baseadas no corte do componente inercial, mesmo quando aliadas a medidas contracionistas, não foram suficientes tampouco.

O ex-ministro Bresser foi um dos primeiros a advertir que o déficit público pouco tinha a ver com as raízes do processo inflacionário brasileiro. Ele culpava o conflito distributivo pela manutenção da espiral inflacionária.

O excesso de demanda durante o plano "Cruzado", mesmo que não houvesse sonegação de produtos, poderia justificar o desabastecimento. Mas, ainda assim, seria possível encontrar um posicionamento estável para

os preços relativos. A dificuldade em encontrar essa configuração, com certeza, ajudou o ex-ministro em suas convicções. Ele acreditava que existiam segmentos que estavam "abocanhando" uma fatia maior da renda nacional, em detrimento dos que não conseguiram burlar, de maneira eficaz, o congelamento e, por isto, estavam com os seus custos pressionados.

Para exemplificar o raciocínio da situação descrita, imaginemos uma economia que, em dado instante, tenha uma demanda agregada no valor de 60 u.m. Neste mesmo instante, a oferta dessa economia é composta pelos seguintes produtos: "C", n por 10 u.m.; "B", n por 15 u.m. e "A", n por 25 u.m. Esses preços e produtos se interrelacionam de todas as formas possíveis. Sendo a oferta agregada no valor de 50 u.m. e a demanda de 60 u.m., será ensejado um desabastecimento. Contudo é possível que esses preços relativos estejam perfeitamente alinhados e gerando lucros para os respectivos produtores.

Imaginemos, agora, que o produtor de "C" desrespeite o congelamento e aumente o preço de seus produtos ofertados para 20 u.m. Isso provocaria um desequilíbrio no sistema de preços relativos. Mantendo-se constantes todas as demais variáveis, "C" auferiria lucros adicionais no mesmo montante da soma da redução dos resultados dos demais produtores, que eram os únicos compradores de "C" e, provavelmente, passariam a ter prejuízos.

Todavia, não conseguimos localizar, na época, esses segmentos que deveriam estar, em dado momento, au-

ferindo ganhos tão elevados, que seriam suficientes para cobrir os custos totais e remunerar o capital produtivo do agregado.

É bem verdade que a massa salarial obteve algum ganho real durante o plano "Cruzado", mas os salários no Brasil sempre foram um dos menores custos empresariais e, com certeza, esse ganho não implicou em significativa transferência de renda. O que observamos de fato, com o plano já agonizando, foi uma completa desorganização do sistema de preços relativos, sem que houvesse segmentos, ou setores, plenamente satisfeitos.

Na realidade, embora à primeira vista a situação se assemelhasse a um conflito distributivo, uma vez que a soma das remunerações pretendidas tendesse a ser maior do que a oferta disponível, ela se diferenciava fundamentalmente, porque, no conflito distributivo, é possível encontrar um nível de remuneração que, embora menor do que o pretendido pelos agentes, seja capaz de cobrir todos os custos e remunerar o capital produtivo. Isso possibilitaria a existência de um ponto de equilíbrio estável para os preços relativos.

Voltando ao exemplo simplificado anterior. Podemos perceber que o produtor de "C", ao aumentar seus preços para auferir maiores lucros, instaurou um conflito distributivo, que levaria os demais produtores, pressionados por seus custos, a elevarem seus preços de forma a viabilizar economicamente suas atividades. Mas, como as perdas dos demais produtores são devidas à remuneração excessiva pretendida por "C", se somarmos os

custos dos três produtores e o dividirmos pela soma das receitas brutas, encontraremos um número menor do que a unidade, indicando que, se houver uma distribuição mais equânime das remunerações, encontraremos uma configuração para os preços relativos que permita que todos os produtores estejam ganhando. Essa configuração é potencialmente estável, sendo necessário, apenas, que os agentes se contentem com a parcela da renda do agregado que estão obtendo.

Entretanto, errou o ex-ministro, porque o que havia era uma pressão generalizada de custos, demonstrando a virtual impossibilidade de haver uma configuração relativa estável entre os preços.

Apelemos novamente para o nosso exemplo e, desta feita, suponhamos que o produtor de "C" foi forçado a elevar seus preços devido a um aumento de seus custos, que ocorreram por motivos exógenos ao pequeno modelo. Assim, ao aumentar seus preços, o produtor de "C" não teve seus lucros incrementados no mesmo montante das perdas dos demais agentes, mas estes se viriam obrigados a reajustar seus preços, o que levaria "C" a novo reajuste, pois os demais aumentos pressionaram seus custos.

Esta segunda espiral inflacionária tem em comum, com a primeira, o fato de que, em ambas, as somas das receitas totais pretendidas tende a ser maior do que a oferta disponível. Mas, nesta segunda, à soma dos custos totais, devemos incluir uma remuneração mínima para o capital que é maior do que a oferta disponível, deixando claro

que não há uma configuração para os preços onde todos estejam ganhando e, portanto, não existe a possibilidade de se encontrar uma posição relativa estável entre os preços.

O DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL DE PREÇOS RELATIVOS

O desequilíbrio do sistema de preços relativos costuma ser visto como uma das mais danosas consequências dos processos inflacionários. Mas, geralmente é encarado como um problema conjuntural, que seria abrandado mediante a adoção de indexadores.

Desta forma, imaginemos uma economia indexada com os seus preços relativamente equilibrados, que em um primeiro instante são: 10, 20 e 30 u.m's. Se, em um segundo instante, esses preços estiverem a 20, 40 e 60 u.m's respectivamente, então, *ceteris paribus*, os preços continuarão perfeitamente equilibrados em termos relativos, não obstante sua elevação, em termos nominais. No meio de conta proporcionado pelo indexador, eles serão os mesmos em ambos os instantes, 1, 2, e 3 índices, respectivamente, por exemplo.

Sabemos, entretanto, que há situações em que o desequilíbrio do sistema de preços relativos não é uma mera consequência do processo inflacionário, mas sim a sua própria causa. Fixar-nos-emos numa situação em que não há possibilidade de existir um ponto de equilíbrio para os preços relativos, devido a problemas que estão

contidos na própria estrutura econômica do agregado em questão, conferindo, a esse desequilíbrio características estruturais. Esse fenômeno ocorre quando a soma total dos custos de produção do agregado, em termos monetários, se torna maior do que o valor do produto gerado, ou seja, a parcela da renda destinada aos produtores é insuficiente para cobrir o total dos custos, sendo gerada, então, uma espiral inflacionária de custos.

Conforme vimos no final do tópico anterior, quando o produtor de "C" foi obrigado a reajustar seus preços por pressões de custos exógenas ao modelo, imediatamente afetou os custos dos demais produtores, que se viriam obrigados a reajustar seus preços, afetando novamente os custos do primeiro, que seria levado a novo reajuste e assim por diante. A esse tipo de espiral inflacionária de custos, que uma economia pode gerar em si mesma, demos o nome de "Desequilíbrio Estrutural de Preços Relativos" — que, daqui para frente, chamaremos pela sigla DEPR — porque ela provém da impossibilidade de haver equilíbrio entre os preços relativos, devido à estrutura econômica do agregado.

No caso de uma inflação desse gênero, a adoção de indexadores não abranda o problema e tende a alavancar ainda mais os índices inflacionários, pois a inexistência de um equilíbrio estável para os preços relativos independe, obviamente, do meio de conta utilizado. Se o meio de conta for um indexador, os preços vão gerar uma inflação sobre o próprio indexador. Como os indexadores costumam

ser baseados na inflação passada, haverá uma elevação maior dos índices de inflação sobre a unidade monetária corrente. Se o indexador for uma moeda estrangeira, teremos uma inflação nesta moeda, o que trará, com certeza, problemas cambiais, se o país emissor da moeda em questão não estiver vivenciando uma inflação da mesma magnitude.

Para que uma economia venha a ter seus custos de produção elevados, a ponto de ser vitimada pelo DEPR, concorrem dois fatores básicos, a saber:

- expansão do governo, de maneira incompatível, com o nível de produtividade da economia, provocando um grande efeito de "expulsão" (*crowding-out*);

- perda de produtividade, que pode ser causada por fatores internos ou externos (choques adversos de oferta de produto importado e essencial, por exemplo).

No caso do Brasil, os dois fatores concorrem simultaneamente, mas nada impede que apenas um fator gere o problema.

Vejamos, agora, as causas mais relevantes e o processo de instalação do DEPR em nosso país, começando pela perda de produtividade. Dividamos isto em tópicos.

- Podemos dizer que as perdas de produtividade da economia tiveram início com os choques do petróleo, principalmente com o segundo. Embora o petróleo hoje esteja barato, suas seqüelas permanecem. É desnecessário fazer maiores comentários sobre a importância desses acontecimentos nos

custos de produção da economia brasileira.

- Desde o final da década setenta, o país vem abandonando os investimentos em setores essenciais da estrutura econômica, situação agravada, de maneira alarmante, durante a década seguinte, e persistindo até nossos dias. Para exemplificar como esse problema afetou os custos do agregado, basta lembrar o abandono da rede de transportes intermodais do país, que lamentavelmente é predominada pelo rodoviário. A condição atual da malha rodoviária reduziu drasticamente a vida útil da frota, elevando também os custos de manutenção, o consumo de combustível, o nível de perdas no percurso, o tempo gasto no transporte e os seguros, mediante o aumento dos riscos.

Essa situação é vivida por quase todos os setores que dependem do investimento público.

- Pelo lado do investimento privado, assistimos à grande deterioração do capital fixo das empresas. Concomitantemente, tivemos alguns setores que se instalaram e cresceram, apesar de possuírem custos extremamente elevados, que eram repassados para o resto da economia. Um desses setores é o de informática, que cresceu sob a proteção governamental e tornou sobremaneira onerosa a informatização do país.

- Acontecimento de extrema relevância para a elevação dos custos da economia brasileira foi o fato de passarmos de importadores a exportadores de capital. Para se ter uma idéia, em 1982, ano em que estourou a crise

da dívida externa, ainda importamos cerca de US\$ 4 bilhões, já em 1984 estávamos enviando cerca de US\$ 12 bilhões para o exterior. Os números falam por si sós.

Vejam agora o aumento dos custos do governo que provocou o efeito de "expulsão". A recessão vivida pelo País na primeira metade da década passada levou o setor público, num papel paternalista, a abrigar grande número de desempregados. Isto, somado ao aumento de diversos outros custos, representou enorme ônus para o orçamento governamental, condenando, também, sua capacidade de investir. Desta forma, com suas despesas sempre ascendentes, o governo realizou diversos ajustes fiscais, invariavelmente pelo lado da receita, promovendo o *crowding-out*.

Vale lembrar que o tamanho relativo do governo em uma economia deve variar de acordo com a produtividade da mesma. Destarte, a expansão da carga tributária e dos gastos do governo, não só pode, como na maioria das vezes deve, aumentar numa taxa superior ao do crescimento da economia, quando esta ganha em produtividade. Assim, devido aos elevados ganhos de produtividade e à abundância de capital nos Estados Unidos nas décadas de 60 e 70, as corridas armamentista e espacial eram benéficas à economia americana, mas extremamente danosas à soviética, que não possuía escala para tal.

Tem o mesmo efeito que a expansão dos gastos do governo e aumento da arrecadação, a criação de novas necessidades e obrigatoriedades

como, por exemplo, a obrigação de que as indústrias instalem filtros anti-poluentes e tratem seus dejetos. Da mesma forma, essas medidas podem ser benéficas para o comportamento de economias desenvolvidas, mas, do ponto de vista estritamente econômico, contraproducentes em economias atrasadas que não possuam escala para esse empreendimento.

Procurando tornar mais claro o raciocínio empregado, imaginemos uma economia totalmente automatizada, num futuro não muito longínquo, em que as máquinas produzam todos os bens e muitos serviços sem a necessidade de operadores. Nesse caso, caberia ao governo expandir sua carga tributária — a níveis que seriam proibitivos a qualquer país hoje em dia —, fazer enormes dispêndios com pesquisas e promover investimentos que mantivessem a população empregada e a demanda inflada.

Os objetivos desta análise não é discutir a priorização dos gastos feitos pelo governo, mas demonstrar que o tamanho da carga tributária deve variar de país para país, de acordo com suas possibilidades. Uma carga tributária de, por exemplo, 35% do PIB, pode ser adequada para um país, já uma de 25% pode ser demasiado elevada para outro.

A fim de ilustrarmos o que foi dito até aqui neste tópico, saíamos de nossa economia futurista e façamos um esforço de simplificação.

Imaginemos uma ilha em que vivam duas pessoas, uma chamada governo e outra chamada empresa. A atividade econômica da ilha é baseada

na pesca. Quem faz essa atividade é a empresa, que dispende um dia inteiro para pescar 5 peixes. O consumo mínimo diário para a sobrevivência é de dois peixes por pessoa. A empresa, perdulária, consome três peixes por dia, apesar de o custo para manter o corpo funcionando ser de dois. Os outros dois peixes o governo lhe cobra a título de tributos pelo serviço de administração da ilha. Acontece que, por motivos de saúde a empresa teve o seu consumo mínimo diário elevado para três peixes por dia (perda de produtividade). Simultaneamente, o governo passou a cobrar tributos de três peixes/dia, o que elevou os custos de produção do agregado para 6 peixes/dia, enquanto a capacidade de produzir foi mantida em 5 unidades/dia. Sem uma economia monetária, e a empresa cumprindo com suas obrigações fiscais, esta estaria condenada à morte, pois só lhe sobrariam dois peixes, quando sua necessidade alimentar é de três. No entanto, se houvesse na ilha uma economia monetária, a empresa aumentaria indefinidamente seus preços a fim de garantir sua sobrevivência.

Apesar dos exageros de simplificação, este exemplo é didático para mostrar como um efeito de *crowding-out*, conjugado com uma perda de produtividade, pode elevar os custos de produção para além de capacidade de gerar receitas.

Sendo este o caso da economia brasileira, o leitor pode ver como se forma o DEPR. Mas, observando o caso da ilha, que se transformou numa economia com tendências autofágicas, consumindo durante o processo produtivo

mais do que este gera, deve estar se perguntando como a economia do Brasil cresceu na última década, ainda que a taxas modestas, ao invés de entrar em um profundo processo recessivo. Acontece que, além de estarmos longe do nível de simples subsistência da ilha, vivemos em uma complexa economia monetária.

A IMPORTÂNCIA DA MOEDA

Numa economia vitimada pelo DEPR, o tamanho da carga tributária, cobrada em unidades monetárias correntes, é demasiadamente elevado, independentemente das causas que deram origem ao problema.

Acontece que as empresas, pressionadas, repassam todos os custos para os preços e tentam embutir uma margem de lucro. Assim, o setor em conjunto, agindo num instinto de autopreservação, tenta manter para si a parcela da renda nacional que é necessária para a sua sobrevivência.

Mas, para que esta sobrevivência seja possível, é necessário que haja uma constante expansão do agregado monetário, de forma a sustentar a demanda ao nível dos, sempre crescentes, preços praticados. Por conseguinte, havendo essa expansão, é possível que as empresas venham a ter resultados positivos, gerem suas próprias poupanças e realizem inversões. Além disso, os funcionários do governo, bem como os trabalhadores das empresas, poupam, e as poupanças que se transformam em investimento planejado podem ser suficientes para proporcionar

A PROBLEMÁTICA DA INFLAÇÃO E O DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL DE PREÇOS RELATIVOS

um investimento líquido que leve essa economia ao crescimento, ainda que o governo esteja com a sua capacidade de investir²condenada.

Por outro lado, medidas contracionistas em uma economia portadora do DEPR, quando não acompanhadas de uma redução do tamanho do governo, apenas reduzirão a demanda, sem em nada ajudarem a combater a espiral inflacionária de custos que mantém a elevação dos preços. Essas medidas apenas ensejariam outro tipo de desequilíbrio, o *keynesiano*, que resulta em um investimento indesejado: o acúmulo de estoques (que a princípio podem ser liquidados) e a conseqüente instalação do processo recessivo.

Nesse ponto, temos que lembrar que, durante a contração, a carga tributária continua sendo cobrada monetariamente com base nos preços correntes, que estão em contínua ascensão, sem que haja demanda que sustente o nível de atividade. A política monetária, que acompanha as medidas contracionistas praticas, então, juros que impedem qualquer elo *wickselliano* entre os setores monetário e real. Esses juros elevam, de forma substancial, o custo financeiro das empresas já pressionadas, ao passo em que represam substancial parcela do agregado monetário no sistema financeiro.

A recessão instalada nada tem de corretiva, pois os custos do aparelho produtivo não foram reduzidos e, pelo contrário, tendem a aumentar, uma vez que, com a redução da atividade econômica, o peso relativo do governo aumenta, se este não reduzir o seu tamanho absoluto, o que levaria à ne-

cessidade de nova ampliação da carga tributária.

Temos que dizer que os custos fixos da atividade empresarial passam a ser divididos por um menor número de bens ou serviços, perdendo ainda mais em economia de escala.

Como vimos, a expansão monetária é uma necessidade das economias que sofram do tipo de inflação aqui analisado. Somente assim, elas poderão manter o seu nível de atividade. A insistência em medidas contracionistas apenas poderão conduzir essas economias a uma recessão de proporções imprevisíveis.

CONCLUSÕES

Conforme procuramos demonstrar, embora a espiral inflacionária brasileira se assemelhe a um conflito distributivo, dele se difere pelo fato de os custos de produção terem aumentado ao ponto de a renda destinada aos produtores ter se tornado menor do que os seus custos, fazendo a estrutura econômica incapaz de oferecer uma configuração relativa estável entre os preços. Isso, muito mais do que os intervalos de indexação, tornou nossa economia extremamente sensível a qualquer pequeno choque adverso de oferta, pois numa economia que já possui, em si mesma, uma espiral inflacionária de custos, qualquer adição aos custos já existentes deflagra rápida escalada dos preços.

Em uma economia que seja vítima do DEPR, o tamanho relativo do governo e da carga tributária são excessivos. Se, na mesma economia as

dimensões da carga tributária estiverem corretamente ajustadas, mas o governo continuando superdimensionado, essa economia não estaria, então, sofrendo do DEPR. Contudo, deveria vivenciar uma clássica inflação de demanda, provocada pelo déficit público financiado por expansão monetária. O receituário clássico ensina que, nesses casos, deveria ser aplicado um ajuste fiscal mediante o aumento da receita ou a redução da despesa, o que for mais "cômodo". Sabemos, entretanto, que somente através da redução da despesa o problema poderia ser resolvido, de outra forma, teríamos a substituição da inflação de demanda pelo DEPR.

No caso do Brasil, as confusões são frequentemente alimentadas, e a visualização do DEPR dificultada, porque temos convivido com um crônico déficit público, eliminado apenas durante curtos períodos da nossa história recente. Nesses períodos, os analistas procuram encontrar as mais diversas explicações para as elevações dos preços, sem nunca terem, todavia, atentado para a existência do DEPR.

Vimos que a indexação não resolve o problema dos preços relativos e tende a alavancar ainda mais os índices inflacionários. Sobre isso, vale dizer que, sem um indexador oficial e sob uma inflação rigorosa, os agentes tendem a adotar os mais diversos indexadores extra-oficiais, o que pode levar a uma desorganização ainda maior dos preços, transformando a espiral inflacionária numa "corrida" sem parâmetros, que poderia vir a suscitar o fenômeno da hiperinflação. Dessa forma, a

adoção de um indexador oficial pode ser necessária, como paliativo, visando a dar alguma disciplina ao aumento dos preços, enquanto medidas mais concretas são tomadas.

Como sabemos que o cerne do processo inflacionário não é o déficit público, e que o aumento da receita governamental, visando ao equilíbrio fiscal, não resolve o problema, qualquer plano sério de estabilização que se faça no Brasil passa pela espinhosa tarefa política de reduzir o tamanho do governo na economia e, conseqüentemente, a carga tributária. Conjuntamente à redução dos tributos, a ainda mais difícil tarefa de recuperar a capacidade de investimentos do governo deveria ser implementada, a fim de se retomar as inversões na infra-estrutura do país, de forma a gerar ganhos de produtividade para a economia. Um acordo, favorável, no campo externo, que dê credibilidade e venha a incentivar o ingresso de capitais estrangeiros, também é essencial.

Em economia existe um fenômeno curioso. Muitas vezes, um fato econômico ocorre, simplesmente porque os agentes acreditam que irá acontecer. Esse fenômeno pode suscitar a existência de um paradoxo em economias vitimadas pelo DEPR. Um ajuste feito de forma errônea que, a princípio, poderia agravar o problema, pode, entretanto, despertar a credibilidade dos investidores internacionais. Assim, uma entrada em massa de capitais externos poderia vir a fazer com que o DEPR cessasse. Seria o típico caso do caçador que atirou no que viu e acertou no que não viu.

A PROBLEMÁTICA DA INFLAÇÃO E O DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL DE PREÇOS RELATIVOS

Não devemos, porém, alimentar esperanças de que tal fenômeno ocorra no Brasil, porque o influxo de capitais externos, nos volumes necessários para uma economia do nosso porte, maior devedor do terceiro mundo e com uma estabilidade política duvidosa, é altamente improvável, para não dizer impossível.

Resta-nos a certeza de que um árduo trabalho deve ser feito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Inflação Zero — Brasil, Argentina e Israel / Persio Arida, André Lara-Resende, Guillermo Rozenwurcel, Michael Bruno — Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- Choque Heterodoxo e Transição Política sem Ruptura: Uma Abordagem Transdisciplinar / Lourdes Sola, USP, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1988.
- The Theory of Economic Inflation / Gordon, RJ — American Economic Review, fevereiro, 1977.
- Inflation and Unemployment / Tobin, J. — American Economic Review, março, 1972.
- A Dinâmica da Inflação com Expectativas Adaptativas / Mário Henrique Simonsen — Revista Brasileira de Economia, setembro, 1981.
- Jornal do Brasil — edições de 5 de fevereiro de 1986 a 3 de março de 1991 — acervo de microfilmes da Biblioteca Nacional.

JOSÉ AURELIO VALPORTO DE SÁ JUNIOR. Economista, operador de pregão Sênior pela BVRJ. Foi operador de Open Market pela Padrão DTVM, gerente do departamento técnico do BFC Banco, e gerente de operações da Maxinvest Corretora de Mercadorias.



INFORMAÇÕES

MICRO-USINAS; MACRO-BENEFÍCIOS

Brasília — Um dos problemas de difícil solução enfrentados na construção dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) do Projeto Calha Norte (vide mapa) é o suprimento de energia elétrica, indispensável ao conforto e à segurança daquelas Organizações Militares e da comunidade, composta por militares, suas famílias e civis que residem nessas localidades.

A quase totalidade desses pelotões só tem acesso por via aérea e o transporte de combustível é difícil e arriscado se feito por aeronave.

Como solução, a Diretoria de Obras Militares, por meio da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar, projetou e está construindo micro-usinas hidrelétricas em quase todas aquelas localidades. Estas micro-usinas aproveitam cursos d'água das proximidades por meio de pequenas barragens.

Paralelamente a esta solução foram adquiridos e instalados, em todos os pelotões, grupos geradores a diesel como fonte alternativa para emer-



São cinco as mini-usinas em construção.

gência e, nos pelotões de São Joaquim e Querari, sistemas de geração de energia elétrica por meio de painéis de células foto-voltaicas com aproveitamento da energia solar, que visam atender cargas essenciais como estações-rádio, geladeiras para conservação de medicamentos e alimentos e iluminação externa de segurança.



O empreendimento não causará dano ao meio ambiente por funcionar praticamente sem reservatório de acumulação.

Transcrito do Noticiário do Exército nº 8.393 de 12.03.92

CENTENÁRIO DO MINISTRO DA GUERRA MARECHAL ODYLIO DENYS

17 fev 1992 assinalou o centenário de nascimento do marechal Odylío Denys, em Pádua, RJ. Ministro da Guerra de 1961 a 1962, teve assinalada carreira militar, voltada para a unidade e profissionalização do Exército, e uma existência marcante, traduzida no título de sua biografia, *Marechal Denys — uma vida inimitável* (Chermont de Brito, Rio, Liv. F. Alves, 1986).

O marechal deixou importantes depoimentos em *O ciclo revolucionário 1922-64* (Rio, N. Fronteira, 1980) e no *Projeto Memória*, do Clube Militar, cujo acervo se encontra no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do qual o marechal era sócio honorário, por seu gosto e apoio aos estudos de História Militar do Brasil.

Ele foi, a um só tempo, um dos maiores expoentes e entusiastas da profissionalização do Exército, a partir de 1916, ano da adoção do Serviço Militar Obrigatório, e da participação oportuna, eficiente, correta e incruenta nas crises político militares ocorridas no Brasil, de 1930 a 1964.

Odylío Denys representou uma das mais precoces, senão a maior vocação de soldado de sua geração. Foi grande estudioso de História Militar e de Napoleão. Deste, admirava o gênio estratégico e, dele, absorveu este ensinamento que muito bem adaptou e praticou em nossas crises políticas: "Na batalha há sempre um momento crítico. Percebê-lo, saber aproveitá-lo e colocar os meios disponíveis em relação vantajosa aos do adversário, eis o segredo da vitória."

Foi, também, grande admirador do Duque de Caxias, o Patrono do Exército, com o qual, entre outras, assinalamos as seguintes afinidades: eram ambos fluminenses, infantes, bom cavaleiros, ex-ministros da guerra e comandantes brilhantes da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Ao lado dos generais Eurico Gaspar Dutra e Aurélio de Góes Monteiro, protegeu o Exército da política de erradicação de que vinha sendo alvo, entre 1831 e 1930, de parte de certos segmentos da sociedade brasileira interessados em mantê-lo fraco, dividido e desmotivado, para melhor reinarem, no sentido de priorizarem seus interesses que não coincidiam com o nacional, conforme o demonstrou o insuspeito Edmundo C. de Campos na obra *Em busca de identidade — o Exér-*

cito e a política na Sociedade Brasileira (Rio, Forense, 1980).

O Marechal Denys legou uma obra que merece, no transcurso de seu centenário, ser analisada e refletida pelo Exército Brasileiro do presente, em busca de indicações para a construção de seu futuro.

Claudio Moreira Bento

O COMBATE DE VILA AMAPÁ, DE 15 DE MAIO DE 1895

Aproxima-se o centenário de um muito expressivo, mas pouco conhecido, episódio da História Militar do Brasil, o do combate da Vila Amapá, travado entre forças brasileiras, ao comando de intrépido e legendário general do Exército do Amapá, Francisco Xavier da Veiga Cabral (o Cabralzinho) e uma Companhia de Infantaria francesa ao comando do capitão Lunier, mandada pelo governador da Guiana para libertar um colaboracionista brasileiro de nome Trajano.

O evento é relatado com competência e com todas as minúcias e circunstâncias, apoiado em fontes brasileiras e francesas, pelo historiador Sílvio Meira, na obra *Fronteiras Setentrionais — 3 séculos de lutas no Amapá* (São Paulo, USP, 1989), em que presta grande contribuição à História Militar do Brasil.

O combate foi travado num contexto adverso ao Brasil, no qual a França insistia, contrariando o artigo 107 do Tratado de Viena de 1815, em considerar nosso extremo norte no Araguari, e não o Oiapoque, o que seria definido com o episódio em foco e a ação de Rio Branco em Berna (01.12.1900).

A tropa francesa aportou na Vila Amapá, a bordo da canhoneira Bengali. Desembarcou e tomou posições de combate. Lunier, à frente de 20 homens, dirigiu-se a casa de Cabralzinho que saiu ativo em seu encontro. Perguntado três vezes se era o governador do Amapá respondeu sim. Lunier, então, deu-lhe voz de prisão, a que ele respondeu, determinado: "Um brasileiro não se

rende a bandidos!" Ato contínuo, Lunier ordenou, à tropa, que fizesse fogo. Cabralzinho jogou-se no chão e os tiros passaram por sobre sua cabeça. Lunier sacou seu revólver e, com extrema rapidez e agilidade, Cabralzinho deu-lhe uma raspada e o desarmou. Nova rajada da tropa não o atingiu e, ele fulminou, à bala, o capitão Lunier e, a seguir, o tenente e um sargento que foram em socorro, matando os três e deixando a tropa acéfala.

Seguiu-se cerrado e demorado tiroteio entre franceses e brasileiros que terminou com a retirada dos franceses. Aí surgiu mais uma tropa de 50 franceses ao comando do tenente Jean Destoup e o combate com brasileiros tocaiados nas casas e matas prosseguiu até às 14 horas.

Nesse interim, Cabralzinho defrontou-se corporalmente com o porta Bandeira D'Escrieme e levou a melhor, ferindo-o a bala na cabeça e arrebatando-lhe a bandeira francesa, seu revól-

ver e sua espada. Pouco mais tarde matou, em duelo a bala, dois marinheiros. Um que assassinara a menina Joana, de 12 anos, e o outro que matara o prático do porto.

Sob pressão, a força brasileira retraiu para a mata. O porta bandeira, refeito parcialmente, incitou a tropa francesa ao saque, ao massacre, à destruição do mastro e da bandeira brasileira.

Do massacre resultou a morte de 38 brasileiros, ferimento em 22 e 2 prisioneiros. A tropa francesa pagou o pesado tributo de retornar a Guiana derrotada, sem comandante, sem bandeira, com 6 mortos e 22 feridos e com o peso na consciência de ter de explicar o covarde massacre e saque da Vila Amapá.

Cabralzinho teve, assim, melhor sorte que Antônio João, em 1865.

Claudio Moreira Bento



DESTAQUES DA IMPRENSA

OS QUATRO ERROS DE GORBATCHOV

"O socialismo pode servir para ensinar, bem brutal e impositivamente, o perigo de todos os acúmulos do poder estatal e, nessa medida, infundir desconfiança diante do próprio Estado." Friedrich William Nietzsche

Assistimos ao fim, quase miraculosamente incruento, do último dos grandes impérios deste milênio. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas nasceu formalmente em 1922 e perece formalmente em 1991. Em aparência, era uma reforma descentralizadora do velho império autocrático dos czares. A ideologia comunista seria o traço de união que superaria os nacionalismos regionais.

Dois fatores levaram à criação de um absurdo monólito: a guerra civil, subsequente à conquista do poder pelos soviets, que justificou o "autoritarismo defensivo"; e o voluntarismo, inerente à doutrina socialista, que serviu de base ao "autoritarismo distributivo". O individualismo seria um "injustificado luxo da natureza" (para usar uma expressão de Nietzsche), que deveria ser transformado pelo socialismo "em um órgão da natureza adequada a seus fins". A palavra "justiça social", inculcada nas massas semicultas como um "prego na cabeça", seria a arma com a qual os "justos" (a vanguarda do partido, que se autoproclama representante de todo o proletariado) centralizariam o poder. Seus instrumentos são o planejamento central, como método, e o terror, como disciplina.

Visto em retrospecto, o marxismo-leninismo representou uma tríplice usurpação. A *Nomenklatura*, isto é, a burocracia do Partido Comu-

nista, se autoproclamou intérprete único do partido. O partido se autoproclamou representante único do proletariado, eliminando os concorrentes social-democratas; e o proletariado deixou de ser parte do povo, para ser "o povo", justificando-se assim a ditadura do proletariado.

A dissolução oficial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas assinada há poucos dias pelos três signatários originais do acordo de 1932 — Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia — e em certo sentido uma revogação dessas três usurpações.

O pluralismo partidário permite o surgimento de interesses diferenciados e a asserção das autonomias regionais. Se a formação da União Soviética em 1922 resultou na supressão dos nacionalismos étnicos em nome da ideologia, a transformação da União Soviética em Comunidade de Estados Independentes (CEI), em dezembro de 1991, representou uma liberação dos nacionalismos em nome do pluralismo.

Não se pode ver sem melancolia o ocaso de Gorbatchov. É uma figura majestática, quer em suas virtudes quer em seus defeitos.

Gorbatchov passará à história como um grande transformador, ainda que seu experimento na União Soviética tenha resultado numa "modernização abortada".

Identificou corretamente o insustentável paradoxo da era Brejnev, de "expansão externa e estagnação interna". A União Soviética, como outros países exportadores de petróleo, sofreu o castigo de Midas. Os dois choques de preços criariam uma euforia conjuntural que fez esquecer deficiências estruturais. O boom do petróleo permitiu a Brejnev financiar exercícios imperiais, com excessivo engajamento na África, no Sueste da Ásia, e na América Latina, para não falar na custosa aventura do Afeganistão. A síndrome do

decadentismo — isto é, o declínio dos impérios resultante de sobreengajamentos imperiais desproporcionais ao poderio econômico — que o historiador Paul Kennedy detectava na paisagem norte-americana, é muito mais visível no cenário soviético.

Os méritos de Gorbatchov são claros. O ensaio de modernização política, com a abolição do monopólio do poder do partido; a liberação da Europa Oriental e a reunificação da Alemanha, pela renúncia à doutrina Brejnev de "intervenção para a defesa do socialismo"; a condução pacífica do processo de descolonização do império soviético. No campo nuclear, os acordos de redução de mísseis. No campo econômico, o abandono da ortodoxia de planejamento central em busca de transição para a economia de mercado.

Quais os erros de Gorbatchov, que o tornaram mero parteiro, antes que beneficiário de um processo histórico?

O primeiro foi de engenharia política. Tendo promovido a abertura política e inaugurado o processo eleitoral, Gorbatchov hesitou em expor-se a eleições diretas. Foi eleito presidente pelo voto indireto do Soviète Supremo. Perdeu assim legitimidade face a Yeltsin, alternativamente aliado adversário, eleito em eleições diretas para presidente da República Russa.

O segundo erro foi sua crônica hesitação em matéria econômica. Levantou duas bandeiras — da abertura política (*glasnost*) e a da reforma econômica (*perestroika*). Se foi ousado na *glasnost*, foi tímido na *perestroika*. Convencido da inviabilidade do socialismo dirigista, hesitou na transição para a economia de mercado, o que exigiria liberação de preços e salários e o abandono de tabus sobre a propriedade privada. A saída do autoritarismo marxista comporta várias trajetórias. Na China, houve *perestroika* na agricultura e nas zonas especiais costeiras, sem *glasnost*. Os países da Europa Oriental estão tentando simultaneamente a *glasnost* e a *perestroika*. Gorbatchov hesitou entre o plano Shatalin do capitalismo em 100 dias, o plano Aganbegyan, de transição em três anos, e o plano Ryskhov, de liberalização econômica em cinco anos. Acabou não optando pela bandeira da reforma capitalista foi empunhada por Yeltsin.

Terceiro erro foi sua hesitação entre o centralismo e o autonomismo. Na primeira fase da *glasnost*, quando apenas se delineavam os movimentos

autonomistas dos países bálticos e da Geórgia, Gorbatchov tinha três opções: federação, confederação e *Commonwealth* (comunidade). Preferiu lutar pela primeira, à semelhança do formato ocidental — americano ou alemão. Mas isso era grave subestimação dos impulsos étnicos regionalistas e da repulsa ao "sistema" de dirigismo centralista, corrupto e ineficaz. Teria sido provavelmente possível uma "confederação", com poderes do centro limitados à coordenação da defesa, comércio internacional e política externa. A hesitação em aceitar uma confederação frouxa, ao invés de uma federação orgânica, intensificou os movimentos autonomistas contra qualquer forma de centralismo. O resultado foi a dissolução da União Soviética e a formação da Comunidade de Estados Independentes (CEI) — patrocinada pelo núcleo eslavo — Rússia, Ucrânia e Bielorrússia — com a adesão posterior de cinco repúblicas de população islâmica. Assim terminou a terceira Roma. O Kremlin não é mais o Vaticano de uma religião leiga de alcance universal. Moscou não é mais a capital de um império expansionista e sim de um país "normal". A escolha de Minsk para capital da CEI é uma ruptura com a história. Note-se o paradoxo. Enquanto a União Soviética se desune, a Europa Ocidental se reúne.

O quarto erro de Gorbatchov foi ter acreditado que poderia utilizar o Partido Comunista como instrumento de reforma. Desmoralizado pela ineficiência e pela corrupção da *Nomenklatura*, incapaz de abandonar seus privilégios, o partido não resistiu ao efeito "Drácula" — feneceu quando exposto à luz do dia. Yeltsin levou a melhor ao empalmar a bandeira da reforma contra o partido e não dentro do partido.

Assim terminou o mais sangrento experimento de engenharia social da história humana, que se estima tenha custado 50 milhões de vítimas. O que começou como ideologia virou carniceira. "*Qui vent faire l'ange fait la bête*".

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 22.12.91. Assina-a o Deputado Roberto Campos)

FIM PREVISTO E COMEÇO INCERTO

A União Soviética desapareceu. Sua estrutura não pode sobreviver à desagregação do tecido que a formara e que a manteve, durante mais de 70 anos — o partido-Estado de Lenin. Desaparecido o partido único e liberadas as forças sociais que ele pensara ter absorvido ou suplantado, o desaparecimento do poder central formalizado na União era apenas questão de tempo. O golpe de agosto foi o último espasmo desse poder, cuja agonia começara um ano antes, quando do XXVIII Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Em julho de 1917, Lenin atropelaria o ensaio de Estado liberal que buscava substituir a autocracia czarista, com a palavra de ordem: "todo o poder aos soviets". Em julho de 1990, durante o XXVIII Congresso, Mikhail Gorbatchov consumou a transferência do poder, do Politburo do PCUS para o Conselho da Presidência: o Politburo não contou mais, desde então, com ministério algum, ou qualquer nome de expressão salvo o do próprio Gorbatchov — por acumular a Presidência da União com a Secretaria Geral do PCUS.

Residia ali, no Politburo, a instância final de todas as decisões na União Soviética, as estratégicas como as conjunturais. E estavam nos PCs das diversas repúblicas e seus comitês regionais os grandes eixos de transmissão daquelas decisões, a que se deveriam submeter os governos, da União e das repúblicas. Destituído o PCUS do papel hegemônico que lhe conferira o art. 6º da Constituição da URSS e esvaziado o Politburo, cessava a palavra de ordem de Lenin e se iniciava a extinção do poder central.

Numa única semana, no curso daquele XXVIII Congresso, desapareceram: o resto da guerra fria, com o assentimento de Gorbatchov à reunificação da Alemanha, garantido no acordo com Helmut Kohl; o controle do PCUS sobre os meios de comunicação, exercido desde a guerra civil de 1918-1920; e sobretudo o próprio estatuto da União Soviética, tal como fora estabelecido em 1922. E Gorbatchov estava bem consciente do risco, como revelou seu discurso de renúncia: (A sociedade) "condenada a servir à ideologia e a carregar o pesado fardo do armamentismo estava no limite de suas possibilidades... Por esta razão

é que em nenhum momento cheguei a lamentar não haver aproveitado o cargo de secretário-geral, para limitar-me a reinar alguns anos".

Terminam, pois, com a renúncia de Gorbachov, as perspectivas daquele império eurasiático, chamado de czarista, primeiro, e de União Soviética, depois. As "forças centrífugas", que o sistema soviético execrava, prevaleceram. Depois de agosto último, nada mais sobrava que legitimasse um poder central, nem mesmo a mera aparência de Estado de direito: os golpistas se encarregaram de mostrar que a Constituição da União Soviética nada mais era que a instrumentalização da força.

Cessa, porém, com o gesto dramático, heróico mesmo, de Mikhail Gorbachov, a tradição multissecular de autoritarismo, de recurso à força e de violência social? Como as repúblicas que firmaram o tratado de Alma Ata, se quitarão de legado histórico de conquistas territoriais feitas a ferro, fogo e sangue; de esmagamento de minorias autóctones ou sua diáspora; e de fixação arbitrária de fronteiras?

É a incógnita que paira sobre a sorte da nova comunidade de repúblicas, agravada pela evidente in experiência em matéria de prática parlamentar e de exercício de um poder político limpidamente legitimado. Note-se que as lideranças que ali emergiram provieram quase todas do processo controvertidíssimo de formação dos quadros no PCUS; que sua posterior contestação do poder central se deu em nome e em proveito do poder regional. É que este poderá sucumbir à mesma tragédia que acaba de consumir o poder central, ainda que competentemente exercido: a falta de instituições sólidas a lhe garantir legitimidade.

(Reprodução de Editorial de O Globo, edição de 27.12.91)

OS ARMAMENTOS NUCLEARES INÚTEIS

A principal conclusão que se pode tirar da entrevista dada em má hora pelo presidente Fernando Collor na sede da Agência Internacional de Energia Atômica, logo após a troca

das cartas de ratificação do acordo nuclear com a Argentina, é que alguns países querem porque querem que o Brasil assine o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares de 1.º de julho de 1968.

É necessária muita ingenuidade para acreditar que as perguntas fossem de autoria exclusiva dos correspondentes das principais agências de notícias européias e, sobretudo, dos Estados Unidos. Foram perguntas muito objetivas, obviamente inspiradas por pessoas muito qualificadas e conhecedoras profundas da matéria e dos seus antecedentes. Mas, antes de buscar a razão de ser destas perguntas, impõe-se um exame retrospectivo da posição brasileira.

Conhecidas as perspectivas da utilização da energia nuclear para fins pacíficos, o Brasil desde o início demonstrou o seu empenho em dominar esta nova e fenomenal fonte de energia e coube ao almirante Alvaro Alberto o principal papel neste particular.

Em matéria nuclear, a Carta das Nações Unidas foi logo defasada: assinala a 26 de junho de 1945, antecedeu de pouco a explosão da bomba de Hiroshima a 6 de agosto do mesmo ano. Houve inúmeras iniciativas no âmbito da Assembléia Geral, inicialmente com o objetivo de sustar os seus malefícios e, posteriormente, com o objetivo de regulamentar o seu uso para fins pacíficos. Ao passo que, no caso do uso pacífico, os Estados-membros puderam colaborar na preparação do texto que criaria a Agência Internacional de Energia Nuclear (1956). No caso do desarmamento, as superpotências, não obstante a guerra fria, sempre se entenderam, impedindo qualquer iniciativa dos demais que pudesse modificar a essência de seus projetos. O Tratado de Não-Proliferação (TNP) resultou de duas propostas, quase análogas, das duas potências que rejeitaram, sem mais nem menos, todas as tentativas tendentes à sua modificação.

Para o Brasil, que participava dos trabalhos do Comitê de Desarmamento, o projeto era inaceitável por dois motivos: um de ordem pragmática, outro de natureza ético-jurídica.

O presidente Costa e Silva, ao traçar as linhas de sua política exterior, repudiou o armamento nuclear, mas declarou que não se poderia aceitar entraves, imediatos ou potenciais, à utilização da energia nuclear para fins pacíficos, que representariam uma nova forma de dependência, "certa-

mente incompatível com nossas aspirações de desenvolvimento". Dentro desta política, o governo defendia o seu direito de realizar explosões nucleares para fins pacíficos, reconhecidas expressamente pelo Tratado de Tlatelolco, de 1967.

O entusiasmo do governo brasileiro era baseado no programa *Plowshare*, empreendido pela Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, cujo objetivo era a utilização de explosões nucleares para fins pacíficos. Mesmo na época, as idéias foram contestadas no Brasil, pois não havia como distinguir uma explosão para fins pacíficos de uma explosão com fins militares. Além do mais, as obras de engenharia geográfica projetadas sempre ficariam contaminadas pela radioatividade. Seja como for, se cogitava em explosões para regularizar cursos navegáveis de rios, unir a Bacia Amazônica à do Prata, abrir canais e portos, abrir açudes etc. Obras ao mesmo tempo faraônicas e de ficção científica.

A outra objeção brasileira era de que se tratava de um tratado desigual — *unequal treaty* —, em que algumas das partes contratantes gozavam de uma posição privilegiada em relação às demais. O Brasil também, invocando a Carta das Nações Unidas, insistia em que o Tratado deveria adotar medidas objetivas visando ao desarmamento, posição esta tida como inaceitável pelos Estados Unidos e pela URSS.

No fundo, o título do Tratado era hipócrita: não visava à não-proliferação, visto que através do silêncio endossava a política armamentista das duas superpotências. Na época, o chanceler Ehrhard, da República Federal Alemã, comparou a não-proliferação a um clube de alcoólatras inveterados, que exigem peremptoriamente de bebedores de chá que se comprometam a não tocar numa gota de álcool.

A reação contra os termos do Tratado de Não-Proliferação foi quase geral, mas, mediante uma política de pressões e de ameaças, os Estados Unidos e a URSS conseguiram forçar a quase totalidade da comunidade internacional a se curvar às suas imposições. Numa fase inicial, os países vinculados à *Euratom* declararam estar dispostos a abdicar da possibilidade de terem armamentos nucleares, mas não se conformavam em ver todas as suas instalações nucleares devassadas pelos inspetores da AIEA, pois, além das oportunidades que isso ofereceria à espionagem industrial, correriam o risco de ver seu desenvol-

vimento nuclear embaraçado intencionalmente pelos mecanismos de controle. A Alemanha, que se opôs tenazmente a aceitar o Tratado, se revoltou com as limitações impostas e a inferioridade perante as potências nucleares. No Japão, Ryukichi Imai escrevia: "A posição dos Estados Unidos — proliferação vertical e não-proliferação horizontal — só pode ser justificada se o mundo aceitar a noção que Deus entrou numa combinação pela qual armamentos dos Estados Unidos só serão utilizados pelo bem da humanidade. E o mundo certamente não aceita esta noção."

Mas aos poucos todos foram cedendo, restando alguns países como o Brasil e a Argentina, a Índia e o Paquistão que eram criticados anualmente na AIEA. O fato de Israel possuir a bomba e nunca haver aceito o TNP nunca foi motivo de recriação da parte dos Estados Unidos.

Mas, voltando ao comentário inicial, qual o motivo de tanto empenho para que o Brasil, como a Argentina, assinasse o TNP? Não mais se pode falar no perigo de o Brasil estar fabricando uma bomba a ser utilizada contra a Argentina, visto que o Acordo ratificado obriga as duas partes a abrirem todas as suas instalações nucleares à inspeção da outra. Um dos motivos é que o Brasil com a sua atitude representa uma pedra no sapato dos Estados Unidos e da URSS, se bem que agora se deva falar no singular. Desde o início o Brasil alertou a opinião pública mundial contra a ausência de regras objetivas capazes de impedir a louca corrida armamentista das duas superpotências, com todos os perigos a ela inerentes. Olhando para trás, a Rússia deve chorar os bilhões de rublos jogados fora num programa inútil, onde provavelmente estará a raiz de todas as desgraças, inclusive a falta de alimentos, que os povos do antigo império soviético estão padecendo. E os Estados Unidos, que continuam a gastar bilhões em armamentos, bem que poderiam parar para pensar um instante que a crise que atravessam, com repercussões altamente negativas para a imagem de seu presidente, talvez pudesse ser facilmente solucionada.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 30.12.91. Assina-a o Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva)

BALANÇO DE FIM DE SÉCULO

Marx escreveu que há dias na história do mundo que valem por um século. Essa é uma afirmação que ninguém lhe disputa. Marcar o dia em que o século XX terminou ao longo desse ano que passou, talvez seja difícil. Não foi como o século passado, que terminou no dia 28 de junho de 1914, quando um estudante sérvio assassinou com uma bomba o arquiduque herdeiro do império austro-húngaro. Aconteceu em Serajevo, capital da Bósnia, e deu início à I Guerra Mundial, nessa mesma Iugoslávia que hoje se dilacera diante das câmeras de televisão e da impotência da Comunidade Européia. Mas, olhando 1991 ainda sem compreender perfeitamente tudo o que aconteceu, qualquer um tem a sensação de ter presenciado uma dessas transformações que passam para os livros como o início de uma nova era.

Sendo o observador brasileiro, fica oprimido por outra sensação terrível — a de não pesar nada nesses acontecimentos, que se produzem sem a nossa participação ou presença. O país que nos ensinaram pertencer ao futuro atolou-se no passado. Foi objeto e não sujeito da História. Depois de nos pilharem tudo, roubaram também os nossos sonhos.

O ano de 1991, em que o século XX terminou, viu ruir estrondosamente um império e constatou que o outro, aparentemente supremo, está carcomido por dentro, com a sua hegemonia mantida por consentimento alheio.

Gorbachev, que pretendia preservar os princípios do socialismo em uma União Soviética respeitosa dos direitos humanos e das suas múltiplas nacionalidades, perdeu o emprego e a pátria. George Bush, que se arvorava em árbitro de uma nova e soberana *Pax Americana*, garantida por armas quase de ficção científica, se vê ameaçado de naufrágio na recessão econômica, na perda de dinamismo das suas indústrias, na debilidade dos seus organismos de crédito.

Na segunda metade do finado século XX, Washington era a única capital onde se cruzavam as linhas do poder militar e do poder econômico. No início do século XXI, o poder econômico deslocou-se para Tóquio, Frankfurt e Bruxelas. O abraço do samurai vai asfixiando um a um setores da indústria norte-americana, dos estúdios cinematográficos à eletrônica e aos automóveis.

Breve estarão na indústria espacial. Os europeus continuam lidando a química, a mecânica pesada, o transporte ferroviário.

Ambos os blocos, o do *yen* e o do *écu*, acumulam gigantescos saldos no seu comércio com os Estados Unidos, o que lhes proporciona os dólares para irem comprando pedaços cada vez maiores do país. Já se ouvem em Detroit, em Nova York e até em Seattle, cidade da Boeing, discursos nacionalistas que aqui seriam logo rotulados de ecos atrasados dos anos 50. O uso do dólar como moeda de troca internacional só se mantém por consentimento dos países credores dos Estados Unidos e, assim mesmo, a duras penas. Repete-se o que aconteceu com a libra esterlina no pós guerra. O Federal Reserve, o banco central de lá, tenta sair da recessão diminuindo a taxa de juros para 3,5% ao ano, enquanto que o Bundesbank, buscando frear a economia alemã, joga a sua taxa para 9,5%. Normalmente, essa diferença provocaria uma imensa migração dos capitais disponíveis na margem Oeste do Atlântico Norte para a margem Leste. Isso não acontece porque nem os europeus nem os japoneses querem matar a galinha dos ovos de ouro.

A decadência americana não deve alegrar os brasileiros, ao contrário. Primeiro, porque, do ponto de vista econômico, os Estados Unidos ainda são o nosso principal mercado, tanto de compra como de venda, e a potência que por nós mais se interessa, por ser a que melhor nos conhece. Segundo, porque, do ponto de vista político, a perda de poder no mundo fará os seus dirigentes aumentarem a taxa de exploração da sua área de influência indisputada.

Militarmente, a Guerra do Golfo mostrou as Forças Armadas norte-americanas em um papel semelhante ao da infantaria suíça da Renascença: fortíssimas, aterradoras, mercenárias. A superpotência hegemônica cobrou bilhões dos seus parceiros como proteção para garantir a todos o acesso ao petróleo.

Assinalo todas essas mudanças porque a crise mais óbvia é a do socialismo. Poucos falam da crise do capitalismo, no seu centro norte-americano. Possivelmente, mas só em parte, por não ser ela televisiva como a desagregação do império soviético. E, também, porque a desagregação soviética deixou pairando sobre o mundo a ameaça do que a revista *Time* chama de *loose nukes*, bombas sem dono, cujo botão detonante

ninguém sabe com quem está. É possível que ainda vejamos minas atômicas e artilharia nuclear tática serem usadas em uma catastrófica guerra civil entre a República Russa e as antigas associadas ao seu império. O pesadelo é tão tremendo que há uma espécie de consenso tácito nos meios de comunicação para não mencioná-lo e, assim, exorcizá-lo pelo silêncio.

Nós, enquanto isso, sapos cururus da beira do rio, vamos chafurdando em um lodaçal sem fim, mergulhados em escândalos tão freqüentes que os de hoje nos fazem esquecer os de ontem, como os de amanhã excluirão os de hoje da nossa memória. E vamos andando para trás, destruindo nossos centros de pesquisa, desmontando o aparelho do Estado, as Forças Armadas, o sistema produtivo, a solidariedade social e a identidade política. A inflação aumenta o fosso entre ricos e pobres. As cidades se miserabilizam. Porto Alegre perdeu em uma década 42% da sua renda per capita. O Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, perderam 28%. Fala-se seriamente, pela primeira vez desde a Guerra dos Farrapos, em destroçar a milagrosa herança portuguesa pelo separatismo.

No seu primeiro ano de governo, o presidente Collor mudou mais o Brasil do que qualquer outro, desde o ano inicial de Getúlio Vargas. Tivemos a esperança de que o sacrifício seria depurador. No segundo ano, as esperanças se foram, com as ilusões sobre a seriedade e modernidade da primeira equipe econômica, achincalhadas pelas confissões da dr.^a Zélia. Ficou apenas o desânimo e um tempo interminável a suportar até que a alternância democrática passe o poder para outras mãos.

Entramos no século XXI como se tivéssemos sido impiedosamente bombardeados e sem as perspectivas de um projeto nacional, como os que deram ao Japão e à Europa a força de renascer das cinzas. Razão tinha Carlos Drummond de Andrade:

"Que século, meus Deus, diziam os ratos. E começaram a roer o edifício."

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 02.01.92. Assina-a o jornalista e cientista político, Marcio Moreira Alves)

LIÇÃO DE ANOS VELHOS

Nossa História não sonega exemplos reveladores de uma verdade essencial: o povo brasileiro não deu um único passo inteiramente com o próprio pé, sem que fosse empurrado de fora e de fora recebesse o estímulo do medo; do medo ou de outro sentimento que, do mesmo modo, o fizesse mover em função de uma presença alheia.

Dizê-lo assim, genericamente, não significa misturar bugalhos com alhos. Há empurrões saudáveis e empurrões perniciosos, até funestos. A diferença entre uns e outros está na qualidade dos homens que, por acaso, se encontram em posição adequada para receber tais impulsos em nome de um povo que é, teoricamente, o fator genético dos acontecimentos, mas na prática, e ainda longe de ser sujeito, continua objeto das ações praticadas em seu nome e que, por isso, vêm a se mostrar depois destituídas de legitimidade.

Os agentes de fora não deixam de sofrer o efeito dessa diferença, precisando muitas vezes mudar de estratégia e método, na medida em que os homens aqui dentro se revelam dotados de consciência nacional, ainda que incipiente ou hesitante.

Nesta virada do calendário, até que seria oportuno comparar os que ora exercem nominalmente o poder e outros que nele se investiram em períodos anteriores, para demonstrar que os condicionantes externos de nossa vida econômica e institucional jamais encontraram tamanha facilidade para dirigir nosso destino, porque nunca foi mais apagado no meio governamental o sentimento de pátria e de nação, gerador necessário de outros sentimentos como o da autonomia na comunidade internacional, da probidade administrativa, da dignidade funcional e da submissão — a única submissão nobilitante — ao ditado da lei como expressão da vontade dos cidadãos. A submissão a comandos externos, pela primeira vez tornada agora explícita e até orgulhosamente arrogante, elimina nos homens o lastro moral em que devem estar assentados os seus atos como condição para merecer o respeito de outros e o consentimento geral.

Este é assunto, no entanto, que permanecerá em pauta no curso do atual mandato presidencial, de cujo julgamento se tornou símbolo vivo e constrangedor a expressão de impaciência e náusea com o que o sr. Bush aparece em fotografia de

primeira página da revista *Isto É-Senhor*, quando protocolarmente obrigado a ouvir uma prestação de contas do dirigente brasileiro. Nada há que diga tanto, com tanta eloquência: o contraste entre o visual de encantamento engomado do leitor de um discurso de doação, de conteúdo previamente fornecido por Washington, e o do nojo estampado na fisionomia de um homem compreensivelmente fatigado de manifestações da retórica e da sabujice latino-americanas.

Neste começo de um suposto Ano Novo, é melhor voltarmos atrás para ilustrar as afirmações do começo desta página, com a lembrança de dois episódios nos quais aparecem dois embaixadores em dois anos velhos sucessivos — 1968 e 1969. Os srs. Tuthill e Elbrick exemplificaram os dois tipos de comportamento interno a que me referi e que se distinguem — repita-se — pelo nível do sentimento de dignidade nacional presente nos governantes.

Durante os acontecimentos que culminaram, no Rio, com a chamada "sexta-feira sangrenta" (estudantes em barricada contra policiais desaçaimados), o presidente Costa e Silva se encontrava no Rio Grande do Sul, trabalhando com o governo instalado em Porto Alegre. Para ele era tão pacífico dominar a situação com os recursos estritos da legalidade que para a capital gaúcha viajara (retomara de Jânio Quadros a prática do *governo itinerante*, driblando insuficiências de Brasília), ao invés de se render ao vozerio interno que o queria aqui, por trás de uma casamata, para esmagar com tanques e canhões uma bagunça estudantil.

Era junho, se não me engano; de qualquer sorte meses antes do desastre de 13 de dezembro. Já no Aeroporto, à espera do avião que o traria para o Rio de Janeiro, foi pelo assessor específico informado de que Danton Jobim pedia em telegrama urgente sua interferência pessoal para levantar o cerco à Associação Brasileira de Imprensa, determinado não se sabia por quem e executado com apoio de tropa do Exército. Ali mesmo deu instruções ao general Jayme Portella, a quem disse considerar o cerco "uma estupidez". E voou para o Rio, onde desceu para ouvir os ministros militares reunidos, com o da Justiça, no Aeroporto do Galeão. Af (veja-se quanto tempo antes do 13 de dezembro) Gama e Silva lhe apresentou, como solução para "vencer o comunismo", um de muitos esboços do que viria a ser o AI-5. Costa e

Silva repeliu a solução e retirou-se rumo ao Palácio Laranjeiras em companhia, entre outros, do Ministro Rondon Pacheco, chefe do Gabinete Civil, a quem disse as palavras lembradas aqui em artigo anterior: "Não vou nem para o estado de sítio." E de fato "não foi", como observou Rondon ao corrigir um lapso de minha memória quanto ao momento da afirmação presidencial, assim mais expressiva do que se fosse feita a propósito da decisão em que a Câmara negou licença para o processo de um deputado.

Não indo "nem para o estado de sítio", demonstrou que a violência institucional do AI-5 não tinha motivação no comportamento estimulado dos estudantes mas numa vontade de fora, captada aqui por grupos insatisfeitos com a normalidade da conduta presidencial. Mesmo vencido no 13 de dezembro, Costa e Silva teve força e autoridade para expulsar de seu gabinete o embaixador Tuthill, cuja desenvoltura levou Washington a reconhecê-lo *persona non grata* e a substituí-lo menos de um mês depois.

Impedido pela trombose cerebral, e ainda em esforço para superar o instrumento de exceção, seu lugar foi ocupado, não pelo vice-presidente, mas pelos homens que ajudaram a derrotá-lo e passaram a compor a Junta Militar. Para os Estados Unidos, esta demasia não autorizada criava obviamente um problema: mais difícil comandar de longe um governo de três cabeças. O Departamento de Estado tinha motivo para ficar inquieto quanto ao desdobramento de uma situação que era inteiramente a seu favor, mas começava a provocar, pela extremação dos métodos de violência, reações internas da mesma natureza. Tornava-se necessário substituir os três aliados por um só, isto é: voltar ao sistema que o próprio AI-5 estabeleceu. Uma questão de controle, que *va sans dire*.

Submissão demais pode ser tão inconveniente quanto o seu oposto, que é a autonomia. E aí entra o novo embaixador. Elbrick (alguém duvida?) deixou-se seqüestrar por um grupo de jovens inteiramente destituídos de *know-how*, de cujo poder saiu para fazer-lhes um caloroso elogio público, depois de comandar pessoalmente as operações oficiais destinadas a pôr fim ao seqüestro e também à Junta Militar que, desmoralizada, não ofereceu resistência ao sinal para sair de cena com a convocação do general Médici para assumir a

chefia do período, não por acaso, mais duro e fechado do chamado *ciclo revolucionário*.

Embora seja dessas coisas que se afirmam "sem dizer", o caráter consentido do seqüestro de Elbrick terá oportunamente comprovação objetiva, quando Washington abrir aos pesquisadores os documentos relativos a suas apreensões naquela quadra da guerra fria.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 03.01.92. Assina-o o jornalista e ex-professor da Faculdade de Direito do Distrito Federal (CEUB), Heráclito Salles)

AS CIDADES SECRETAS

Uma das coisas que preocupam na dissolução da URSS é que antes havia uma superpotência nuclear e agora há quatro nações nucleares. A multiplicação de países nucleares reacende por algum tempo o pesadelo nuclear que povoou o sonho da humanidade durante a guerra fria.

Neste período de transição, as repúblicas que compunham a URSS, na ânsia de ocupar o lugar ao Sol negado durante setenta anos, desentendem-se sobre vários assuntos, entre eles a divisão do espólio nuclear. O *clube atômico* evidentemente se multiplicou. O que está em jogo não é uma simples herança disputada *intramuros* por viúvas inconsoláveis, mas parte do armamento que, somado aos arsenais dos outros cinco membros do *clube atômico* (EUA, Inglaterra, China, França e Índia), é capaz de destruir sessenta vezes o planeta Terra.

São 27 mil ogivas nucleares estrategicamente espalhadas pela Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão. Nenhuma delas abre mão do *status* nuclear que, à falta de outras benesses, proporciona lugar de destaque no mundo. Depois da distensão gorbacheviana, surge a preocupação yeltsiana. Enquanto as repúblicas tratam de se acostumar aos novos tempos, o mundo também necessita se acostumar às ex-repúblicas soviéticas. O bloco comunista estruturado afinal impu-

nha menos preocupação e temor do que o império partido em mil pedaços.

A Comunidade de Estados Independentes não tem atualmente inimigos no exterior, mas numerosos perigos internos, espicaçados pelas nacionalidades e etnias em plena expansão exibicionista. As repúblicas eslavas, hoje cúmplices na euforia da liberdade reconquistada, podem ter ulteriormente interesses divergentes. O que acontecerá se uma delas, colocada contra a parede por algum aborrecimento intransponível, resolver utilizar o arsenal nuclear? As ogivas são um tesouro de guerra, com subprodutos tão temíveis como a fuga dos cérebros soviéticos para outros países ou simplesmente o desenvolvimento daquilo que uma revista francesa chamou de "mercado negro do *prêt-à-porter* atômico", isto é, a intermediação especulativa internacional entre as brechas do desmoralizado Exército Vermelho.

A discussão sobre o futuro do armamento nuclear soviético revelou ao mundo detalhes do complexo militar mantido em segredo enquanto durou a *guerra fria*. Hoje se sabe que em todo o território soviético existem dez cidades secretas, com um total de 700 mil habitantes, algumas delas subterrâneas, sem figurar nos mapas. Começaram a existir em 1954 por determinação de Krushev, circundadas por rígidas barreiras de segurança. Sua população era vigiada até há pouco tempo por um corpo especial de agentes da KGB. Ali, em odor de segredo, vicejou a ciência atômica, espacial e militar da URSS.

A desintegração política da URSS e a decisão das repúblicas de bloquear o desenvolvimento da indústria militar fizeram destas cidades e de seus habitantes um dos problemas mais delicados desta fase da vida da Comunidade. Na grande confusão que neste momento envolve o que resta da URSS ninguém sabe bem o que deve continuar secreto, quem comanda o quê, ou até que ponto um dirigente está autorizado a lançar-se em busca de contatos no exterior.

As cidades secretas eram subordinadas até então *ad hoc* a um organismo de nome curioso, Ministério para a Construção de Maquinário Médio, e eram indicadas com um nome também singular: "cidades monofuncionais". Tudo de melhor que podia existir na URSS era destinado às cidades monofuncionais. Cada uma delas era (e ainda é formalmente) um universo estanque: havia um prefeito, uma estrutura administrativa, es-

colas de todos os graus para as crianças e excelentes institutos de estudos superiores para os adolescentes, estabelecimentos esportivos e recreativos, havia um sistema judiciário com juízes e prisões separadas do sistema penal ordinário, havia hospitais, cinemas, jardins de infância e cemitérios próprios, e um corpo de polícia com armas, cães policiais, aquartelamentos absolutamente autônomos.

Os salários de todos eram nitidamente superiores aos recebidos pelas correspondentes categorias de trabalhadores no resto da União. Por este motivo, quando Gorbachev lançou a *perestroika* há cinco anos, e sofreu a resistência da burocracia estatal e da partidária, tão apegada aos seus empregos como uma praga ideológica de problemática extirpação, os habitantes das dez cidades secretas estavam entre os primeiros a defender seus privilégios.

Entre eles está a maior parte da elite científica, físicos, engenheiros, matemáticos, sobre quem se investiu com tudo de bom e do melhor, às vezes em detrimento do restante da população. Não deixa de ser irônico que a revolução soviética, nascida sob o signo do humanismo, do combate às injustiças sociais e da igualdade de oportunidades, tenha criado uma classe que acima de tudo pensa na conservação dos seus privilégios.

Este é o nó central das duas grandes questões militares da atual CEI. A outra é o destino do Exército Vermelho, no momento em que repúblicas, como o Azerbaijão, já manifestaram interesse de criar exército próprio.

A História demonstrou que não se pode voltar atrás, nem repropor velhos modelos, nem fórmulas livres de desgaste. Como dizia Gramsci: "Não seremos mais conservadores, nem em regime de socialismo... mas deixaremos sempre aberto o caminho em direção ao melhor, em direção às harmonias superiores."

Qual dos caminhos está aberto agora?

(Reprodução de edital do Jornal do Brasil, edição de 29.12.91)

VIDA INTELIGENTE NO CARIBE

Cuba é um problema.

Brasileiros que se preocupam, por motivo afetivo-ideológico ou pelo mesmo tipo de solidariedade que provoca doação de roupas velhas a vítimas de enchentes, incentivam mutirões de ajuda, excursões turísticas e festivais como este agora em Niterói — lugar que, pagando sem culpa por viver à sombra do Rio, tem a cara do festival: discretamente simpático.

A solidariedade cultural, romântica, ajuda a chamar atenção para uma crise preta, talvez pior do que qualquer outra desde a queda de Batista.

Desde o primeiro dia deste ano, uma sociedade que já vivia sob racionamento de combustíveis e alimentos, está sofrendo novas restrições ao consumo de gasolina e eletricidade; foram cortadas linhas de ônibus e horas de funcionamento do comércio e da televisão. É até possível que falte óleo para se fazer a colheita da cana.

Não há surpresa. Os problemas começaram há cinco anos, simultaneamente com a paulatina redução de subsídios e favorecimento por parte da União Soviética. A torneira, principalmente a do petróleo, secou de todo pouco antes do fim da União Soviética propriamente dita. E não é novidade que um país do Caribe sem relações comerciais e políticas com os Estados Unidos precisa de uma relação especial por fora para se sustentar. A relação especial acabou, e a Cuba atual parece ter ficado inviável. Aconteceria com um regime capitalista, socialista ou teosófico, autoritário, totalitário ou liberal, e acabou acontecendo com o regime castrista (variante bastante peculiar do socialismo de Estado, personalista e totalitária).

Ponto para a democracia? Claro. Pena que a mancha dos anos de bloqueio econômico pelos Estados Unidos reduza bastante a limpidez do sucedido. O castrismo estaria provavelmente condenado ao fracasso por suas contradições internas, fossem outras as regras do jogo internacional — mas, agora, sempre haverá quem o negue. Faltará a cristalina segurança que existe na interpretação do fracasso de outras variações, européias, do ideário comunista.

Seja como for, tem importância secundária acertar o placar de um jogo que já acabou. Já o futuro interessa bastante, a qualquer nação americana. O que acontecerá com Cuba?

Depende, pela metade, dos Estados Unidos.

Em matéria de diplomacia para o Caribe e a América Central, o Departamento de Estado sofreu até hoje do cacete de apostar em pessoas erradas, encerrando na esquerda as melhores e mais honestas cabeças e estimulando sem a menor necessidade o antiamericanismo. Numa das poucas vezes em que foi atrás do bandido — por sinal, um antigo contratado — invadiu o Panamá para prender e processar o general Noriega. Não foi dessas operações que ganham ovações no tribunal de Haia, mas quase ninguém protestou: não dava para defender um bandido tão perfeitamente bandido quanto Noriega.

Acontece que o julgamento não anda, e o governo que os EUA empossaram no Panamá é — segundo a própria imprensa americana — igualzinho ao anterior: lava com grande competência os dólares do tráfico de drogas. O que esvazia consideravelmente a base moral da invasão de dois anos atrás.

Enfim, os tempos são novos, e vai-se ver o que Washington fará em relação à parte que sobrou por aqui da extinta esfera de influência soviética. Os americanos podem esperar que Fidel morra ou, hipótese quase risível, aposente-se. Estariam confiando num fato genético-político conhecido: carisma não se herda. Ou podem apostar numa sublevação popular, instigada pela vida difícil. No primeiro caso, a situação ficaria fora de controle: não é possível prever quando acontecerá nem em que direção se dará a sucessão. No segundo, a incerteza sobre o novo regime seria maior ainda; acresce que, sendo relativamente fácil fugir da ilha, os insatisfeitos, em geral, preferem viver satisfeitos em Miami a conspirar em Havana.

Sobra uma possibilidade: engolindo velhas irritações e considerando que Fidel não oferece mais perigo algum à segurança de seu quintal, os EUA podem ajudá-lo a transformar falência em concordata, ao mesmo tempo adaptando o regime aos tempos modernos. Deve haver muita gente em Cuba achando que não é mais possível segurar um regime parente do stalinismo (ou do brejnevismo?), a esta altura tanto faz, tudo ficou subitamente arcaico).

Uma Cuba politicamente arejada — e, faça-se justiça, aproveitando o muito que avançou em educação básica e saúde pública — não atrapalharia ninguém; ao contrário, ajudaria o hemisfério a combater suas mazelas sociais. Particularmente

para os EUA, Cuba, ali quase encostada na Flórida, poderia converter-se em aliada inestimável para o combate ao tráfico de drogas aéreo e marítimo entre América do Sul e o Sul dos EUA.

Pode dar certo — se Fidel for convencido de que uma versão local da *perestroika* não o derubará. É verdade que o último congresso do PC, no fim do ano passado, foi uma decepção para quem esperava alguma forma de sintonia com o que acontecia na Europa Oriental; e, em seus pronunciamentos, Fidel não acena com mudanças mas com "resistência até a morte" e coisas do gênero. Decepcionante: debate-se ao inevitável esclerosamento de um grupo que está no poder há mais de 30 anos.

Resta torcer em duas frentes. Esperar que, de um lado, surja vida inteligente entre o pessoal do Departamento de Estado que hoje cuida da América Latina. E que, de outro, a crise e a falta de futuro do modelo atual façam Havana entender que não há solução fora da mudança.

(Reprodução de matéria publicada em *O Globo*, edição de 12.01.91, é assinada por Luiz Garcia, editor do *Globo*)

O PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA

O papel do Estado na economia é assunto que há mais de dois séculos atrai estudiosos de todos os países. Foi assunto pacífico durante o longo período da política mercantilista, em que o Estado ficava à frente de todos os empreendimentos, em que lhe competia a função mais importante. À medida que foi parecendo excessiva essa presença de um Estado absolutista surgiu, como restrição natural, a tendência libertadora do *laissez passer*, anterior até mesmo a Adam Smith, já por inspiração dos fisiocratas franceses. Um longo debate que tem a probabilidade de se eternizar, valendo-se de vocábulos renovadores, como o *neo* que às vezes lhe atribuem, embora não seja também novidade o neoliberalismo, uma expressão que se vem repetindo desde os tempos da *Cidade Livre* de Walter Lippmann, sempre e sempre com o rútilo de *Vient de paraître*, por mais

antigos que sejam os seus postulados, pois que não abre mão de uma *modernidade* tão somente de fachada, como as calças "bocas de sino" dos tempos de Lippmann. *Le moderne c'est moi*, diria algum Luís XIV de fancaria.

Se há um plano de desenvolvimento econômico iniciado, orientado e dirigido pelo Estado é, de certo, o *Plano Meiji*, de que mestre Oliveira Lima nos dá retrato exato quando nos informa, no seu admirável livro *No Japão* que "um dos segredos ou antes, condições de êxito pasmoso que acompanhou o empreendimento japonês, que visava, num quarto de século, elevar a civilização do país ao nível da muitas vezes secular e tão diferente civilização européia, é, certamente, a idoneidade, de seu novo governo para o seu novo povo, a correspondência que entre um e outro existe, a evolução que um tem ido operando nos seus processos a natureza da conformidade com as exigências do outro: sem nunca romper, em nenhum deles, a ligação com o passado, nem tampouco opor uma barreira insuperável a mudanças do futuro". Acentuava que o Japão, com a sua atual situação política, "assusta sobre o mesmo antagonismo, em ação noutras nações, entre os interesses conservadores e os radicais" (Pág. 287).

Acrescente-se a essa influência o quadro da evolução japonesa que vamos encontrar à página 596 da tradução dos professores Augusto Reis e Luís F. Pereira Vieira, na referida edição de Mestre *Jou Economic Development*. Lê-se que "o Japão é um exemplo de uma nação na qual, durante a última parte do século 19 o governo observou políticas intervencionistas para fomentar o desenvolvimento industrial em uma escala consideravelmente mais elevada do que a fizeram o governo da França e da Alemanha. Entre 1868 e 1882, o governo financiou e operou empreendimentos tanto na área da utilidade pública, como na das manufaturas. Estradas de ferro e linhas de telegrafo, construídas e operadas pelo governo. As companhias de navegação também foram subsidiadas. Além disso, o governo estabeleceu indústria de fundição de ferro e de máquinas, fábricas de tecelagem de algodão e seda e usinas de papel, cimento e vidro.

"Depois de 1882, no entanto, o governo vendeu a maioria de seus projetos de manufaturas para grupos privados. Uma exceção foi a indústria de ferro e de aço. Embora o Estado encorajasse a criação de companhias privadas de ferro

e aço, mediante a concessão de subsídios, a Yawata Iron Works, estabelecida pelo governo em 1896, dominava a indústria. Na área das utilidades públicas, no entanto, o governo continuou com a sua política de propriedade estatal. Todas as linhas principais de estradas de ferro foram nacionalizadas em 1906. As indústrias telefônicas e telegráficas também foram controladas pelo Estado" (Ob. cit. 596).

A educação foi outro campo de ampla atividade estatal. Enviavam-se estudantes para estudar no exterior as técnicas industriais estrangeiras e centenas de especialistas do exterior foram trazidos para o Japão para ajudar a estabelecer novas indústrias. Além disso, escolas primárias, escolas técnicas e universidades foram criadas em grande escala.

"Para financiar estes esforços industriais o governo dependia largamente dos impostos sobre a terra e o consumo. Os grandes lucros pessoais e das atividades econômicas viram-se sujeitos a impostos modestos. O Estado também participava da atividade bancária. O Banco do Japão foi estabelecido como um banco central de emissões e como depositário de fundos governamentais. Também foram organizados bancos especiais sob auspícios privados, porém com controle governamental, mediante a manutenção dos principais cargos. Esses bancos, assim como os de iniciativa privada, faziam empréstimos tanto a curto como a longo prazo. Mais ainda, o governo estimulou a formação de empresas sob a forma de sociedades anônimas."

"Acordos firmados impediam que o Japão se utilizasse da proteção tarifária para fomentar a indústria até 1899. Porém desta data em diante, os japoneses se engajaram em uma política decididamente protecionista."

Tenho lido muita coisa a respeito do Japão, desde que elaborei o meu livro *Japão — o capital se faz em casa*, adotando orientação do grande economista Ragnar Nurkse. Mas o resumo feito na obra clássica de Gerald Meier e Roberto Baldwin nos dá a impressão de um desenvolvimento econômico dirigido e orientado pelo Estado. Com a obsessão de afastar o capital alheio para utilizar e valorizar o capital doméstico. Não creio que tenha surgido lá, em qualquer tempo, essa ladainha dos brasileiros à procura de capital externo. O que trouxe aos japoneses o domínio de um capital próprio, com que hoje dominam o mundo.

Uma orientação que levou um jornalista sueco que lá esteve e que publicou, a respeito de suas experiências, um livro excelente: *O desafio japonês*, registrando que "o Japão só nos ofereceu promessas". Para ele, o capital estrangeiro, para entrar no Japão, teria que passar pelo buraco de uma agulha. Como prefácio desse livro o sr. Mário Henrique Simonsen, usava o rótulo "exemplo e inspiração". Estou me valendo da página 147 da terceira edição da obra do sueco Hakan Heilberg, com prefácio do sr. Mário Henrique Simonsen, que sabe muito bem, como me dizia um de seus velhos amigos do passado, "onde as andorinhas dormem".

Quando se acompanha o processo do desenvolvimento econômico de que o Japão se utilizou, é que se pode medir como não há nenhum apoio para as teses de tanto êxito no Brasil, que nos aponta o Estado como inimigo. Nesse ponto, os Estados Unidos não se equivocam, enquanto procurem solução imediata para o déficit comercial do seu país diante do Japão, não perdem tempo e vão diretamente em busca do governo japonês. Porque sabem, de sobra, que está em Tóquio e, sobretudo no seu Ministério de Indústria e Comércio, o grande regente da economia japonesa.

Enquanto o Japão, sob o domínio de seus dirigentes, cresce e domina o mundo, até o ponto de provocarem desarranjos intestinais entre os seus competidores, o Brasil se diverte com brincadeira de rodas do que se vem chamando *privatização*, que não é mais do que um processo de liquidação da fortuna pública. Com o dólar nas cotações atuais, valendo menos de 1.130 cruzeiros, o Brasil, na verdade, está sendo vendido de graça, não direi a preço de banana, porque tenho o maior respeito pela sua função na dieta humana. Seria o caso de perguntar, com o sr. Darcy Ribeiro, no seu magnífico discurso de estréia, onde, nesse mundo, "uma economia nacional floresceu sem um Estado que o conduzisse a metas prescritas; onde estão esses empreendedores privados cuja sanha anárquica de lucrar promoveu o progresso nacional".

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 19.01.92. Assina-a o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, membro da ABL e Presidente da ABI)

O BRASIL DE OUTRO PONTO DE VISTA

Ao final do século XIX, Monet produziu até 20 telas retratando uma só paisagem. São todas imagens distintas do mesmo lugar, segundo a percepção sensível do pintor impressionista. Artistas mais ou menos dotados, todos temos diversas interpretações do mundo que nos cerca. Às vezes, porque o mundo ou nós nos transformamos. Outras, por simples mudança de ponto de vista. Afinal, de longe é possível dizer que "a Terra é azul".

Após dois anos de residência num afluente subúrbio ao norte de Chicago, minha visão da vida nos EUA, bem como a do Rio de Janeiro, cidade onde sempre vivi, e do Brasil, já se transformaram muitas vezes. Se as tivesse imprimido em telas, algumas dessas impressões pareceriam retratar lugares bastante distintos. Percebendo isso, professor e pesquisador em marketing que sou, fiz da imagem que as pessoas possuem dos lugares meu brinquedo acadêmico. Interessei-me, especialmente, pela representação mental que as pessoas fazem das cidades onde vivem, que visitam ou em que investem.

Nesse jogo me diverto as comparações que se fazem entre cidades e a vida no Brasil e nos Estados Unidos. Em particular, aquelas feitas por brasileiros que lidam, durante suas estadias, quase que unicamente com profissionais de hotéis e turismo. Pessoas que, sem perceber a diferença, tomam esses profissionais do atendimento como o americano típico e o comparam com brasileiros de toda sorte, de bêbados a equilibristas. Visitantes que, quase sempre, limitam-se a circular por setores muito especiais das cidades que visitam. Pessoas que passeiam entre os magníficos arranha-céus e *shopping centers* ao longo da Michigan Avenue, em Chicago por exemplo, e os comparam uns poucos quarteirões a que são apresentados com os de onde vêm, dos quais conhecem entrانhas e cheiros. Turistas que não chegam a ouvir falar dos paupérrimos guetos negros e hispânicos ao sul e a oeste de Chicago, aqueles onde freqüentemente ocorrem conflitos raciais e guerras entre gangues. Afinal, como a pobreza em várias sociedades do Primeiro Mundo é pequena e, muitas vezes, se encontra fisicamente isolada, é fácil para residentes e visitantes até mesmo fingir que ela não existe.

Se focalizarmos uma fração da sociedade americana, diferente daquelas apresentadas aos turistas (digamos o segmento que abriga os cidadãos menos abonados), talvez revele-se uma outra imagem. O crescimento da recessão americana e a consequente queda do nível de emprego, ao que parece, também aqui têm sido acompanhados por uma escalada nos índices de violência. Nos EUA as estatísticas apontam, hoje, para a existência de mais de 30 milhões de pessoas abaixo do nível de pobreza. Apesar de toda a legislação que busca evitar práticas discriminatórias, infelizmente observa-se uma grande correlação entre posição na sociedade e raça ou etnia. Negros e imigrantes (em geral, a maioria de origem hispânica) encontram-se nas camadas mais baixas. Os 10% ou 15% mais pobres da América, apesar da riqueza do país, guardam diversas semelhanças com os pobres do Brasil. Nas áreas onde residem o lixo acumula-se nas ruas. Os serviços públicos são deficientes. Os índices de violência são elevados. Mata-se e morre-se por muito pouco. Jovens abandonam as escolas cedo. Muitos envolvem-se com drogas e em atividades criminosas. A expectativa de vida é curta. Esse quadro que se observa em pequena parcela carente de diversas sociedades ricas, pode-se dizer, assemelha-se com aquele que se observa, em escala muito maior, no Brasil, país majoritariamente pobre.

Se em vez de generalizações buscarmos evidências, parece que encontraremos suporte para as afirmações anteriores. Para começar, se olharmos apenas para a região onde me encontro, veremos que, só esse ano, os homicídios em Chicago cresceram 10% e os roubos armados 35% em relação ao ano anterior. Em algumas áreas, a taxa de crescimento chega aos 50%. A cada 12 minutos um crime é reportado à polícia de Chicago, 60% dos quais com uso de armas. Enquanto nos subúrbios ricos da cidade ocorreram, em 1990, cerca de 300 crimes por 100 mil habitantes, em Chicago, onde há diversas concentrações de pobreza, a taxa ultrapassou 3.000 crimes/100 mil. Em muitos lugares do país há quadros parecidos. Em Portland, cidade de 300 mil habitantes no Oregon, as estatísticas mostram que, em 1990, um em cada 86 carros registrados na cidade foi roubado. Há poucas semanas, no Texas, um homem desempregado entrou em uma lanchonete e matou 22 pessoas com uma pistola semi-automática, enquanto clamava seu ódio pela empresa que o

despedira havia algum tempo. No início de 1990, o jovem Demetrick James Walker, de 17 anos, foi julgado por matar um outro, de 16 anos, com uma pistola calibre 22, para roubar-lhe um par de tênis Nike Air Jordan, de 125 dólares, a toda hora anunciado na televisão. O jovem assassino foi condenado à prisão perpétua, por uma lei que, diferente da do Brasil, trata delinquentes adultos e juvenis de maneira semelhante.

Comparar o Brasil, país onde 80% da população é pobre, com um país cuja renda per capita é quase 10 vezes maior revela o óbvio: a qualidade de vida e as oportunidades por aqui são, obviamente, superiores. No entanto, as semelhanças que ocorrem entre os desprivilegiados de sociedades ricas e com a maioria no Brasil não são meras coincidências. As histórias de violência, em mundos tão diferentes, guardam em comum quadros onde prevalece a miséria e a falta de oportunidades. Por outro lado, a vida dos 20% mais privilegiados dentre os brasileiros muito se assemelha em cultura, padrões de consumo e valores à da maioria (80%) dos americanos. No entanto, pelas notícias que recebo, parece que, rodeados pela pobreza e violência, esse segmento privilegiado de brasileiros se sente acuado, está com medo e deseja partir. Talvez essas pessoas tenham esquecido, quem sabe nem lhes ensinaram, o que é civismo e responsabilidade social. É claro que não podemos mais que especular sobre como se comportariam os membros das sociedades abonadas em situação semelhante.

Minha conclusão parece ser diferente daquelas de muitos dos que encontro. Aceito as críticas daqueles que de mim discordarem, dos que acham que eu talvez pensasse de maneira diferente se vivesse no Brasil em momento tão difícil. Admito até que minha opinião possa vir a se transformar num futuro próximo. Mas nesse momento não penso que nos Estados Unidos, ou na Europa, as pessoas sejam intrinsicamente mais educadas, ou melhores em qualquer aspecto do que no Brasil. A idéia de que há povos melhores ou piores, me desculpem os que assim pensam, me parece uma perspectiva racista. O grande problema do Brasil, na minha opinião, é a pobreza e a falta de oportunidades que atingem a maioria dos nossos cidadãos. A face do país deverá transformar-se quando os brasileiros tiverem acesso à educação, à saúde, à alimentação e às oportunidades de mobilidade social pelo trabalho, como a maioria o tem em algumas sociedades mais ri-

cas. Quando o governo cumprir o seu papel e nossos cidadãos se mobilizarem não apenas em proveito próprio mas também para denunciarem e exigirem a punição dos crimes contra a sociedade.

Parece que, aos que vivem num ambiente que não mais suportam, restam duas opções: se mudar ou mudá-lo. Uma nação não é só o seu governo. É também seus cidadãos e o que eles fazem da sociedade em que vivem. Aos que hoje se indignam com o Brasil que aí está, e podem trocar de endereço, boa sorte. Aos que se indignam e resolvem ficar para fazer do país um lugar melhor, mais justo e digno, nosso respeito e admiração. Aos que apesar de indignados continuam a especular, corromper e buscar a cada oportunidade tirar novo proveito, lamento por seus filhos, pela sociedade que não de herdar.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 20.01.92. Assina-a David Gerner, doutorando da Northwestern University Evanston, Illinois, EUA)

O NATURAL VOLTA CORRENDO

Decretou-se, em nome do liberalismo econômico, a morte do nacionalismo.

Os franceses dizem: "Expulse o que é natural, que ele volta correndo."

O nacionalismo é uma corrente de pensamento natural na vida pública brasileira, que se opõe ao igualmente natural liberalismo internacionalista, desde o início do século XIX. Portanto, decretar a sua caducidade assim sem mais nem menos é, no mínimo, pretensão descolada da realidade. Mais: nacionalista é a maré montante da ideologia mundial, e o nacionalismo é o cimento ideológico das Forças Armadas e de grande parte das elites dirigentes.

José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, tem a sua carranca presidindo o hall de entrada da Associação Comercial do Rio de Janeiro, porque ajudou os ingleses a forçarem a abertura dos portos brasileiros, preço que cobraram pelo transporte da Corte para o Brasil. Nunca mais deixou de defender os interesses da nação que então man-

dava no mundo. Já então, ser a favor dos fortes e contra os oprimidos dava um Ibope violento:

O centro da batalha pelo monopólio estatal do petróleo, obtido em 1953 através da Lei 2.004, foi o Clube Militar, liderado pelo general Horta Barbosa. Dela participaram políticos dos mais diversos partidos, alguns ainda em atividade, como Miguel Arraes, Barbosa Lima Sobrinho e membros da chamada "banda de música" da UDN, como José Aparecido de Oliveira e José Sarney.

A criação da Petrobrás foi considerada por Getúlio Vargas a principal realização do seu segundo governo. Os constituintes de 1988 deram-lhe razão, colocando-a dentre as empresas não privatizáveis e reafirmando o monopólio. Somente sete parlamentares votaram contra esse dispositivo.

Obedecer à Constituição, mesmo quando se diverge da sabedoria de alguns de seus artigos, é dever mínimo de prudência, tanto para os governantes como para os governados. Razão: se um ministro ou o presidente da República resolvem desprezar os trechos constitucionais que não lhes agradam, amanhã outros podem querer desprezar trechos diferentes, como o que estabelece a duração do mandato presidencial, por exemplo.

Vem essa explicação a propósito do movimento de defesa da Petrobrás que se desenvolve há alguns meses. Esse movimento tende a crescer e poderá vir a ser um dos pólos de aglutinação políticos de 1992.

A quebra do monopólio do petróleo é uma das propostas governamentais para o Emendão. Propô-la é um direito democrático. O que não é democrático é contrariar o que o texto constitucional determina através de uso, ou abuso, de poder, como pretende fazer o ministro João Santana, da Infra-Estrutura.

As declarações de João Santana nesse sentido, publicadas a 10 de novembro de 1991 pelo *O Estado de S. Paulo*, foram objeto de representação ao procurador-geral da República por parte de parlamentares do PSB, PDT e PC do B, dentre os quais Miguel Arraes, Waldir Pires, Vivaldo Barbosa e Haroldo Lima. Pediram instauração de ação penal contra o ministro perante o Supremo Tribunal, com base em arrazoado jurídico que parece da autoria de Waldir Pires, antigo Consultor-Geral da República.

A argumentação contra a desmontagem econômica da Petrobrás, maior empresa do país e res-

ponsável por cerca de 3,5% do PIB, 10% do produto industrial, 5% da arrecadação tributária, vem sendo desenvolvida pela Aepet (Associação de Engenheiros da Petrobrás), organização que reúne tanto os engenheiros como os demais profissionais de nível universitário da companhia, em número de 6 mil.

Fundamentalmente, a Aepet diz que:

1. A Petrobrás foi forçada pelos diferentes governos a praticar preços inferiores ao custo das matérias-primas que vende sob o pretexto de se combater a inflação, tendo tido um prejuízo, de janeiro de 1989 a dezembro de 1990, superior a 2 bilhões de dólares;

2. A venda de nafta a empresas privadas por preços que são menos da metade dos praticados no mercado internacional teria transferido para as beneficiárias particulares 4 bilhões de dólares ao longo de 10 anos.

3. A administração federal, direta e indireta (siderúrgicas, empresas de energia elétrica etc.) deve cerca de 2 bilhões de dólares à Petrobrás, sem que o governo tome providências para pagar essa dívida.

Tudo isso prejudica os 450 mil acionistas privados da Petrobrás e coloca em risco a sua própria sobrevivência. A importância da sobrevivência da empresa, segundo a Aepet, ultrapassa de muito os interesses dos seus 55 mil empregados. A Petrobrás tem reservas de petróleo de 8 bilhões de barris, superiores às da Shell e da Exxon, e o oitavo parque mundial de refino. Nos últimos 10 anos teria proporcionado aos consumidores brasileiros uma economia de 58 bilhões de dólares e responde por 80% do superávit comercial do Brasil. Tem, graças ao trabalho do seu Centro de Pesquisas, a liderança mundial na exploração de petróleo em águas profundas e investe em ciência e tecnologia 50% a mais do que a soma de todas as empresas privadas do país.

Cita, além desses dados, uma carta-compromisso assinada pelo candidato à presidência Fernando Collor, na qual está escrito que "a Petrobrás não é apenas um patrimônio nacional que precisa ser preservado a todo custo".

Com tantos argumentos, não é de se estranhar que tenha sido esse o campo escolhido pelos nacionalistas para plantarem a sua bandeira. Não se estranhará tampouco que seja o item primeiro de qualquer agenda de consenso.

O ministro Marcílio, talvez por apego à racionalidade, talvez por instinto político, já está tra-

tando de diminuir os prejuízos da empresa, aumentando os preços dos seus produtos acima da inflação.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 29.01.92. Assina-a Marcio Moreira Alves, jornalista e cientista político)

GÊNIOS DO MAL

Entre todas as espantosas revelações da série de reportagens *A República do Pó*, publicadas no *Jornal do Brasil*, ressalta o impressionante discurso de um dos fundadores do Comando Vermelho — a poderosa organização criminosa que, de dentro de um presídio de segurança máxima, não se sabe como, consegue comandar todo o movimento do tráfico de drogas no Rio.

William da Silva Lima, também conhecido como *Sargento William* ou *Professor*, perigoso assaltante de bancos, não é apenas o cérebro — o gênio do mal do Comando Vermelho. É também um exemplo vivo dos males que o confronto ideológico dos anos 70, acirrado na repressão política, causou a alguns segmentos da sociedade brasileira.

Manipulando de forma tão capenga quanto estapafúrdia alguns conceitos muito prezados entre as esquerdas radicais da época, o *Professor* aparece hoje como um papagaio de maus bofes que reproduz jargões fora de moda. Seria cômico se o Comando Vermelho não fosse o que é: uma seita sangrenta que mata, seqüestra, decide em tribunais clandestinos quem deve morrer e como vai ser aplicado o dinheiro sujo arrecadado com o crime.

As palavras do *Professor* apontam para um perigo há muito detectado por alguns pensadores isentos. As ideologias, em princípio, não são boas nem más, mas quando levadas à prática são sempre como uma ofuscante faca de dois gumes: podem servir a muitos senhores — isto é, ao bem e ao mal — e justificar tanto as intenções mais benignas quanto as mais espúrias.

É possível que o *Professor* se considere, bisonhamente, um revolucionário, ou então, se chega a tanto, o "intelectual orgânico" de que falava Gramsci. O caldo de cultura que orvalha o seu torto ideário, vem dos tempos em que conviveu com presos políticos na Ilha Grande e foi por eles *doutrinado*. Havia quem difundisse a tese, naquele período confuso, de que os criminosos que desciam os morros para *expropriar o burguês* eram quadros revolucionários em potencial — diamantes brutos a serem lapidados em favor da causa.

O Comando Vermelho reflete, pelo próprio nome, aquele monstruoso equívoco. O depoimento dos integrantes serve não apenas para desmantelar com a idéia do potencial revolucionário das ações criminosas, mas também para mostrar que, assim como há demagogos na política, há também os demagogos do crime.

"Conseguimos aquilo que a guerrilha não conseguiu, que foi o apoio da população carente" — sentenciou cinicamente o *Professor*. Os garanchos de alguns bandidos, apreendidos pela polícia, mostram como os traficantes conseguem esse "apoio": explorando crianças, e se descartando delas como se fossem seringas usadas, aterrorizando, mutilando, assassinando e depois distribuindo dinheiro roubado entre os pobres para preservar a *fachada*.

Foi o que os ideólogos da luta armada, dialeticamente auxiliados, de certo, pela intolerância cega do regime militar, conseguiram: levar a tadadura aos morros cariocas.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 21.02.92)

BRASIL PRIMEIRO MUNDO

Existem lugares onde o Brasil está dando certo. Pouca gente sabe, por exemplo, que a Petrobrás recebeu, em 1990, o prêmio da empresa que mais contribuiu para o desenvolvimento tecnológico no mar, concedido pela *Offshore Technology Conference*. Na verdade, o Brasil está exportando tecnologia de perfuração

em águas profundas. O poço de petróleo mais profundo do mundo, o Marlim 6, com 752 metros de profundidade, fica na Bacia de Campos. E a gasolina proveniente da Bacia de Campos foi considerada nos Estados Unidos a melhor do mundo.

Na Bacia de Campos, o Brasil é moderno, operoso, competitivo. As treze plataformas fixas e as onze semi-submersíveis que exploram o fundo do oceano são responsáveis por 60% de todo o petróleo produzido no Brasil. Cada dólar investido na Bacia tem um retorno de seis dólares.

A saga do avanço sobre o mar é recente, mas fulminante. Quando os membros da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) resolveram quadruplicar seus preços, no início dos anos setenta, o Brasil passou por um aperto: importávamos 80% do nosso combustível líquido. Mas os preços astronômicos do petróleo da época justificaram os pesados investimentos exigidos pela exploração da plataforma continental.

O primeiro campo, Garoupa, foi descoberto em 1974 e no prazo recorde de três anos começou a produzir. Hoje, importamos apenas 40% do que consumimos. Foi o resultado de uma atividade frenética com equipamentos sofisticados numa área situada entre 60 quilômetros e 130 quilômetros da costa.

A reserva estimada do país é de sete bilhões de barris. A produção diária brasileira é de cerca de 700 mil barris diários, 500 mil vindos do mar. Em princípio, o Brasil deverá explorar, até 1995, mais de 90 poços em terra e outros 50 no mar. A exploração em águas profundas, nos gigantes campos de Marlim e Albacora, promete a sonhada auto-suficiência até o final da década. Para isso, é fundamental continuar investindo até que a nossa produção diária se eleve a um milhão de barris até 1995.

A tecnologia está sendo criada aqui mesmo, nos laboratórios da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na Coppe, os pesquisadores testam as estruturas e equipamentos necessários ao trabalho em grande profundidade. O oceano é recriado ali num pequeno tanque do Departamento de Engenharia Civil. A partir de uma determinada profundidade, as plataformas convencionais, montadas sobre pernas apoiadas no fundo do mar, não funcionam. Elas são substituídas por plataformas montadas em flutuadores e ancoradas no fundo.

Mais de 4.500 pessoas trabalham "embarcadas" neste mundo rigoroso, feito de ferro, fogo

e água, onde há todo tipo de fluxo, de óleo, de gás, de água quente, de água fria e de diesel, circulando por encanamentos. Os funcionários passam quatorze dias embarcados, vinte e um dias em casa. Mais do que merecidos. Numa plataforma todo dia é segunda-feira, há turnos de doze horas, todos estão ativos permanentemente.

Trabalhar em alto-mar é condição bastante peculiar. Há o isolamento em relação aos homens e aos peixes do mar. A pesca é proibida. As pessoas vivem noite e dia nas encostas de um vulcão hipotético, montadas num emaranhado de dutos e válvulas. Fala-se muito dos burocratas da empresa, pouco dessa gente heróica e produtiva que leva a energia às indústrias do Rio e de São Paulo. Nas águas da Bacia de Campos, não há espaço para especulação: lá o trabalho é uma riqueza palpável.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 24.02.92)

DILEMA DEMOCRÁTICO

Depois do desmoronamento do comunismo na URSS, que se seguiu à democratização de boa parte dos países latino-americanos, a democracia, como regime hoje implantado em mais da metade dos países do mundo, começa a sofrer sérios desgastes. Em alguns países, principalmente os do Leste europeu, a chegada da liberdade não correspondeu à expectativa, criando uma faixa de desilusão que tende a se alargar. Neles, a vitória da democracia é estimada como vitória de Pirro, provocando alguma nostalgia do antigo regime, quando não havia liberdade mas, em compensação, havia emprego para todos.

Nos últimos vinte anos a democracia reconquistou terreno perdido sobre os adversários de direita (Grécia, Espanha, Portugal, América Latina) e, recentemente, colocou de pernas para o ar os adversários de esquerda (bloco soviético). Seu triunfo seria completo se a cada dia a convicção democrática não estivesse perdendo terreno em suas próprias terras de eleição na Europa ociden-

tal e na América do Norte. A corrosão se processa nos pilares tradicionais, tais como foram estabelecidos no século passado: parlamentos, sufrágio universal, partidos políticos.

O sufrágio universal é uma das primeiras vítimas da onda de descrença na democracia. Nos países nos quais o voto é facultativo, a abstenção atinge índices mortais. A abstenção progride e o sufrágio é cada vez menos universal. O sistema parlamentar sofre um desgaste importante porque a democracia, em seus rumos atuais, tende a se encarnar mais nos homens do que nas assembleias. O que dizer dos partidos, praticamente descharacterizados na maioria dos países?

A derrota do comunismo, como disse Jacques Julliard, autor de *Le génie de la liberté*, tende a sublinhar ainda mais a decadência dos partidos democráticos. À esquerda e até mesmo à direita eles estão cessando de provocar entusiasmos entre os militantes. Renunciaram à mais nobre de suas funções, a de ser mantenedores da democracia e intermediários entre o povo e a elite. Deste mal, países como o Brasil, que reconquistaram recentemente a democracia, estão conscientes. Carcomidos pelo clientelismo e a corrupção, aos partidos só resta selecionar pessoal político, tarefa de que se desencumbem cada vez menos, à medida que os talentos se desviam da carreira pública para os negócios privados.

O diretor do Instituto de Estudos Estratégicos de Harvard, Samuel Huntington, prevê uma reversão dos países mais pobres à situação antiga, porque o estado de pobreza, com seu cortejo de misérias, é incompatível com a democracia. Mas há outros problemas igualmente significativos, como salientou Julliard. Um deles se relaciona com o Leste europeu. Há cinquenta anos, e em alguns deles até mais, os países do Leste europeu aspiravam à democracia perdida. Mas no momento em que uma divina surpresa desembarçou-os da tirania, o que aconteceu? Os povos liberados se desgostaram da democracia antes mesmo de degustá-la. A Hungria, na última eleição, apresentou índices de abstenção comparáveis aos do Ocidente. A liberdade é que venceu, não a democracia.

As repúblicas constitutivas da CEI, remanescentes da antiga URSS, encaminham-se com toda a liberdade democrática para um divórcio cada vez mais provável. É com tal velocidade e predestinação que a CEI, a mil anos-luz do carisma da sigla URSS, é vista hoje como "mecanismo de transição". Uma pergunta preocupa o mundo: para onde vai esta transição? O vice-premier Guennadi Burbulis compreendeu o teor da dúvida: "Estou absolutamente convencido de que a Confederação é uma ilusão que pode levar ou a uma federação ou a um conflito armado."

Onde fica nisto tudo o espírito democrático, tão desejado, tão sofridamente disputado? No Ocidente democratizado o desencanto tem raízes mais profundas. Os homens públicos dedicam cada vez menos tempo à coisa pública, ou pelo menos àquilo que é realmente importante dentro da administração pública, gastando a maior parte de seu tempo em atividades destinadas apenas a aprimorar seu perfil político. As grandes decisões são tomadas em condições de improvisação que qualquer empresa privada julgaria inadmissíveis. Em certos países, se a política desaparecesse, nove décimos das ocupações parasitárias que ela engendra também desapareceriam.

No entanto, sem política e sem partidos a democracia não existe. A política é a luta dos partidos, animados por princípios divergentes e até mesmo opostos, pela conquista do poder. Governar é aplicar métodos, aceitos por todos, para a solução dos problemas da vida comum. A Venezuela, onde uma tentativa de *putsch* militar quase destruiu a mais antiga democracia da América do Sul, é um exemplo do que pode acontecer quando as oligarquias se corrompem a tal ponto que se tornam insensíveis ao sofrimento da maioria da população.

Como observou Julliard, os governos não cessam de ganhar espaço em detrimento da política, principalmente depois que o antagonismo esquerda-direita se reduziu. Este é o grande dilema da democracia na maior parte do planeta.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 04.03.92)

POUPE

NO

AZUL

DA

POUPANÇA AZUL

CAIXA.

*SEMPRE
DÁ CERTO.*

**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**



ASÍROS II NA DEFESA DE COSTA

A solução definitiva em Tecnologia de Defesa

- Permite intensa densidade de fogo sobre os alvos marítimos
- Assegura impactos múltiplos sobre navios de guerra e demais embarcações com submunições de alto poder de destruição
- Ataca um ou mais alvos simultaneamente
- Realiza ataques inevitáveis e indefensáveis sobre o convés do navio - sua parte mais vulnerável
- Neutraliza a ameaça



Foguetes SS-30, SS-40 e SS-60



AVIBRAS AEROSPACIAL

Antiga Estrada de Paraibuna, Km 118 - Cx.P. 229 - CEP 13.170-000
Tel.: (0123) 21-7433 - Fax: (0123) 51-6706/51-6048
Telex: (123) 3844/3845 AIAE BR - São José dos Campos - SP

